



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR: UMA ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA
NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS**

VÍVIAN ANTONINO

Salvador

2012

VÍVIAN ANTONINO

**PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR: UMA ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA
NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Letras.

Orientador: Dante Lucchesi

Salvador
2012

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem agradeço todas as noites por estar rodeada de pessoas que fazem o caminho tão árduo parecer mais suave. A fé me faz ter certeza de que tudo é possível.

A minha mãe, que é muito mais que mãe, é amiga, é irmã, é companheira de pesquisa. Obrigada por me dar a certeza de que eu sempre tenho com quem contar.

A Lílian, minha irmã e, a cada dia mais, companheira, por me incentivar, segurar meus momentos de irritação e me acompanhar até em congressos de linguística, mesmo sendo historiadora.

A Cacau, meu marido, meu parceiro, que viu de perto o quanto a escrita de uma tese pode ser sacrificante e que me ajudou, com seu amor e paciência, a fazer com que esses quatro anos fossem mais leves.

A Dante Lucchesi que, um dia, lá atrás, no começo da graduação, me apontou o caminho que eu decidi seguir a minha vida inteira.

Às amigas que dedicaram o seu tempo à revisão dos capítulos de minha tese: Elisângela Mendes, Vanessa Ponte, Luanda Figueiredo, Telma Assis, Lorena Grisi. Obrigada por, também, me ouvirem, opinarem, discutirem sobre linguística e sobre a vida. Cada uma de vocês tem um papel especial em minha vida.

A Lanuza Lima e Gilce Almeida, por me ajudarem no tratamento dos dados e por me cederem parte de seus dias, nas minhas intermináveis ligações telefônicas em busca de opiniões. Vocês foram fundamentais neste processo.

A Lucinda Hora, por ter feito meu *abstract* e por alegrar meus dias, compartilhando de assuntos que nada têm a ver com linguística, mas que nos unem imensamente.

Às colegas e amigas do Projeto Vertentes: Manuele, Shirley, Camila, Renata, Heide, Gabriela. O trabalho de cada uma de vocês foi indispensável para a conclusão desta tese.

Aos grandes amigos de sempre, Rerisson Cavalcante, Daniela Tieppo e Mariana Palmeira, que, sempre que ouvem meu 'grito de socorro', estão a postos para ajudar.

Às minhas alunas da UNEB, por me indicarem informantes no momento de construção do *corpus*.

Aos informantes desta pesquisa, que cederam um pouco de suas vidas e que, com suas histórias, modificaram um pouco da minha.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte de minha vida, meu muito obrigada!

RESUMO

A língua portuguesa possui um sistema de regras de concordância considerado redundante, fato que facilita a ocorrência da flutuação da aplicação dessas regras. Nesta pesquisa, investiga-se a variação na concordância nominal, de número e de gênero, em estruturas de predicativos do sujeito e voz passiva. Sabe-se que, no Brasil, durante período da colonização, houve um massivo contato entre línguas que poderia “conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua pidgin ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato” (LUCCHESI 2000, p. 99). Assim, defende-se a hipótese de que, ainda que não tivesse sofrido uma crioulação, o PB (Português do Brasil) foi bastante alterado devido a um processo de *transmissão linguística irregular* e, como de costume nessas situações, houve uma redução da morfologia flexional da língua alvo. Aqui, busca-se comprovar a hipótese de que o falante popular da variedade urbana do português do Brasil está em um ponto, no *continuum* de formas linguísticas, consideravelmente distante de onde se encontra um falante popular de uma variedade rural isolada. Para isso, faz-se uma análise, pautada na Teoria da Variação, da fala popular urbana de cinco bairros periféricos de Salvador. Os resultados, com relação ao número, mostraram, bastante claramente, a existência de um *continuum* linguístico, que parte de uma situação em que a marcação de número em predicativos/passivas em comunidades afro-brasileiras isoladas é quase inexistente, com a aplicação da regra em apenas 1%, aumentado para 4% na fala do interior do país, porém não marcada etnicamente, atingindo o índice de 14,6% de marcação de número na fala popular urbana. Com relação à concordância nominal de gênero, também se observou o desenho de um *continuum* linguístico, com 81% de marcação de gênero nas comunidades afro-brasileiras isoladas, 94% nas comunidades do interior da Bahia e 95,5% nos bairros populares de Salvador. Nota-se, portanto, a comprovação da hipótese lançada, de que Salvador vem atuando como um centro difusor de normas linguísticas.

Palavras-chave: Sociolinguística; concordância nominal; predicativos do sujeito; estruturas passivas; português popular.

ABSTRACT

The Portuguese language has a system of rules of agreement considered redundant, which facilitates the occurrence of fluctuations of the application of these rules. This research investigates the variation in nominal consistency of number and gender in structures subject and predicate of the passive voice. It is known that, in Brazil, during the colonization period, there was a massive contact between African, indigenous and Portuguese language, the colonizer's language, who enjoyed social prestige. This situation could "lead to the formation of a historically new language called pidgin or creole language, or simply to the formation of a new variety of historical language that predominates in the contact situation" (Lucchesi, 2000, p. 99). Thus, it supports the hypothesis that, even though it had not suffered a creolization, BP has changed greatly due to an irregular linguistic transmission and, as usual in such cases, a reduction of the inflectional morphology of the target language. Here, we seek to prove the hypothesis that the speaker of the popular urban variety of Portuguese of Brazil is at a point in the continuum of linguistic forms, considerably distant from where it is a popular speaker on a variety isolated country. For this, it is an analysis of popular speech of five urban outskirts of Salvador, in comparison with results of previous work on the popular speech in the state of Bahia, in a community marked and unmarked ethnically. This analysis makes use the Theory of Variation and composition of the *corpus* were selected based on geographic and social criteria, the popular neighborhoods Itapuã and Cajazeiras, the first of ancient occupation, and the second recent occupation. In each district 12 interviews were made, and the informants were divided into three age groups (25-35 years, 45-55 years and more than 65 years), and gender should have been born in the neighborhood when it was an old neighborhood or be there for at least 15 years, when it came to new neighborhoods. The results of this research, the number showed quite clearly the existence of a linguistic continuum, starting from a situation which the number marking on predicative / passive in african-Brazilian isolated communities is almost non-existent, with the application the rule in only 1%, increased to 4% in the speech of the country, but not ethnically marked, reaching 14.6% of the index number dial in urban popular speech. In respect to the nominal consistency of gender, also noted the design of a linguistic continuum, with 81% marking of gender in african-Brazilian isolated communities, 94% in communities in the interior of Bahia and 95.5% in the popular neighborhoods of Salvador . It notes, therefore, proof of the hypothesis considered, that Salvador has served as a center for disseminating linguistic standard.

Key-words: Sociolinguistic; nominal agreement; predicative; passive structures; popular Portuguese

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS	11
INTRODUÇÃO	14
1 FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: SÓCIO- HISTÓRIA	18
1.1 O CONTATO ENTRE OS POVOS	20
1.1.1 A participação do elemento indígena	20
1.1.2 A participação do elemento africano	23
1.2 HIPÓTESES PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR...	25
1.3 A REALIDADE BIPOLAR DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	31
2 O APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO	35
2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	35
2.2 A MUDANÇA LINGUÍSTICA	39
2.3 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR.....	42
2.4 A DIFUSÃO DE NORMAS LINGUÍSTICAS.....	46
2.5 OS CAMINHOS DA PESQUISA	49
2.5.1 O Projeto Vertentes	49
2.5.2 A definição dos bairros	51
2.5.3 Breve caracterização dos bairros	53
2.5.3.1 Liberdade	54
2.5.3.2 Cajazeiras	56
2.5.3.3 Itapuã	59
2.5.3.4 Plataforma	61
2.5.3.5 Lauro de Freitas	63
2.5.4 A escolha dos informantes	65
2.5.5 A realização das entrevistas	69
2.5.6 Transcrição das entrevistas	72
2.5.7 Levantamento e codificação dos dados	72
2.5.8 O tratamento dos dados	73

3 A CONCORDÂNCIA NOMINAL	76
3.1 O NÚMERO E O GÊNERO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO	76
3.2 UM BREVE HISTÓRICO DAS CATEGORIAS DE NÚMERO E GÊNERO	81
3.3 AS CATEGORIAS DE NÚMERO E GÊNERO – UMA HISTÓRIA RECENTE	84
3.4 A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS	85
3.5 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS SOB O OLHAR DE ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS	90
3.5.1 Concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas – trabalhos sociolinguísticos	92
3.5.1.1 A concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à coesão estrutural e ao paralelismo formal	93
3.5.1.2 A concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à saliência fônica	96
3.5.2 Concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas – trabalhos sociolinguísticos	97
3.5.2.1 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à coesão estrutural	98
3.5.2.2 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à saliência fônica	99
3.5.2.3 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada a outros fatores linguísticos relevantes	100
3.5.3 A concordância nominal em predicativos e em passivas e a sua relação com as variáveis sociais	101
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS NOS TRABALHOS SOCIOLINGUÍSTICOS	103

4 A ANÁLISE DOS DADOS	106
4.1 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS	107
4.1.1 Fatores estatisticamente relevantes para o condicionamento da concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.....	110
4.1.1.1 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>material interveniente entre o verbo e o predicativo</i>	110
4.1.1.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>concordância nominal de número no SN sujeito..</i>	112
4.1.1.3 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>concordância verbal</i>	114
4.1.1.4 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>tipo de atributo</i>	116
4.1.2 Variáveis não selecionadas pelo GoldVarb como estatisticamente relevantes para a concordância nominal de número	117
4.2 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS	127
4.2.1 Fatores estatisticamente relevantes para o condicionamento da concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas	129
4.2.1.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>ordem dos constituintes na sentença</i>	129
4.2.1.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador,	

relacionada à variável <i>indicação de gênero no SN sujeito</i>	131
4.2.1.3 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>referência ao falante</i>	134
4.2.1.4 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável <i>caracterização semântica do sujeito</i>	135
4.2.2 Variáveis não selecionadas pelo GoldVarb como estatisticamente relevantes para a concordância nominal de gênero	137
4.3 AS VARIÁVEIS SOCIAIS E A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS.....	143
4.3.1 A variável social sexo	144
4.3.2 A variável social <i>faixa etária</i>	146
4.3.3 A variável social <i>escolaridade</i>	148
4.3.4 A variável social <i>rede de relações</i>	150
4.3.5 A variável social <i>exposição à mídia</i>	154
4.3.6 A variável social <i>bairro</i>	156
4.3 A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO – CONSIDERAÇÕES	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	167
ANEXO A – FICHA DO INFORMANTE	174
ANEXO B – CHAVE DE TRANSCRIÇÃO	175
APÊNDICE A – CHAVES DE CODIFICAÇÃO	181

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1	População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX.....	22
Tabela 2	População do Brasil por etnias branca e não-branca	24
Tabela 3	Aplicação da regra de concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas	108
Tabela 4	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>material interveniente entre o verbo e o predicativo</i>	111
Tabela 5	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>concordância nominal de número no SN sujeito</i>	114
Tabela 6	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>concordância verbal</i>	115
Tabela 7	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de atributo</i>	116
Tabela 8	Aplicação da regra de concordância de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de predicação</i>	118
Tabela 9	Concordância de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de predicação</i> , em uma segunda	

	rodada	119
Tabela 10	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>caracterização semântica do sujeito</i>	120
Tabela 11	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>saliência fônica</i>	121
Tabela 12	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de sujeito</i>	122
Tabela 13	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>indicação de plural no SN sujeito I</i>	123
Tabela 14	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>referência ao falante</i>	124
Tabela 15	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>estrutura sintagmática do predicativo</i>	125
Tabela 16	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>presença de quantificador</i>	126
Tabela 17	Aplicação da regra de concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas	128
Tabela 18	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no	

	português popular de Salvador, segundo a variável <i>ordem dos constituintes na sentença</i>	130
Tabela 19	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>indicação de gênero no SN sujeito</i>	133
Tabela 20	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>referência ao falante</i>	134
Tabela 21	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>caracterização semântica do sujeito</i>	136
Tabela 22	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de predicação</i>	138
Tabela 23	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de sujeito</i>	139
Tabela 24	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>material interveniente entre o verbo e o predicativo</i>	140
Tabela 25	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>estrutura sintagmática do predicativo</i>	141
Tabela 26	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>tipo de</i>	

	<i>atributo</i>	142
Tabela 27	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>saliência fônica</i>	143
Tabela 28	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>sexo</i> ..	146
Tabela 29	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>sexo</i> ..	146
Tabela 30	Realização da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>faixa etária</i>	147
Tabela 31	Realização da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>faixa etária</i>	148
Tabela 32	Realização da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a <i>variável escolaridade</i>	150
Tabela 33	Realização da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>escolaridade</i>	150
Tabela 34	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>rede de relações sociais</i>	152
Tabela 35	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no	

	português popular de Salvador, segundo a variável <i>rede de relações sociais</i>	153
Tabela 36	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável nível de <i>exposição à mídia</i>	154
Tabela 37	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável <i>exposição à mídia x religião</i>	156

QUADROS

Quadro 1	Distribuição do <i>corpus</i>	66
Quadro 2	Perfil dos bairros com relação à rede de relações e origem dos informantes	68
Quadro 3	Realização da regra de plural em português	77
Quadro 4	Meios de expressão da categoria de gênero	78
Quadro 5	Resultados de trabalhos sociolinguísticos sobre concordância nominal de número em predicativos e em passivas	92
Quadro 6	Índices de aplicação da concordância de gênero na fala popular do interior da Bahia	97

GRÁFICOS

Gráfico 1	Índices de marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia	108
Gráfico 2	Índices de marcação de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da	

	Bahia	128
Gráfico 3	Interferência da variável <i>nível de exposição à mídia</i> com relação à concordância nominal de número	155
Gráfico 4	Índices de marcação de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia	159
Gráfico 5	Índices de marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia	160

INTRODUÇÃO

Há, nas línguas humanas, regras linguísticas invariáveis, categóricas, como, em português, a posição do artigo sempre à esquerda no nome núcleo do sintagma nominal, por exemplo. Há, também, regras variáveis, como as da concordância nominal e verbal, que têm seu uso condicionado por fatores linguísticos e sociais. O caráter heterogêneo é algo que, por mais que desperte reações de desconforto em muitos, faz parte das línguas humanas. Mais do que variável, o Português do Brasil (PB) apresenta uma realidade social e linguística polarizada, com a coexistência de variedades cultas e populares.

A variação na concordância nominal é um fenômeno que afeta os dois pólos linguísticos do PB, porém se mostra mais forte no português popular, em que, frequentemente, ocorre o apagamento da marca nominal de número na maioria dos constituintes dos sintagmas nominais (SN), restando a marca de plural apenas no determinante, para que não se perca a ideia de se tratar de uma referência no plural. Inúmeros trabalhos de cunho sociolinguístico, durante décadas, se encarregaram de investigar como se processava a marcação da concordância entre os elementos do SN, dando enfoque à concordância de número. Neste trabalho, no entanto, investiga-se um fenômeno que atrai menos atenção dos linguistas: a concordância nominal, de número e de gênero, em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

O foco desta investigação linguística é a fala popular urbana e, por esta razão, analisam-se quatro bairros periféricos da cidade Salvador e mais um da região metropolitana, com o objetivo de analisar contrastivamente os dados de pesquisas com o português popular de comunidades afro-brasileiras isoladas (LUCCHESI, 2008) e o português popular do interior da Bahia, porém não marcado etnicamente (ANTONINO, 2007). Com este estudo, pretende-se traçar um panorama da concordância nominal, destacando a importância do contato entre línguas, ocorrido no período de formação da língua portuguesa, para o caráter diferenciado do português popular do Brasil (PPB).

Em busca de firmar o ponto de vista de que o contexto de multilinguismo generalizado, que caracterizou os primeiros séculos da história do Brasil, teve papel decisivo na configuração do PPB, torna-se necessário discutir o contato entre os povos e o papel de índios e negros na formação do português. No capítulo 1, intitulado *Formação do português popular do Brasil – sócio-história*, faz-se, em sua primeira seção, a discussão sobre a contribuição das etnias numericamente dominantes, indígenas e negros, contrapondo sempre a sua situação social e linguística à da minoria aristocrática, os europeus.

Na sub-seção seguinte, traçam-se as hipóteses para a formação do português popular do Brasil, que acabam por se dividir em duas grandes posições: uma que afirma que as mudanças ocorridas no PB já estavam prefiguradas em seu sistema linguístico e que a presença de negros e índios apenas teria acelerado tais mudanças; e outra que atribui papel preponderante a essas etnias, conferindo a elas grande responsabilidade pela configuração do PPB. Aqui, admite-se a hipótese de que o PPB é fruto da *transmissão linguística irregular* ocorrida em períodos em que o contato entre línguas era amplo (LUCCHESI, 2003 e 2008).

Após essa reflexão de fundamental importância para a compreensão do objeto deste estudo, é apresentado o *suporte teórico-metodológico* da pesquisa. De início, apresenta-se a teoria Sociolinguística Variacionista, que estabelece que a variação é inerente à língua, mas uma variação ordenada, não caótica, como se poderia supor (WEINREICH, HERZOG, LABOV, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]). Há condicionamentos linguísticos e sociais que determinam a variação e a mudança nas línguas. É feita a revisão de conceitos básicos, indispensáveis para este estudo e, adiante, faz-se uma explanação sobre o conceito de *transmissão linguística irregular*, que é aqui tomado como explicação para as características encontradas no português popular do Brasil. Encerra-se a seção com a discussão sobre a difusão de normas linguísticas, que parte dos centros urbanos, atingindo as zonas rurais. Para fundamentação da discussão, recorre-se aos estudos de Bortoni-Ricardo (2011) sobre as redes sociais.

No capítulo intitulado *Os caminhos da pesquisa*, é apresentado o método que norteou o trabalho de investigação, discutindo-se desde os encontros com profissionais de geografia para a definição dos bairros a serem alvo do trabalho aos critérios para seleção de informantes, realização das entrevistas, levantamento,

codificação e tratamento estatístico dos dados. Além disso, fez-se uma contextualização do presente trabalho no âmbito do Projeto Vertentes, projeto ao qual se vincula, e uma descrição panorâmica de cada bairro que compõe o *corpus*¹.

Para melhor entendimento do universo da pesquisa, há um espaço destinado à caracterização dos cinco bairros investigados, traçando pontos de sua origem até a sua configuração atual. Fez-se necessária, ainda, uma explanação sobre o suporte utilizado no tratamento quantitativo dos dados, em que foi utilizado o pacote de programas GoldVarb, especialmente concebido para a análise estatística das regras variáveis.

No capítulo *A concordância nominal*, a princípio foi feita a caracterização do fenômeno da concordância na contemporaneidade, dando enfoque à apresentação das categorias de gênero e de número. Em seguida, fez-se um traçado histórico dessas duas categorias, vindo desde o latim, passando pelo português arcaico, até chegar a uma história recente, de início do século XX, apontada em obras consagradas como *O dialeto Caipira*, *A língua do Nordeste* e *O linguajar carioca*. Após esse levantamento histórico das categorias de número e de gênero, analisaram-se trabalhos sociolinguísticos que tinham por foco o mesmo fenômeno linguístico, porém em universos de observação diferenciados, como o trabalho sobre a fala popular carioca, de Scherre (1991); a fala popular da região Sul, de Dias (1996); a fala popular do interior do estado da Bahia, de Antonino (2007); e a fala de comunidades afro-brasileiras isoladas, de Lucchesi (2008).

O capítulo de *Análise dos dados* é, sem dúvidas, o mais relevante de um estudo sociolinguístico, pois é nele que se apresentam os resultados obtidos a partir do processamento dos dados no programa estatístico, aqui, no caso, o GoldVarb, e é quando as hipóteses iniciais podem ser comprovadas ou refutadas. A apresentação dos resultados se deu de forma separada, primeiro apresentando-se a categoria de número, em seguida a de gênero para, ao final, discutir os resultados das variáveis sociais, estivessem elas relacionadas ao número ou ao gênero. Foi dado destaque às variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa e, em seguida, discutiram-se as não selecionadas, porém que exibiam resultados interessantes. Os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos, sempre estabelecendo relação com os resultados observados por Lucchesi

¹ Para maiores informações sobre o Projeto Vertentes, veja-se a sua página na Internet: www.vertentes.ufba.br.

(2008) na fala afro-brasileira e por Antonino (2007) na fala popular do interior da Bahia.

Na *Conclusão*, foi apresentada uma síntese dos resultados obtidos ao longo deste trabalho, dando destaque aos pontos considerados mais importantes no condicionamento do uso das regras de concordância nominal em predicativos e em estruturas passivas.

Não há muitos trabalhos sobre a concordância nominal em predicativos e em estruturas passivas, e este, com o foco no português popular de Salvador, vem trazer dados que podem contribuir para a compreensão da realidade linguística brasileira, sobretudo de sua vertente popular. Espera-se que os resultados obtidos neste estudo, junto a outros que abordam aspectos diversos da língua, possam ajudar na percepção de que a sócio-história de uma língua diz muito sobre ela e, portanto, não deve ser desconsiderada.

1 FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: SÓCIO-HISTÓRIA

Há um interesse crescente pelo estudo e compreensão da história das línguas e, no caso do Brasil, para além do interesse pelo estudo das origens do português de uma forma geral, tem-se buscado compreender como se deu a formação da variedade popular² do português do Brasil (PPB). É perceptível, após alguma observação, que há diferenças marcantes entre o português popular e o português culto brasileiro; em busca de traçar e explicar tais diferenças, muitos linguistas têm se dedicado ao estudo da formação do PPB.

Há duas grandes correntes que, desde o começo do século passado, buscam justificativas para o aspecto diferenciado do PPB. Renomados tradicionais linguistas, como Serafim da Silva Neto (1963), Câmara Jr. (1975), Silvio Elia (1979), e ainda contemporâneos, não menos importantes, como Anthony Naro e Marta Scherre (1993), creditam as mudanças ocorridas no português popular do Brasil a uma deriva secular, uma tendência natural inerente às línguas. A presença de elementos negros e indígenas, para eles, apenas acelerou as mudanças que inevitavelmente iriam ocorrer.

A defesa do contato entre línguas africanas, indígenas e europeias, ocorrido durante a colonização do Brasil e do Império, como fator preponderante para as mudanças observadas na variedade popular atual do português é feita por numerosos e respeitados linguistas, tais como Jacques Raimundo (1933), Renato Mendonça (1933), Gregory Guy (1981, 1989) e Dante Lucchesi (1999, 2001, 2003, 2009). Há, entre os linguistas favoráveis à teoria do contato linguístico, aqueles que creem que houve a formação de crioulos típicos em terras brasileiras, no entanto, neste trabalho de investigação linguística, parte-se do ponto de vista, defendido por Lucchesi (1999, 2001, 2003, 2009), de que pode ter ocorrido a formação de alguns

² Não entraremos na discussão pormenorizada a respeito da definição da expressão “popular”, já que é um termo polêmico. Aqui, “popular” se apresenta simplesmente como sinônimo de “*substandard*” ou “não-padrão”, opondo-se, claramente, às expressões “culto”, “padrão” ou “*standard*”.

crioulos, porém foram situações isoladas e não justificariam a configuração atual do PPB. O que fundamenta as análises aqui desenvolvidas é o conceito de *transmissão linguística irregular*, através do qual se pode afirmar que, a depender da intensidade e do prolongamento da situação de contato, podem surgir *pidgins*, crioulos típicos ou uma variedade da língua alvo fortemente modificada, aqui entendida como o PPB.

O Brasil apresenta uma realidade social e, conseqüentemente, linguística bipolarizada, com os falantes da(s) norma(s) popular(es) em um pólo e os falantes da(s) norma(s) culta(s) de outro. Tal situação, observada desde o Brasil Colônia, tornou possível a formação de uma variedade de língua fortemente modificada pelo contato entre línguas. Essa variedade de língua se mantém e pode ser facilmente observada nas camadas populares.

Para se fazer uma análise da realidade do português popular brasileiro da atualidade, é necessário, primeiramente, que se faça uma descrição do contexto histórico e social do período de formação da língua portuguesa do Brasil, visto que a realidade atual retrata, muito semelhantemente, a situação de outrora.

No período de formação da língua falada em terras brasileiras, o português transplantado da Europa, ocorreu um convívio intenso de falantes de diversas outras línguas. Era um número muito grande de negros trazidos forçadamente de diferentes regiões africanas, índios, autóctones, também de diferentes tribos, falantes de diferentes línguas e, ainda, os brancos portugueses, também de classes sociais variadas. A convivência tornou-se inevitável, e muitas vezes indispensável, pois habitavam a mesma terra e havia, entre eles, relações sociais que exigiam que se comunicassem minimamente. Conhecer a história desses grupos sociais, índios, negros e brancos, é imprescindível para a compreensão da realidade atual observada na sociedade brasileira.

Vale ressaltar que, neste estudo, o falante da norma popular brasileira é aquele com pouca ou nenhuma instrução, classificado como analfabeto ou semi-alfabetizado. É para essa “fatia” da população que este trabalho se volta, buscando descrever sua realidade linguística, que, há tempos, se mantém distante da realidade da minoritária elite culta do Brasil.

1.1 O CONTATO ENTRE OS POVOS

Lucchesi (2009, p. 41), ao falar sobre o contexto de formação do português no Brasil, diz que

O contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos, é, sem sombra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro.

Por essa razão, os negros trazidos da África e os indígenas serão, aqui, observados mais detidamente, sendo considerados como elementos fundamentais na formação da sociedade brasileira e de sua realidade linguística. O branco europeu, então, não terá sua história estudada a fundo, mas será analisado de forma a estabelecer contrastes com os outros povos de origem negra, indígena e até com os mestiços.

1.1.1 A participação do elemento indígena

No período da colonização do Brasil, mais especificamente quando da chegada dos portugueses, havia um número expressivo de índios nativos que habitavam as terras brasileiras; Leite e Frachetto (2006) sugerem que a população indígena girava em torno de 1.000.000 na época do “descobrimento”.

Em um momento inicial de contato social, os europeus buscaram um escambo com os indígenas, já que necessitavam de mão-de-obra, porém logo essa prática foi substituída pela escravização do índio. Enquanto acontecia esse processo de submissão material dos índios, os jesuítas realizavam um trabalho de submissão espiritual, impondo a sua fé e sua prática religiosa (LUCCHESI, 2009).

Os índios brasileiros pertenciam a variadas tribos e, portanto, a multiplicidade linguística era acentuada e, conforme apresenta Mattos e Silva (2004, p. 76),

Aryon Rodrigues (1986:19), admitindo para a atualidade cerca de 180 línguas sobreviventes, considerou possível o dobro em 1.500. Em artigo posterior (1993:91), com base em cálculos de distribuição de línguas no passado da humanidade como um todo, faz crescer esse número para 1.175 línguas. Antônio Houaiss (1985:100) admite verossímil o montante de 1.500 línguas.

Incontestavelmente, havia uma realidade multilíngue no Brasil colonial, no entanto estudos indicam uma certa homogeneidade linguística e cultural entre os índios da costa, falantes de diversas variedades do tronco tupi desde São Paulo até o Rio Grande do Norte, e outros tantos grupos de diversas línguas, certamente pertencentes ao tronco macro-jê, ocupando os interiores do Nordeste, o meio norte, os cerrados “do Brasil central até o sul oriental” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 77) e certas áreas do Sul do país.

Nesse contexto social, o homem branco português acabava por se tentar fazer entender inicialmente através de gestos e, após alguma convivência, esses brancos chegados ao Brasil, normalmente banidos da sua corte e condenados por atos cometidos por lá, começavam a aprender de forma rudimentar as línguas indígenas com que tinham contato. Esse aprendizado era facilitado devido aos casamentos entre os brancos europeus e as índias, que ocorriam com elevada frequência, devido à prática do cunhadismo, que consistia em dar a alguém uma das filhas ou das irmãs como prova de amizade. Mestiços foram sendo gerados e tinham como língua materna o tupi; às vezes, podiam ser bilíngues, apresentando o português como segunda língua.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, uma língua geral tomou conta das terras brasileiras, denominada pelos jesuítas também de língua brasílica. Essa língua geral foi um instrumento essencial para os jesuítas, que a usavam para a catequização do gentio. Para Rodrigues (2000), essa língua geral não seria tratada no singular, e sim no plural: uma *língua geral amazônica* e uma *língua geral paulista*; ambas, de base tupinambá, teriam sido usadas no período colonial, como instrumento de comunicação para o colonizador e pela Companhia de Jesus, em suas missões catequéticas.

A política de colonização de terras brasileiras foi, aos poucos, dizimando os índios, que resistiam ao trabalho forçado, principalmente ao trabalho agrícola, que, em sua cultura, era uma atividade inferior, subalterna, relegada a mulheres e crianças. Os índios não aceitaram passivamente por muito tempo a escravidão e reagiram, naturalmente, a ela de diversas formas, inclusive por confrontos armados. Vários povos indígenas foram sendo extintos e, junto com eles, conseqüentemente, as suas línguas.

É possível perceber, na Tabela 1, elaborada por Mussa (1991) e recorrentemente utilizada pelos linguistas, que houve um intenso declínio na população indígena.

TABELA 1: População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163).

Até 1600, os indígenas correspondiam à metade da população do país e, no século XIX, chegam ao baixíssimo percentual de 2%. É fato que, após um certo tempo do início da colonização, os jesuítas tentaram agir para tirar o índio dessa realidade de extrema exploração, exigindo do rei atitudes que pusessem fim à escravidão indígena, mas, ainda assim, numerosos índios foram dizimados devido a guerras e a doenças que os acometiam. O Marquês de Pombal também, com suas medidas coercitivas, em 1757, contribuiu, de alguma forma, para o enfraquecimento do uso das línguas indígenas no Brasil.

Na região sudoeste da Bahia, por exemplo, a dizimação dos índios era uma necessidade para o estabelecimento das atividades agrícolas nas terras conquistadas, e a história do município de Poções está ligada a ações dos “bandeirantes” baianos que investiram sua ferocidade contra tribos dos mongóis que habitavam as margens do rio das Mulheres. Tal situação assemelha-se àquela vivida em grande parte do território brasileiro (SILVA, 2003, p. 20).

A situação social que se apresentava influenciou, decisivamente, na busca por outro tipo de mão-de-obra para manter a sociedade colonial ativa economicamente e, então, tem início o tráfico negreiro, com africanos sendo trazidos, à força, para as terras brasileiras.

1.1.2 A participação do elemento africano

O tráfico negreiro para o Brasil tornou-se regular a partir de 1549, com um alvará de D. João III, que autorizava os donos de engenho a resgatar até 120 africanos, por ano, para cada engenho estabelecido. A partir desse ato oficial, o número de escravos no Brasil cresceu muito, e eles vinham de variadas localidades da África, falando diferentes línguas. De acordo com Lucchesi (2009, p. 45), os estados com maior concentração de africanos foram Pernambuco e Bahia, “onde, no final do século XVI, os africanos ocupavam a base da sociedade colonial brasileira”.

Kátia Mattoso (1990, p.22-23), em seus estudos historiográficos sobre a escravidão, numa tentativa de identificar a procedência dos negros trazidos para o Brasil, define as áreas africanas de onde esses negros vieram, baseada em três grandes ciclos do tráfico: o Ciclo da Guiné, no século XVI, que traz para o Brasil wolofs, mandingas, sonrais, mosis, huaçás e peuls, mais conhecidos, de forma genérica, como sudaneses; o Ciclo do Congo-Angola (séc. XVII); e o terceiro ciclo, já no século XVIII, correspondente ao ciclo da Mina, do Golfo de Benin e da Costa da Mina. No século XIX, os negros escravos chegavam ao Brasil vindos de muitas diferentes áreas africanas, porém havia predominância de Angola e Moçambique.

Não há como precisar qual o número de línguas africanas que chegaram até o Brasil, mas se sabe que, com o intuito de evitar que os escravos se rebelassem e tentassem, juntos, fugir, falantes de línguas variadas eram colocados para conviver em um mesmo engenho, misturados, assim dificultando a comunicação entre eles. Fez-se necessário, para os escravos africanos, então, aprender uma outra língua para que fosse possível a comunicação; essa outra língua, naturalmente, acabou sendo a língua do colonizador, o português. Esse aprendizado era feito na oralidade, sem normatização; coube então ao senhor e, mais frequentemente ao feitor, ensinar os rudimentos da nova língua àqueles que agora necessitavam se comunicar em terras brasileiras.

O número de africanos e afro-descendentes era muito grande. Alguns historiadores, como Mattoso (1990, p.13), afirmam que chegaram aqui cerca de 3.500.000 escravos, mas outros, como Darcy Ribeiro (1997), chegam a sugerir, a partir de um estudo de demografia comparada hipotética, um número exagerado de 6.353.000 escravos, que teriam aportado aqui entre o início do tráfico negreiro e 1860.

Tânia Lobo (1996) organiza, de forma resumida, os dados demográficos em uma tabela, mostrando que os portugueses e seus descendentes eram menos de um terço da população do Brasil, compondo os africanos, seus descendentes e índios aculturados a maioria da população.

Tabela 2: População do Brasil por etnias branca e não-branca

	etnias não brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Fonte: Lobo (1996).

Ao analisar os dados demográficos apresentados por Lobo (1996), é possível supor que a contribuição dos negros africanos para a formação de um “português geral brasileiro”, termo utilizado por Mattos e Silva (2004) para designar um antecedente histórico do português popular, atualmente falado no Brasil pela maioria da população, foi extremamente relevante. Os europeus portugueses e seus descendentes mais europeizados, por sua vez, teriam tido atuação relevante na difusão do que hoje chamamos português culto, típico das camadas com maior grau de escolarização e maior poder aquisitivo.

Diferentemente do que se pode supor, os escravos não habitaram apenas a região Nordeste do Brasil; eles, em diferentes épocas, desempenharam muitos papéis e ocuparam diferentes áreas geográficas do país. Ocorria, no Brasil, o tráfico interno de negros escravos, sempre visando à necessidade de mão-de-obra em determinadas regiões, buscando atuar em grandes frentes de exploração.

Quando estourou a febre do ouro e de diamantes, foram levados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro muitos escravos para as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Arrefecendo essa corrida do ouro, o tráfico direcionou-se para o litoral, onde o cultivo do café estava em alta, principalmente em áreas do Rio de Janeiro até São Paulo; em seguida, a direção que se seguiu foi a da área cafeeira do Vale do Paraíba, abrangendo a área de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas

Gerais. O escravo também foi utilizado no cultivo de algodão e fumo no Maranhão; em colheitas de especiarias na Amazônia; em regiões pastoris no interior do Nordeste e até em charqueadas no Rio Grande do Sul, conforme descreve Mattoso (1990).

Além dos trabalhos já pressupostos aos escravos, como a atuação em plantações e na mineração, eles exerciam outras atividades tidas como inferiores para serem exercidas por brancos: eles eram artesãos, carregadores, pintores, marinheiros, vendiam rendas e doces em tabuleiros. Cabia aos escravos negros o desempenho de uma vasta gama de atividades essenciais para a atividade cotidiana, estando assim inseridos nessa vida, tanto nos núcleos urbanos como nos rurais.

Há, ainda, uma situação linguística peculiar, que era a que se encontrava nos espaços ilegítimos da escravidão, forma como eram chamados os quilombos, os locais de resistência ao sistema da época. Lá, além dos negros fugitivos, eram recebidos os fugitivos de outras etnias, inclusive brancos e luso-descendentes que não se adequavam ao sistema. Nesses espaços, certamente, havia uma configuração linguística diversa, o que favorecia o uso de uma língua comum a eles, adquirida de forma precária, o já citado português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular do Brasil.

Todos esses fatores, interligados, como o grande número de africanos e sua mobilidade em terras brasileiras, a variedade de papéis desempenhados por eles na sociedade colonial tanto rural como urbana e a importância social e linguística dos espaços ilegítimos da escravidão nos levam a afirmar, mais uma vez, que foram os africanos e seus descendentes os principais agentes difusores do português popular brasileiro.

1.2 HIPÓTESES PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR

A caracterização sócio-histórica da realidade linguística brasileira tem sido foco da atenção de muitos estudiosos da língua desde o século XIX. Esses estudiosos têm como objetivo maior definir como se deu a origem da variedade popular do português brasileiro e, nesse sentido, encontra-se uma polêmica: o contato do PB com línguas indígenas e africanas influenciou ou não a vertente popular do português do Brasil?

Há um grupo grande de linguistas que defendem que o alto número de negros africanos trazidos para o Brasil na época da colonização, em contato com as mais variadas línguas já existentes aqui, exerceu grande influência na estrutura da língua portuguesa. Em busca de mostrar a validade de sua hipótese, tais linguistas relacionam o Português Popular do Brasil com línguas crioulas de base portuguesa faladas no continente africano. Em contrapartida, há outro grupo de estudiosos que afirma que as mudanças ocorridas no PPB já estariam prefiguradas em seu sistema, seguindo o PB uma deriva secular.

No final do século XIX, Adolfo Coelho (1881) traça semelhanças entre o PB e crioulos de base portuguesa, apontando que, também no PB, há a supressão da forma de plural e a ausência de concordância de número dentro do sintagma nominal. Dessa forma, ele tenta evidenciar que o PPB e as línguas crioulas fazem parte de um mesmo grupo de línguas com características semelhantes.

Em 1933, Jacques Raimundo, com seu livro *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, atribui à influência negra africana a maioria das características do PB, tais como a prosódia, o léxico, a pronúncia, que ele afirma advir da “mescla” dos linguajares falados em terras brasileiras, assim como a flexão, que se apresenta sensivelmente simplificada. Seus estudos são concentrados na contribuição vocabular das línguas africanas para o português, dando destaque a um número expressivo de africanismos de origem banto, já que este grupo de escravos predominou durante o início da colonização do Brasil.

Renato Mendonça publica, no mesmo ano em que Raimundo, um livro também tratando da influência negra na formação do Português do Brasil. Em *A influência africana no português do Brasil*, Mendonça (1933) também compara os crioulos de base portuguesa e a língua portuguesa do Brasil e atribui grande importância ao elemento negro para a formação do PB, chamando atenção de que não só o elemento indígena teve participação contundente nessa formação. Mendonça (1933, p. 79) se referia a uma proeminência indevida do papel do índio na formação do PB e afirma que isso se deu graças à ideologia romântica, em que teve destaque o indianismo de José de Alencar e Gonçalves Dias, e que punha a figura indígena como um herói mítico, representante de uma nação brasileira, deixando, conseqüentemente, a figura do negro sem o seu merecido destaque.

Mendonça (1933) traz, como inovação, a relação entre a influência africana e os falantes da modalidade popular do PB, destacando muitos aspectos do PPB que,

segundo ele, estão relacionados às línguas africanas encontradas aqui no Brasil; são aspectos fônicos e, em menor escala, morfológicos e sintáticos. Mendonça (1933) chama atenção para a ausência de plural em substantivos quando precedidos por determinantes pluralizados e mostra, ainda, que fato semelhante ocorria também em adjetivos em função de predicativo.

Diversos estudiosos da língua, nas décadas que se sucederam, saíram em defesa de uma imagem de unidade e conservadorismo do português do Brasil, seja na variedade culta ou na popular. Nessa concepção, o colonizador europeu ocupa uma posição de superioridade em relação aos povos indígenas e aos africanos, sendo reduzida a importância da influência de suas línguas no português. Os maiores expoentes dessa visão de unidade e conservadorismo do PB foram Gladstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto.

Ainda na discussão sobre a origem do PB, Gladstone Chaves de Melo (1946) reconhece, também, uma maior influência exercida pelos negros africanos na formação do PB que pelos indígenas. Melo (1946) também acredita na formação de um crioulo tupi-quimbundo em terras brasileiras e afirma que o PPB originou-se desse crioulo. Segundo ele, esse crioulo foi substituído pela urbanização do período, pela escolarização, que se ampliava gradativamente, e pelas ondas relusitanizantes. Assim como outros autores já haviam observado, Melo (1946) salienta que os africanos trazidos para o Brasil podem ter influenciado o PB com alguns traços peculiares às suas línguas, fazendo com que, por exemplo, o PB se apresentasse com uma morfologia flexional mais simplificada; porém não atribui ao contato entre línguas todo o mérito para as mudanças observadas no PPB, apesar de não conseguir apontar qualquer outra razão para tais mudanças.

Serafim da Silva Neto (1963) explica as diferenças encontradas no PB através do conceito de *deriva*, com um conceito mais amplo, que contempla a ideia de uma deriva conservadora e uma deriva que teve sua velocidade aumentada dadas as condições sócio-históricas. De acordo com o autor, em se tratando da deriva conservadora, os traços arcaizantes encontrados no PB são típicos de línguas transplantadas. Havia, entre os falantes do PE que vinham para o Brasil, uma multiplicidade de falares, já que advinham de diferentes regiões de Portugal, e isso fazia com que buscassem um ponto em comum entre seus falares. Como estavam distantes do centro irradiador das inovações linguísticas, acabavam por apresentar um comportamento mais conservador, com traços arcaizantes.

Silva Neto (1963) afirma que a tendência à simplificação observada na língua portuguesa era algo já presente nas línguas românicas, e que os falantes africanos, que aqui aprenderam o português, sem a presença da ação normatizadora da escola, apenas aceleraram este processo que já se encontrava prefigurado na língua. Ele reconhece sim o surgimento de crioulos e semi-crioulos, porém justificando estes fenômenos com a deriva natural da língua que, no contexto histórico da colonização, com a presença massiva de negros, apenas teve o seu curso natural acelerado. Para Silva Neto (1963), essas variedades mais ou menos crioulizadas teriam sido levadas por negros, índios e mestiços para o interior do país e estariam na base da formação das variedades rurais e populares do português brasileiro.

Sílvio Elia (1979), assim como Silva Neto e Melo (1963), admite uma influência afro-índia no português brasileiro, porém afirma haver uma unidade entre o português do Brasil e o de Portugal, visto que o contato entre línguas não conseguiu alterar o sistema. Ao se referir à importância da influência de africanos e indígenas na formação do português brasileiro, afirmou a existência de um falar crioulo, que era nada mais que a deturpação e simplificação de uma língua-base por parte de aloglotas em estágio cultural inferior. Elia (1979) afirma que muitas das características encontradas no PB são também vistas em outros semi-crioulos, assim como a simplificação das flexões verbais e nominais.

Postura semelhante à de Silva Neto (1963) é assumida por Câmara Jr. (1975), negando a importância dos crioulos falados em terras brasileiras por escravos africanos e, mais uma vez, afirmando que a sua presença apenas teria acelerado o que inevitavelmente iria ocorrer, por estar prefigurado no sistema da língua portuguesa. Entretanto ele afirma que a presença das línguas africanas teve maior influência que a das línguas indígenas, assumindo a possível formação de um crioulo, que teria interferido na formação da nossa realidade linguística e influenciado, principalmente, as variedades populares.

Na década de 80, Gregory Guy publica trabalhos explorando a relação entre as línguas africanas e o português, associando a questão da crioulição às variedades populares do PB. Guy (1981) defende que, principalmente no século XVII, haveria ocorrido um processo de crioulição prévia, seguido de um posterior processo de descrioulição causado pelo contato prolongado do PPB com o português culto. Para Guy, então, as marcas mais fortes de um suposto crioulo já

falado em terras brasileiras podem ser notadas nos dialetos rurais, porém estaria havendo uma descaracterização por conta da ação da urbanização

Guy (1981) utilizou, com o objetivo de confirmar a sua hipótese, duas variáveis morfossintáticas, a concordância de número no interior do SN e a concordância sujeito-verbo. Segundo ele, a perda dessas regras de concordância se daria devido ao já citado processo prévio de criouliização, e estaria em andamento um processo de reaquisição dessas regras, partindo dos contextos em que houvesse maior saliência fônica³, caracterizando, assim, um processo de descriouliização em direção ao português europeu. Ele afirma que “[...] a história social do Brasil é exatamente a que deveria ter sido para que ocorresse a formação de um crioulo” (GUY, 1981, p.313).

Em 1993, Fernando Tarallo, em seu texto *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro – mudanças sintáticas aleatórias*, diz, logo de início, que não tem a intenção de afirmar ou não a análise de Guy, pois, em seu entender, muitos esforços já foram dispensados para um entendimento da tipologia de línguas crioulas e classifica o PB como “uma língua do tipo misto: uma língua que, absurda, inesperada e estranhamente, compartilha propriedades com línguas não-relacionadas, quer crioulas ou não, e que está se distanciando do superestrato original: PE” (1993, p. 38). É possível notar, portanto, que, na opinião de Tarallo, ainda que tivesse ocorrido um processo de criouliização do PPB, o processo de descriouliização seria impossível, pois a realidade observada no PB não condiz com a situação necessária para esse processo, que seria de uma reaproximação da língua alvo, no caso, o PE.

Tarallo, para confirmar a sua tese, analisa estratégias de relativização utilizadas no português do Brasil, na variante falada, e a retenção de pronomes nas sentenças encaixadas e matrizes. Ele observa as similaridades entre o PB e algumas línguas crioulas legítimas, que não têm nenhuma relação histórica; assim, Tarallo argumenta que o PB pode ter sido sim criouliizado em algum momento de sua história, já que possui, em se tratando da sintaxe, muitos aspectos similares aos de gramáticas de crioulos legítimos.

Em seguida, Tarallo tece comparações entre o PB e o PE, salientando que, ao passo que no português europeu a retenção de pronomes é muito baixa na

³ O conceito de saliência fônica será discutido no Capítulo 3 desta tese, A concordância nominal.

posição de sujeito e muito alta na posição de objeto, no Brasil, observa-se justamente o contrário, um incremento no uso do pronome na posição de sujeito, ao lado de uma sensível diminuição no uso dos pronomes na posição de objeto. Tarallo, então, conclui que a realidade linguística brasileira se estaria afastando da realidade linguística de Portugal, ao invés de se aproximando, como seria necessário para que houvesse a descrioulização proposta por Guy. Ele diz ainda que, para que a tal descrioulização ocorresse, o PB terá que “se virar de ponta-cabeça e pelo avesso” (1993, p. 60), pois as possibilidades de as mudanças sintáticas que hoje ocorrem no PB reverterem ao PE são realmente remotas.

A posição de Câmara Jr. e Silva Neto, que defendem que as mudanças ocorridas no PB se devem a uma deriva secular da língua, é retomada pelos linguistas Anthony Naro e Marta Scherre (1993). Em seus estudos, defendem que as mudanças que ocorreram na língua já estariam prefiguradas no sistema linguístico do português, e a tendência à simplificação, observada na língua, já existiria desde o indo-europeu. Naro e Scherre (2007) não negam a possibilidade de ter havido um processo de *transmissão linguística irregular*, porém não atribuem a esse processo qualquer importância com relação à variação na concordância nominal e verbal, aspectos da língua que eles usam, em diversos trabalhos, para comprovar as suas hipóteses. Para eles, é questionável a existência de algum *pidgin* ou crioulo de base lexical portuguesa durante a colonização do Brasil.

Objetivando comprovar o seu ponto de vista, Naro e Scherre (1993) argumentam que a perda fonológica da nasalização final em determinados nomes, como “*virgem*>*virge*”, no português europeu, teria provocado um processo de generalização do fenômeno, que acabou por atingir a morfologia dos verbos. Mostram, também, que há variação, ainda que mínima, na concordância verbal no PE, mesmo em sua fase arcaica.

Os autores afirmam que:

O impulso motor do desenvolvimento do Português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais forte é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos (1993, p.451).

Em tal “confluência de motivos”, muito possivelmente se encontra o contato entre línguas que se deu em terras brasileiras e que certamente exerceu alguma

influência na formação do PB. Ainda que indiretamente, os autores deixam uma lacuna na qual se pode inserir a inegável importância do contato entre línguas para a formação do português brasileiro, principalmente em sua variedade popular.

Em oposição à visão de que as alterações observadas hodiernamente no PB são simplesmente fruto de uma deriva secular da língua, Alan Baxter e Dante Lucchesi (1997) defendem a importância do contato entre línguas para a formação do português do Brasil.

A existência de crioulos, na época da colonização, em terras portuguesas, não é o ponto em que Baxter e Lucchesi (1997) concentram as forças de seus estudos, apesar de não negarem uma possível existência de um tipo de crioulição em pontos específicos isolados do interior do país. Os autores defendem o conceito de *transmissão linguística irregular*, segundo o qual, a depender da intensidade e do prolongamento da situação de contato, pode-se originar não só um crioulo típico ou um *pidgin*, mas também uma variedade de língua em que ocorreu uma erosão gramatical um pouco menor. Essa variedade de língua não se configuraria como um crioulo típico, mas traria marcas evidentes do contato entre língua e da sua nativização entre os descendentes da situação de contato.

Lucchesi (2001) descreve a realidade linguística brasileira como bipolarizada, pondo a(s) norma(s) popular(es) em um extremo e a(s) norma(s) culta(s) em outro. Será esta a visão aqui defendida, a de uma realidade que se apresenta em dois polos, com uma influência inegável da importância do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil, com base no conceito de *transmissão linguística irregular*.

1.3 A REALIDADE BIPOLAR DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

De meados do século XVI até o final do século XIX, a realidade socioeconômica brasileira foi pouco alterada: o país se mostrava como uma grande sociedade rural, com pequenos núcleos urbanos, em que se instalava uma minoria elitizada, que tinha acesso a uma incipiente vida institucional (LUCCHESI, 2009). As camadas médias e altas da sociedade brasileira, que eram numericamente reduzidas e que possuíam um comportamento linguístico sensivelmente conservador, buscavam sempre manter os laços linguísticos e culturais com a Metrópole. Durante muito tempo, os professores de língua portuguesa que

lecionavam em terras brasileiras eram trazidos de Portugal; um caráter conservador foi mantido na língua falada pela elite, que era vista como possuidora da variedade culta do PB.

Em outro extremo, se encontrava a maioria da população, índios, africanos e mestiços, que eram explorados e viviam em condições desumanas, segregados da sociedade, sem direito à cidadania. Nessas condições, ocorria um massivo contato do português com as línguas dos indígenas e dos africanos trazidos para o Brasil, o que caracterizava uma realidade ideal para a ocorrência de processos de *transmissão linguística irregular*. Uma variedade já modificada do português ia sendo aprendida por essa camada da população, que era numericamente superior à elite colonial, e disseminada por várias regiões do país. A tal variedade do português Mattos e Silva (2004) chama de “português geral brasileiro”, considerado um antecedente histórico do atual português popular brasileiro, que foi adquirido na oralidade, em situações de aquisição imperfeita e “difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90).

A camada popular, composta inicialmente por índios aculturados, escravos e mestiços, era a mão-de-obra disponível para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, no cultivo do pau-brasil, algodão, café, tabaco e, posteriormente, no ciclo da mineração do ouro. Sendo assim, essa camada teve atuação bastante abrangente em várias regiões do país e, conforme Lucchesi, “o massivo deslocamento de populações pode explicar em boa medida a homogeneidade diatópica das variedades populares do português do Brasil” (2001, p.105). Dessa forma, a realidade linguística brasileira não era apenas heterogênea e variável, era sim plural e polarizada, com as normas vernáculas em um polo e as normas cultas em outro.

Dentre as normas vernáculas, estava o chamado “português geral brasileiro”, que, de acordo com Mattos e Silva (2004), teve como favorecedor à sua formação uma presença não-maciça de europeus e a grande miscigenação ocorrida em terras brasileiras. Um constante

embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou

ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 21)

A partir do fim do século XIX, aconteceu, no Brasil, uma entrada populacional de imigrantes, que tinha o objetivo político e social de ajudar a modernizar a economia, de embranquecer a população local (KREUTZ, 2000), mas que, linguisticamente, serviu também para ajudar a diminuir a distância que separa o polo culto do polo popular. Os japoneses, italianos, espanhóis, portugueses que se instalavam em solo brasileiro chegavam arruinados economicamente, porém, algumas vezes, tinham alguma instrução, o que facilitava a sua rápida ascensão social. Eles deixavam de conviver com escravos e capatazes, com quem aprendiam o português do Brasil, repleto de marcas da camada mais excluída da população, e passavam a conviver com os brancos e seus descendentes, a classe média do período, oferecendo mão-de-obra especializada. Nessa ascensão social, os imigrantes passaram a interagir verbalmente com pessoas falantes de norma culta, e aspectos do PPB acabaram por serem transmitidos, assim como traços do português culto passaram a ser absorvidos.

A antiga realidade bipolar pode ser observada ainda hoje, porém um pouco mais atenuada. Até meados do século XX, a população brasileira era em sua maioria analfabeta, praticamente não havia meios de comunicação em massa, o sistema de transporte também não era dos mais eficientes, o que dificultava o acesso a muitas regiões do país, e a influência dos padrões linguísticos urbanos era mínima; toda essa dificuldade certamente facilitou a manutenção de algumas variedades de língua mais ou menos crioulizadas faladas no interior do Brasil, como a variedade falada em Helvécia. O que Lucchesi (2001) pôde observar em Helvécia, cidade localizada no extremo Sul do Estado da Bahia, foi uma forte influência do contato entre línguas ocorrido naquela localidade, com os membros mais velhos mantendo as marcas desse contato, como a simplificação de flexões verbais e nominais. Os mais jovens, graças à influência da urbanização, já estavam readquirindo e reintroduzindo a morfologia verbal e nominal perdida.

Lucchesi (2001, p. 107) salienta que está havendo uma diminuição da distância existente entre as normas populares e as normas cultas, mostrando que:

[...] há uma tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas

mais baixas da população através da televisão, do rádio ou pelo contato direto, proporcionado pelas modernas condições de transporte, ou mesmo através do precário sistema de ensino.

Apesar dessa diminuição de distâncias, ainda hoje é possível se perceber a existência da(s) norma(s) culta(s) e da(s) norma(s) popular(es), já que ainda há um “grande abismo que separa uma minoria, que desfruta de bens e serviços do universo da cidadania, da grande maioria, que pouco ou nenhum acesso tem aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos sociais básicos” (LUCCHESI, 2009, p. 42). A norma culta, na realidade atual brasileira, é aquela falada por essa minoria escolarizada, que tem acesso a saúde, lazer, que conhece os seus direitos. Os falantes da norma culta do PB são herdeiros “dos modelos [linguísticos] transmitidos aos longos dos séculos nos meios da elite colonial e do Império; modelos esses decalcados da língua da Metrópole portuguesa” (LUCCHESI, 2009, p. 42).

Em contrapartida, a norma popular é aquela falada por uma maioria, alijada de seus direitos de cidadão, que não consegue concluir os estudos básicos, quando consegue alguma escolarização formal, que tem dificuldade para ser atendida pela rede de saúde pública, que desconhece os momentos de lazer. Seu modelo linguístico advém de uma também maioria do período colonial, de uma língua que foi modificada pelo contato de várias línguas, a do colonizados, a dos nativos e a dos escravos trazidos da África. “Dessarte, se é uma variedade de língua do colonizador que se impõe na fala dos segmentos sociais aí formados, não se pode deixar de perceber as marcas de sua aquisição precária e de sua nativização mestiça” (LUCCHESI, 2009, p. 42).

Na zona rural, ainda que com fortes influências sociais e linguísticas dos centros urbanos, é onde se pode encontrar de forma mais delineada as marcas do contato entre línguas ocorrido no período de formação da língua portuguesa no Brasil e que se mostram mais fortemente no PPB. Aqui, nesta pesquisa, observa-se o português popular falado em bairros periféricos de um centro urbano, em busca de se perceber e definir como o contato entre línguas afetou essa variedade de língua mais integrada e urbanizada.

2 APORTE TEÓRICO - METODOLÓGICO

A variação na aplicação da regra de concordância nominal, de número e de gênero, em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular é recorrente, aparecendo tal variação, muitas vezes, inclusive, na fala de pessoas usuárias de uma norma culta. É possível ouvir expressões como “As casas foram pintadas” e “Os livros que eu li ontem para você é bom”.

Aqui, parte-se do pressuposto de que o uso ou não da marca de plural não ocorre de maneira aleatória, ou mesmo condicionada por um único fator, e sim pela atuação de uma série de fatores, linguísticos e sociais. Assim, busca-se compreender e explicitar quais os fatores que influenciam a opção do falante pelo uso ou não da norma de concordância nominal de gênero e de número nas estruturas sintáticas aqui em foco.

Para responder à pergunta sobre quais fatores influem no fenômeno em estudo, serão utilizados os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), ramo dos estudos linguísticos que se propõe a estudar a variação e a mudança linguísticas, estabelecendo, como o próprio nome indica, a relação inquestionável entre língua e sociedade. Dessa forma, o presente capítulo se ocupará de uma breve discussão sobre os axiomas da Sociolinguística Variacionista e de suas contribuições para a compreensão dos fatos linguísticos.

2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A Sociolinguística Variacionista, que tem como seu maior representante o linguista William Labov, veio questionar o que preconizavam outras escolas linguísticas, como o Estruturalismo, que defendia a língua como um sistema homogêneo e uniforme. O estruturalismo saussuriano estabelecia a divisão dicotômica entre língua (*langue*) e fala (*parole*), em que a primeira é um sistema abstrato homogêneo, existente na mente do falante, e a segunda, uma manifestação individual, heterogênea, sujeita a fatores externos. Os estruturalistas afirmavam que

os estudos linguísticos deveriam focar a língua, privilegiando o caráter formal e estrutural do fenômeno linguístico. Para essa corrente, o estudo deveria ser imanentemente interno, afastando “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 29).

Não se pode negar, contudo, que Saussure (2006 [1916]) reconhece a relação íntima entre língua e sociedade, já que afirma que a língua é um fato social, “um produto social da faculdade da linguagem” (p. 17). No entanto o estruturalismo opta por uma linguística interna e trabalha sobre uma relação entre estrutura e homogeneidade linguística.

Indo contra as ideias estruturalistas, no início do terceiro capítulo do ensaio que fundamenta os estudos variacionistas, *Empirical foundations for a theory of language change*, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968] p.86) interrogam: “Se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda?”, como as pessoas conseguem, então, se comunicar durante os períodos de mudança no sistema linguístico?

Em busca de resposta a questionamentos como esses, surge, na década de 1960, um novo modelo teórico-metodológico, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. O termo Sociolinguística surgiu, em 1964, em um congresso, organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Foi Bright, então, o primeiro a definir e caracterizar a sociolinguística, num texto introdutório às atas do congresso, que trouxe o nome de “As dimensões da sociolinguística”. Nesse texto, Bright diz que a sociolinguística deve “[...] relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade” (BRIGHT, 1974 apud ALKMIM, 2003, p. 28). Para a Teoria Variacionista, a variação é motivada, está correlacionada a fatores internos e externos à estrutura da língua, pois, além de estar encaixada na estrutura linguística, a variação está correlacionada à forma como a sociedade se organiza social e culturalmente.

O objeto de estudo da Sociolinguística é, pois, a variação linguística; esse estudo é feito através da análise da realidade linguística observável na fala. A Teoria da Variação surge para mostrar que, contrariamente ao que imaginavam os estruturalistas, estrutura não é sinônimo de homogeneidade e que é, sim, possível fazer uma descrição sistemática da variação existente em uma língua.

William Labov, em seu clássico estudo sobre comunidade da ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts, traz, de forma esclarecedora, a indicação do papel contundente dos fatores sociais na variação linguística dos falantes da ilha. Martha's Vineyard era uma comunidade que vivia em relativo isolamento, até que, no verão, recebia um número alto de turistas, que movimentava a cidade e alavancava a economia local. Se, de um lado, havia uma reação social àquela "invasão" de veranistas, de outro, havia os que acatavam os visitantes e buscavam se enquadrar aos padrões por eles trazidos.

Nesse sentido, Labov lançou seu olhar acurado sobre a forma de pronunciar os ditongos /aw/ e /ay/, como em *out*, *house* e *white* e *right*, e percebeu que a centralização era um traço característico dos moradores da ilha. Diante do cenário social da ilha, Labov percebeu que, de forma semelhante, a linguagem também era afetada: os habitantes mais velhos, normalmente mais tradicionais, buscavam manter a sua identidade e, por isso, mantinham a centralização dos ditongos, por vezes reforçando tal uso. Os mais jovens, por sua vez, preferiam a variante dos veranistas, inovadora e reconhecida por eles como detentora de maior prestígio social. A relação entre língua e sociedade é inegável e, em Martha's Vineyard, a variável chamada por Labov de *orientação cultural* atuou de forma significativa, associada a outras variáveis, como idade, sexo⁴, origem étnica, ocupação, entre outros.

Como diz Labov (2008), "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística, sem levar em consideração o contexto em que ela ocorre" (p. 21), por essa razão todo estudo sociolinguístico foca seu olhar em uma comunidade de fala, que Fernández (1998, p. 19) define muito bem:

Uma *comunidad de habla* está formada por um conjunto de hablantes que comparten efectivamente, al menos, una lengua, pero que, además, comparten un conjunto de normas y valores de naturaleza sociolingüística: comparten unas mismas actitudes lingüísticas, unas mismas reglas de uso, um mismo critério a la hora de valorar socialmente los hechos lingüísticos, unos mismos patrones sociolingüísticos.

⁴ Neste trabalho, não será feita discussão sobre a designação sexo ou gênero para os trabalhos sociolinguísticos. Esta é uma discussão ampla e que não cabe neste texto, portanto onde ocorrer a expressão *sexo*, pode, perfeitamente, ocorrer a expressão *gênero*.

Dessa forma, nesta pesquisa, as comunidades de fala analisadas são quatro bairros da cidade de Salvador e um da região metropolitana, já que é impossível analisar a linguagem fora de uma comunidade. As línguas se apresentam intrinsecamente heterogêneas, porque heterogêneos são os seus usuários. “A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes [...]” (BAGNO, 2007, p.36). Numa concepção de língua laboviana, a heterogeneidade é algo natural, inerente ao sistema linguístico, e imaginar uma comunidade em cuja língua não há heterogeneidade seria, segundo Labov, algo disfuncional.

Lucchesi (2004, p.172) diz que “no modelo da Sociolinguística, [...] o que se oferece ao falante não é um sistema homogêneo, unitário e imutável, que se impõe de forma irreduzível, mas um sistema heterogêneo sobre o qual o falante atua de acordo com as disposições estruturadas em que a prática linguística se atualiza”.

Diante dessa constatação irrefutável de que toda língua é naturalmente heterogênea, é também incontestável a ideia de que toda língua está sujeita a variação e, portanto, a mudança. A variação linguística pode ocorrer nos mais diversos níveis da língua, desde o fonético-fonológico até o morfossintático, porém nem tudo no sistema linguístico está sujeito a variação. Há, no sistema linguístico, regras *categóricas* e *regras variáveis*.

Em português, a posição do artigo é à esquerda do nome, não havendo registro de sentenças em que o artigo apareça à direita: *A casa é confortável*, * *Casa a é confortável*; *O livro foi roubado*, * *Livro o foi roubado*. Essa é uma regra fixa, categórica, não sujeita a variação linguística, a sua violação revela sentenças agramaticais. De forma oposta, há situações em que o falante pode optar, consciente ou inconscientemente, pela forma como deseja comunicar uma informação, por exemplo: *Nós vamos ao cinema. / A gente vai ao cinema; As paredes foram pintadas. / As parede foi pintada*. Ao contrário do que se observou nos exemplos sobre a colocação dos artigos, aqui não se produziram sentenças agramaticais, justamente porque estas últimas regras são variáveis.

Nesse contexto de regras variáveis, é possível perceber as “[...] diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2006, p.8), que são as variantes linguísticas. Ao conjunto dessas variantes dá-se o nome de *variável*. Nesta investigação linguística, o fenômeno em foco é a concordância nominal em predicativos e em estruturas passivas, que pode ser desdobrada nas seguintes variáveis:

- a) Concordância nominal de número em predicativos;
Os rapazes estão encostados no portão novo.
Os rapaz estão encostado no portão novo.
- b) Concordância nominal de gênero em predicativos;
A menina que veio aqui ontem era bem comportada.
A menina que veio aqui ontem era bem comportado.
- c) Concordância nominal de número em passivas;
Os rapazes foram encostados no portão.
Os rapaz foi encostado no portão.
- d) Concordância nominal de gênero em passivas.
A menina foi bem tratada.
A menina foi bem tratado.

As análises realizadas dentro da Sociolinguística Variacionista observam as variações sistemáticas, dentro de uma heterogeneidade estruturada na comunidade de fala; não há um caos linguístico, e sim um sistema associado à heterogeneidade da língua falada. Considera-se a língua em seu contexto sócio-cultural, visto que parte considerável das explicações para a variação observada no uso da língua se baseia em fatores extralinguísticos, não apenas em fatores internos ao sistema linguístico.

2.2 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

A variação é motivada, e a análise estrutural dos processos de variação pode informar sobre os mecanismos que atuam nos processos de mudança em curso na língua. Vale ressaltar, contudo, que variação linguística não implica necessariamente mudança linguística; já a mudança, por sua vez, pressupõe uma variação, ou seja, as mudanças surgem de fatos heterogêneos dentro da língua, porém nem todo fato heterogêneo resultará em uma mudança.

Ao estudar a mudança linguística e buscar explicações sobre como ela se processa, Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, pela primeira vez discutem os clássicos cinco problemas da sociolinguística: o problema do condicionamento (*constraints problem*), o problema da transição (*transition problem*), o problema do encaixamento (*embedding problem*), o problema da avaliação (*evaluation problem*) e

o problema da implementação (*actuation problem*). Resumidamente, têm-se aqui os problemas que devem ser resolvidos em um estudo sobre mudança linguística:

- a) Problema do Condicionamento ou restrições – há fatores que determinam uma mudança linguística, apontando em que direção a língua seguirá. É preciso definir os fatores condicionantes ou restrições, linguísticas e extralinguísticas, que intervêm na trajetória da mudança, que torna a mudança possível e indica se é de ordem universal;
- b) Problema da Transição – o processo de mudança linguística se dá de forma contínua e discreta. Esse problema vem questionar como uma língua muda, como ela passa de um estágio para outro, indicando a necessidade de se analisar a comunidade de fala em que a mudança ocorre, em busca de definir e analisar o percurso da mudança;
- c) Problema do Encaixamento – a mudança linguística não ocorre isoladamente, e sim dentro de uma estrutura linguística e, ainda, em uma estrutura social. É preciso observar como a mudança se encaixa no sistema linguístico e na matriz social da comunidade, já que não há como dissociar as questões linguísticas de questões, culturais, ideológicas, políticas e históricas.
- d) Problema da Avaliação – os falantes têm, em determinado grau, consciência das mudanças que acontecem na língua e, portanto, podem reagir de forma positiva ou negativa a elas. Essa avaliação social de julgamento sobre a mudança pode exercer efeito sobre a sua implementação, fazendo com que ocorra mais rápida ou mais lentamente.
- e) Problema da Implementação – é preciso entender o porquê de uma mudança linguística ocorrer em determinado lugar e época e não em outro lugar ou época. Busca-se a compreensão de que fatores propiciam essa implementação e, para responder a tal questão, faz-se necessário recorrer aos outros problemas já colocados.

Para a Sociolinguística, os processos de mudança ocorrem nas comunidades de fala e são de fundamental importância; é nas comunidades de fala que serão observadas as formas linguísticas em variação. Como já dito reforçadamente, a língua, que se apresenta de forma múltipla e variável, é observada em seu uso, dentro da sociedade. É sempre feita a análise das variáveis sociais envolvidas nas

questões linguísticas, e tal análise é que vai delinear o quadro de variação que está ocorrendo na comunidade de fala. Pode-se observar uma *variação estável* ou mesmo uma situação de *mudança em progresso*.

A *variação estável*, como o próprio nome indica, traz a ideia de que o fenômeno linguístico em variação permanecerá assim, variando, por algum tempo, já que nenhuma das formas em uso revela uma situação de predominância sobre a outra. Já a *mudança em progresso* mostra a possibilidade de uma variante linguística sobrepujar a(s) outra(s), tendo o seu uso bastante difundido, de forma que as demais cheguem mesmo a cair em desuso, e a variante predominante tenha o seu uso como categórico. Deve-se sempre ter em mente que a escolha por uma variante não é motivada exclusivamente por questões linguísticas, e sim também, e até predominantemente, por questões de prestígio social.

Com a adoção do conceito de *mudança em progresso*, Labov (2008 [1972]) mostra que a análise sociolinguística vem rever mais uma ideia vigente até então, a de que a mudança linguística só poderia ser observada depois de implementada, não podendo ser estudada diretamente. Lucchesi (2004, p. 166) diz que:

O recurso utilizado por Labov para superar esse obstáculo foi o de procurar entrever a mudança em progresso na variação observada na língua num determinado momento, o que ele definiu como o estudo da mudança no **tempo aparente**.

Labov (2008 [1972]) afirma que a mudança linguística pode ser observada em seu processo de implementação, pois a variação linguística não é um fenômeno aleatório, e sim sistemático e que, através da correlação entre fatores linguísticos e sociais, poder-se-ia observar a variação sincrônica na gramática de uma determinada comunidade de fala, que refletiria o processo de mudança em curso no plano diacrônico.

O conceito de *tempo aparente*, acima referido, é uma espécie de projeção sobre o tempo real. Não sendo possível sempre realizar as pesquisas em tempo real, pela impossibilidade de se voltar no tempo para fazer a coleta de dados ou mesmo pelo fato de, até o início do século passado, não serem os gravadores objetos de fácil acesso, fato que dificultava o registro dos fenômenos observados em comunidades de fala, surgiu a necessidade de se utilizar o recurso do estudo em tempo aparente.

A validade do [tempo aparente] depende crucialmente da hipótese de que a fala das pessoas de 40 anos hoje reflete diretamente a fala das pessoas de 20 anos há 20 anos atrás e pode, portanto, ser comparada com a fala das pessoas de 20 anos de hoje, para uma pesquisa da difusão da mudança lingüística. As discrepâncias entre a fala das pessoas de 40 e 20 anos são atribuídas ao progresso da inovação lingüística nos vinte anos que separam os dois grupos (CHAMBERS e TRUDGILL, 1980, p.165).

O que postula o conceito de tempo aparente é que as diferenças de comportamento linguístico observadas em determinadas gerações hoje refletiriam momentos anteriores diferentes no desenvolvimento da língua. Esta pesquisa se utilizará do recurso do tempo aparente.

Assim, pode-se chegar à conclusão de que um estudo sociolinguístico tem o objetivo de descrever um fenômeno variável observado em uma comunidade de fala, a fim de analisá-lo, apreendendo e sistematizando as variantes linguísticas em uso. Para essa análise, lança-se mão de recursos estatísticos, buscando calcular a influência exercida por cada um dos fatores relacionados, linguísticos e extralinguísticos, estabelecendo uma relação entre o processo de variação sincrônico com os processos de mudança que operam na estrutura da língua diacronicamente.

2.3 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR

Para se compreender a escolha por estudar a variedade popular do português do Brasil, faz-se necessário discutir, ainda que brevemente, o conceito de *transmissão linguística irregular*, que é um conceito aqui utilizado para fazer referência ao que se passou nos momentos históricos de massivo e prolongado contato entre línguas, em situações em que a língua dos detentores de poder é tomada como modelo a ser seguido pelos demais, normalmente em situação politicamente inferior. Nessas situações de contato, a depender de fatores históricos e linguísticos, pode haver a formação de uma nova língua, chamada língua *pidgin* ou língua crioula, ou apenas se formar uma nova variedade de língua, que não se configura como uma nova entidade linguística distinta das já existentes.

Em situações típicas de contato, o que se observa é uma população numerosa de adultos, muitas vezes falantes de línguas diversas e até mutuamente ininteligíveis, que se vê forçada a adquirir uma segunda língua para poder manter as

relações sociais e comerciais. Devido à própria situação, essa variedade de língua que se forma apresenta uma forte simplificação e redução em sua estrutura gramatical, mantendo-se apenas os elementos essenciais para se desempenhar uma comunicação básica. Lucchesi (2000, p. 99) diz que essa redução na estrutura gramatical da língua se dá devido a:

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, acesso aos dispositivos da *faculté du langage*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo fundamentalmente a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo.

Quando acontece um prolongamento da situação de contato linguístico, normalmente a variedade segunda da língua alvo vai ganhando espaço e se tornando até modelo para aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Isso se dá graças à relação que essa variedade segunda de língua estabelece com as camadas política e economicamente dominantes, que são detentoras, naturalmente, do prestígio social.

A depender de fatores extralinguísticos, como a quantidade de falantes da língua alvo ou o grau de coesão dos grupos de falantes em situação de dominação, a língua surgida do contato pode se apresentar com características mais próximas ou mais distantes da língua do dominador. E as situações sociais, históricas e culturais a que a língua surgida do processo de transmissão linguística irregular está sujeita também vão explicar essa maior ou menor aproximação com a língua alvo e as inevitáveis transformações que as línguas originadas do contato vieram a sofrer.

Para o maior entendimento do conceito de *transmissão linguística irregular*, faz-se necessário tomar conhecimento do conceito de língua *pidgin* e de língua crioula, mesmo não sendo elas o nosso objeto de estudo.

Segundo Baxter (1996), *pidgin* é uma língua reduzida que surge quando vários grupos, falantes de línguas diversas, se veem obrigados a se comunicar, em situações como escravidão ou relações comerciais. As situações em que se

encontram não possibilitam um processo normal de aprendizagem de uma segunda língua, e ninguém consegue aprender a língua do outro; porém, como a comunicação é indispensável, surge uma “língua de emergência”, com muitas reduções gramaticais. Nesse processo de negociação e acomodação entre as línguas, geralmente há redução na flexão de nomes e verbos, e as regras de concordância nominal e verbal são afetadas; o que surge é um código emergencial “maximamente analítico, desprovido de redundâncias e ambiguidades” (BAXTER, 1996, p. 535), com um léxico bastante reduzido.

Havendo prolongamento da situação de contato, o *pidgin* pode ter suas funções ampliadas, dando origem a um *pidgin* expandido ou a um crioulo. “Um crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais que conduzem à aquisição de uma primeira língua, com base num modelo de segunda língua defectivo, tipo pré-pidgin ou pidgin” (BAXTER, 1996, p. 541).

No processo de aquisição de uma língua crioula, de nativização de um *pidgin*, surge a necessidade de preencher as lacunas surgidas por conta de uma aquisição defectiva de língua. Para isso, o que ocorre, em muitas línguas crioulas, é a mescla do léxico da língua de superestrato com a estrutura gramatical da língua de substrato, ocorrendo então, algumas vezes, a gramaticalização de elementos lexicais da língua alvo.

O processo de *transmissão linguística irregular* pode resultar num *pidgin*, em crioulos de vários tipos ou apenas em nova variedade de língua, a depender da sua intensidade. Conforme Lucchesi (2000, p.109),

O fator que determina inicialmente o processo de transmissão linguística irregular é a intensidade da erosão gramatical que se dá no momento inicial do contato, ou seja, no momento em que os falantes do substrato fixam o código emergencial de comunicação verbal a partir dos recursos léxico-gramaticais da língua alvo.

Quanto menor o acesso dos falantes das línguas surgidas do contato aos modelos da língua alvo, mais radical será a variedade crioula falada por eles, a chamada crioula típica. Pode também haver uma crioula leve, em que o acesso à língua alvo é um pouco maior; com isso, a erosão gramatical também é menor, não sendo necessária uma reconstrução gramatical profunda.

No caso do português popular do Brasil, a sua origem tem explicação num processo de *transmissão linguística irregular* que não resultou em uma língua

crioula, e sim em uma variedade diferenciada da língua portuguesa. Isso se deu porque, no Brasil, no período da colonização, o número de falantes da língua alvo não foi tão pequeno que caracterizasse uma situação de criouliização típica; além de que sucessivos grupos de imigrantes portugueses chegaram às terras brasileiras, como na corrida do ouro (séc. XVIII) e na vinda da família real (séc. XIX), fatos que reforçavam o poder da língua portuguesa, diminuindo as possibilidades de erosão gramatical mais radical.

Assim, é fácil compreender que no Brasil não houve o surgimento de um crioulo típico, e sim que houve, principalmente em sua vertente popular, no período de sua formação, processos de mudanças linguísticas oriundos do contato entre línguas, através de uma *transmissão linguística irregular* leve. A estrutura da língua portuguesa foi sensivelmente afetada quando da sua nativização e socialização entre os descendentes dos índios autóctones e dos negros escravos trazidos para compor a mão-de-obra escrava no período da colonização. A camada mais baixa da população, falante dessa variedade histórica da língua portuguesa, afetada pelo contato entre línguas, compunha a mão-de-obra no período de colonização do Brasil; assim, essa camada social esteve presente em várias regiões do país, atuando em vários tipos de lavouras e no ciclo da mineração. Durante muito tempo, devido à situação social e linguística bipolar que caracterizou e ainda caracteriza o Brasil, as normas populares foram mantidas em ambientes rurais, ficando, de uma certa forma, quase sem interferências de padrões urbanos, pois os meios de comunicação eram poucos, os meios de transportes eram precários e a escolarização era mínima.

Lucchesi (2009) chama atenção para o fato de a perda da morfologia flexional, de forma mais ou menos acentuada, ser característica recorrente em situações de *transmissão linguística irregular*; em situações típicas de criouliização, a perda da morfologia tende a ser completa. Dessa maneira,

[...] pode-se conceber o quadro de profunda variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do português do Brasil como uma decorrência do processo de transmissão linguística irregular que marca a gênese dessas variedades linguísticas. (LUCCHESI, 2009, p. 124)

Por essa razão, este estudo analisa a concordância nominal em predicativos e em passivas, com o foco no português popular urbano, porém traçando paralelos

com resultados já obtidos em estudos semelhantes que tiveram o olhar sobre as variedades rurais e afro-brasileiras isoladas.

2.4 DIFUSÃO DE NORMAS LINGUÍSTICAS

A realidade brasileira, no período da colonização e do Império, apresentava-se, como já discutido anteriormente, no que tange à sociedade, de forma bipolar, fato que, conseqüentemente, refletia uma realidade linguística igualmente polarizada, já que não é possível se observar a realidade linguística de um povo sem se levar em conta o seu contexto sócio-cultural. O panorama linguístico que se observava era, portanto, de norma(s) popular(es) de um lado, e de norma(s) culta(s) e semi-culta(s) de outro.

Por um período longo de tempo, o interior do país e as regiões mais isoladas geograficamente eram o reduto das normas vernáculas, porém, no século XX, essa realidade foi sofrendo transformações devido às mudanças que vinham acontecendo. Houve um acesso mais amplo aos meios de comunicação de massa, uma maior migração de pessoas da zona rural em direção aos centros urbanos e um acesso um pouco maior às instituições de ensino público fundamental. Com relação à influência da escolarização no início do século XX, Mattos e Silva (2004, p. 22) diz que:

A presença, mesmo rarefeita, da escola e de um, embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado fez certamente entrar em cena um elemento novo, que é a norma linguística explicitada e coercitiva, que provavelmente até então só atingia, se é que atingia, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, uma minoria inexpressiva.

A distância entre o rural e o urbano, social e linguisticamente, vem diminuindo devido à atuação dos fatores acima mencionados e isso faz com que não olhemos para a relação rural/urbano como uma dicotomia estanque, mas sim como um *continuum* de formas. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.40), o PB deve ser observado “como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas [...] até a variedade urbana culta, [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo deste *continuum*”.

Na modalidade de fala das localidades isoladas ou de ambientes rurais, é possível perceber um distanciamento maior com relação à norma linguística do PE, norma esta que influenciou e até determinou a caracterização das variedades cultas do PB (BORTONI-RICARDO, 2005). Esse distanciamento aconteceu, “pois nessas modalidades foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do *pidgin*⁵ falado pelos negros entre si e no contato com a população branca e mestiça” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 32).

O Brasil foi visto, durante muito tempo, como um grande país rural, pois a grande maioria habitava as áreas rurais. Em 1920, a população urbana era de apenas 10,7% e, em 1940, passou para 31,29%. O crescimento urbano foi contínuo e, em 1950, o país tinha uma população de mais de 51 milhões de pessoas, com 36,16% delas em zona urbana. Em 1980, essa situação fica ainda mais acentuada: dos 120 milhões de habitantes, 67,60% estavam residindo em áreas urbanas. No censo realizado no ano de 2000, a população brasileira foi contada em 168.370.893 pessoas; dessas, 81,37% estavam na zona urbana; menos de 19% compunham a zona rural do país. De um país, com dimensão continental, essencialmente rural, o Brasil se tornou, ainda que com uma urbanização tardia, um país em que a minoria de seus habitantes reside em área rural (BORTONI-RICARDO, 2005).

A dimensão do crescimento das zonas urbanas foi tamanha que seria impossível imaginar que o meio rural não sofresse qualquer influência de tais mudanças. “À medida que os falantes dos vernáculos rurais entram em contato direto ou indireto com a língua padrão, oral ou escrita, seu dialeto tende a tornar-se difuso” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 123). As capitais, aqui, no caso, Salvador, se colocam como um centro difusor de normas linguísticas, exercendo influências, direta ou indiretamente, na variedade popular da língua, foco de nosso estudo. Bortoni-Ricardo (2011) chama a atenção, ainda, de que a difusão não é vista necessariamente como uma assimilação de traços do português padrão, como se poderia supor erroneamente, e sim como um distanciamento das normas estigmatizadas. “A difusão dialetal é paralela a um processo mais amplo de adesão à orientação cultural hegemônica” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 126).

⁵ O que Bortoni-Ricardo trata por *pidgin* aqui tratamos como uma variedade histórica do português alterada pelo processo de *transmissão linguística irregular*, mas que não chegou a se caracterizar como uma língua nova.

Dentro de uma comunidade linguística, partindo do estudo de redes sociais, é possível observar a pressão normativa a que se submetem os membros da comunidade a partir da observação da densidade, multiplexidade e complexidade dos papéis sociais. Em comunidades pequenas, a densidade é muito alta, pois todos se conhecem e mantêm algum tipo de relação; a multiplexidade é igualmente alta, pois são mantidas relações em diversas condições, entre vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho, entre outros, que são as chamadas relações multiplex. Nas comunidades pequenas, a complexidade de papéis sociais é baixa, uma vez que, diferentemente dos centros urbanos, uma pessoa não desempenha diferentes papéis sociais, sendo a sua atuação social um pouco mais restrita. Sabe-se que, em comunidades com alta densidade e multiplexidade e baixa complexidade de papéis sociais, há o desenvolvimento de um consenso normativo e de uma resistência a valores vindos de fora da comunidade.

De forma oposta, em comunidades maiores, a densidade é baixa, assim como a multiplexidade, e a complexidade de papéis se mostra alta. (cf. BORTONI-RICARDO, 1989, p.169). “O pressuposto geral é que ambientes urbanos complexos e heterogêneos ensejam um número mais amplo de papéis culturalmente diferenciados do que uma comunidade tradicional e relativamente homogênea” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 134), dessa forma faz-se a distinção entre redes isoladas e integradas.

As redes sociais isoladas mantêm vínculos que partem da proximidade social; as pessoas convivem de forma mais próxima, fazendo parte de grandes famílias e se relacionando na vizinhança. Essas redes, típicas de comunidades mais isoladas, como as rurais, tendem a manter a sua cultura rural e a focar no vernáculo, resistindo a mudanças. Necessário se faz chamar atenção para o fato de tal comportamento não ser operado necessariamente de forma consciente.

As redes integradas são mais heterogêneas e territorialmente mais dispersas; os membros da comunidade estabelecem uma grande variedade de vínculos sociais, estando expostos a um grande nível de influência externa. Acaba-se por notar que o falante, por participar de diferentes grupos sociais, tende a ter um comportamento linguístico variável. “Um alto nível de complexidade nas relações de papéis do indivíduo implica um alto grau de flexibilidade em seu repertório verbal em relação à adequação de código e estilo” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 136).

Nos centros urbanos, os indivíduos tendem a se mostrar socialmente mais integrados e assim também ocorre com a sua modalidade de língua, que está mais sujeita às pressões normativas urbanas, à escolarização formal e aos meios de comunicação, atualmente já bastante acessíveis. Dessa forma, Salvador atua como um centro difusor de normas linguísticas, e espera-se encontrar, no ambiente urbano investigado, um uso mais acentuado da regra de concordância nominal em predicativos do sujeito e passivas do que aquele já observado no interior do país, em que as redes sociais são mais densas e mais refratárias às mudanças que ocorrem nos núcleos mais urbanizados.

2.5 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, foram seguidos os pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista (cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), que postula que a língua é um fenômeno heterogêneo, porém a sua variação é passível de ser analisada, pois não ocorre aleatoriamente, e sim condicionada por fatores linguísticos e sociais. Segundo esse modelo, o objeto de estudo da linguística é a *comunidade de fala*, cujo estudo tem como principal base empírica o *vernáculo*, entendido como a fala espontânea dos indivíduos. Dessa forma, o primeiro passo de uma pesquisa linguística é a recolha de uma amostra de fala espontânea da comunidade de fala que será analisada.

A pesquisa aqui apresentada se insere num projeto mais amplo, chamado *Vertentes do Português Popular da Bahia*, sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Nas próximas seções, será apresentado o programa de pesquisa do Projeto Vertentes, com particular destaque para o trabalho de recolha de uma amostra de fala vernácula de falantes com pouca ou nenhuma escolaridade da cidade de Salvador e sua região metropolitana, descrevendo, assim, o processo de constituição do *corpus* da presente análise.

2.5.1 O Projeto Vertentes

O Projeto Vertentes do Português Popular da Bahia, como o próprio nome já indica, dedica-se ao estudo da norma popular brasileira, em especial a baiana, com o objetivo de trazer comprovações empíricas de que o contato entre línguas ocorrido

no período da formação do português do Brasil atuou de forma incisiva, criando não uma nova língua, mas uma variedade de língua fortemente modificada, que seria o português popular do Brasil.

Com esse objetivo, inicialmente, buscou-se a fala de moradores de localidades do interior da Bahia que tivessem em sua história uma forte marca da presença africana, como comunidades rurais isoladas oriundas de quilombos, por exemplo. Desta forma, a primeira etapa do Projeto Vertentes teve como foco comunidades afro-brasileiras isoladas, já que nelas se supunha ser mais fácil encontrar as marcas do contato entre línguas ocorrido em tempos anteriores. Quando da formação oficial do Projeto Vertentes, já se possuíam, em formato analógico, entrevistas realizadas pelos pesquisadores Alan Baxter e Dante Lucchesi nos municípios de Rio de Contas (comunidades de Barra e Bananal) e Nova Viçosa (comunidade de Helvécia). Foi esse o ponto de partida dos trabalhos de investigação em fala popular marcada etnicamente e, em seguida, com a colaboração de estudantes do curso de Mestrado e Doutorado, que se interessavam pela temática, e dos membros do projeto, foi possível compor o restante do *corpus*, fazendo entrevistas na comunidade de Cinzento, no município de Planalto, no semi-árido baiano; e na comunidade de Sapé, localizada no município de Valença, ao sul do Recôncavo baiano.

Em um segundo momento, após ampla investigação das comunidades afro-brasileiras isoladas, partiu-se para o português popular do interior do Estado não marcado etnicamente. Nessa fase, dois municípios foram investigados, o de Santo Antônio de Jesus e o de Poções. Para ver se havia alguma diferença significativa, os nossos informantes foram divididos em moradores da zona rural, ou da “roça”, como eles mesmos se intitulam, e moradores da sede do município. Em ambas as fases, buscou-se manter o mesmo perfil de informante, para facilitar futuras pesquisas comparativas.

Para ser selecionado como informante, a pessoa precisava ter nascido na localidade ou ter chegado lá ainda bem pequeno. Controlava-se, apenas, o tempo de estada fora da comunidade, pois fatores externos certamente influenciariam no desempenho linguístico; assim, eram assinalados aqueles que estiveram fora por mais de seis meses. Outro fator de grande importância é o grau de escolaridade, pois se decidiu apenas investigar aqueles que trouxessem uma influência mínima de uma instituição normatizadora, como a escola e, desse modo, apenas nos

interessavam os analfabetos e semi-alfabetizados, considerando como semi-alfabetizados aqueles que têm um mínimo de contato com as letras.

Em seguida, surgiu a necessidade de investigar a fala popular urbana, pois se tinha o objetivo de traçar um *continuum* que refletisse o processo de difusão dos padrões linguísticos na sociedade brasileira. Com esta intenção, pensou-se em alguns prováveis bairros da cidade de Salvador, atendendo a alguns desejos nossos de investigação, como a comparação de bairros mais antigos, representativos da história linguística da cidade, e bairros de formação mais recente. Entretanto, logo nas primeiras discussões, ficou claro que seria preciso recorrer a uma ajuda especializada, como a de pesquisadores do Instituto de Geociências, especialistas da estrutura geográfica da cidade de Salvador.

É especificamente nesse terceiro momento do Projeto Vertentes que esta pesquisa se encontra, dedicando-se à investigação da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular urbana da cidade de Salvador, fazendo, também, comparações com resultados já obtidos anteriormente no momento em que se estudou a mesma temática, porém com o *corpus* do português popular do interior do Estado.

2.5.2 A definição dos bairros

Para a definição dos bairros a serem investigados, como já mencionado, foi necessário recorrer a estudiosos da área da Geografia e, logo nas reuniões iniciais, deparamo-nos com as primeiras dificuldades, pois o que parecia simples, de fato, não o era. A definição do que viria a ser bairro não é algo consensual, pois, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, prefere trabalhar com o conceito de *setor censitário*, que é a unidade territorial de coleta formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitiam o levantamento das informações por um único recenseador. Em contrapartida, a prefeitura de Salvador, através do decreto nº 7.791 de 16 de março de 1987, cria e delimita 17 *Regiões Administrativas* para a cidade, as RA's, que não necessariamente coincidem com os setores censitários do IBGE.

O grande problema é que os setores censitários e as RA's também nem sempre coincidem com o que a população reconhece como seu bairro, havendo, muitas vezes, a fusão ou até mesmo divisão de bairros reconhecidos como únicos

pelos moradores. Outra grande dificuldade é ainda reconhecer os limites dos bairros, pois nem sempre há marcas geográficas nítidas para isto.

A partir das dificuldades encontradas e partindo do pressuposto de que este é um trabalho linguístico, e não um trabalho de geografia, optamos por utilizar critérios menos físicos e mais humanos e linguísticos. Assim, recorreremos a um critério de identidade do morador para com seu bairro, a um sentimento de pertencimento a este ou àquele bairro. Além disto, para a definição do bairro, recorreu-se: (i) a questões históricas da localidade; (ii) a barreiras físicas naturais ou àquelas impostas por intervenção humana, frutos da urbanização; (iii) ao sistema viário e serviço de transporte disponibilizado; e (iv) à relação de vizinhança que os moradores mantêm.

É inevitável, contudo, encontrar situações em que o reconhecimento de pertencimento ao bairro não esteja bem claro, como, por exemplo, o caso do Curuzu, na Liberdade. O Curuzu é uma rua do bairro da Liberdade, um dos mais antigos da cidade de Salvador e, nessa rua, encontram-se a sede do Bloco afro Ilê Ayê e das escolas e projetos sociais ligados ao movimento negro. Por esta razão, o Curuzu tem uma visibilidade social muito grande, e isto faz com que alguns moradores aleguem ser um bairro independente; porém moradores de outras áreas da Liberdade dizem ser o Curuzu apenas uma rua do bairro. Em casos como estes, em que não se encontra um consenso nas informações obtidas pelos informantes, coube ao grupo de pesquisadores a decisão de como classificar a localidade, que, nesse caso, definiu como sendo o Curuzu parte de um único bairro, a Liberdade.

Após a tomada de decisão com relação à definição do que viria a ser o bairro, prosseguiu-se com a escolha de que bairros estudar. O anseio inicial era estudar bairros antigos e bairros mais recentes, porém distribuindo-os pela cidade de forma a contemplar todas as regiões, desde a orla ao centro. Optou-se, devido ao caráter do trabalho de investigar fala popular, por investigar bairros da periferia, termo que ganhou atualmente a conotação sociológica de área carente e marginalizada.

Indiscutivelmente, a Liberdade estaria entre os bairros a serem investigados, pois é um bairro de longa tradição histórica e com grande representatividade da cultura afro-brasileira na Bahia. Como bairro novo, a escolha de Cajazeiras se impôs, em função da sua constituição ocorrer apenas a partir da década de 1980, não havendo, talvez, bairro mais recente em Salvador. Representando o subúrbio ferroviário, escolheu-se o bairro de Plataforma, que tem origem também bastante

antiga, sendo o primeiro bairro da área suburbana. Como bairro representante da orla marítima, surgiu o nome da Boca do Rio, que foi em seguida substituído por Itapuã, devido ao fato de a Boca do Rio estar cercada por bocas de fumo de tráfico de drogas, fato que dificultaria o acesso dos pesquisadores. Isso não quer dizer que, no bairro que acabou sendo escolhido, Itapuã, não se observe o tráfico de drogas, mas lá era possível encontrar zonas em que o acesso fosse um pouco mais facilitado. Itapuã, assim, tornou-se o terceiro bairro antigo a ser investigado. Escolhidos os quatro bairros da cidade de Salvador, nos foi sugerido investigar, na região metropolitana de Salvador, o município de Lauro de Freitas, por ser uma região de crescimento relativamente recente e em que os habitantes vivem em movimento pendular, praticamente trabalhando durante o dia em Salvador e voltando à noite para Lauro de Freitas.

Dessa forma, os bairros a serem pesquisados ficaram assim distribuídos:

I – Bairros antigos: Liberdade (centro), Plataforma (subúrbio) e Itapuã (orla)

II – Bairro Novo: Cajazeiras (região periférica)

III – Região Metropolitana – Lauro de Freitas.

Para que se possa fazer uma análise linguística satisfatória da fala dos bairros acima mencionados, faz-se necessário o conhecimento de algumas de suas características.

2.5.3 Breve caracterização dos bairros

O primeiro critério utilizado para a escolha dos bairros foi o da localização. Assim, escolhemos os bairros de forma que a nossa amostra pudesse representar todas as regiões da cidade: o denominado “miolo” (entre a BR 324 e a Avenida Paralela), cujo nome se deve ao fato de a região situar-se, em termos geográficos, na parte central do município, ou seja, no miolo da cidade de Salvador, o centro, a orla marítima, o subúrbio e também a região metropolitana. O segundo critério está ligado às datas de consolidação, ocupação e expansão dos bairros, o que nos permitiu estabelecer a oposição entre bairros antigos (consolidados na década de 50) e novos (expansão a partir da década de 70).

2.5.3.1 Liberdade

A cidade de Salvador é dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa, e a Liberdade, com seus 190 hectares de áreas, situa-se na parte alta.

No dia 2 de julho de 1823, combatentes que lutaram pela independência da Bahia marcharam vitoriosos pela Estrada das Boiadas, trilha de terra que unia a cidade de Salvador às demais províncias. Esse caminho também servia à passagem de gado bovino criado no interior destinado à comercialização na capital, daí a sua denominação de *Estrada das Boiadas*, que, com a marcha das tropas vencedoras, torna-se *Estrada da Liberdade*. Por essa razão, o bairro onde tal acesso se localiza possui o mesmo nome (cf. MACAMBYRA e BANDEIRA, 2010).

O processo de expansão da Liberdade teve início nas primeiras décadas do século XX, por conta do crescimento de Salvador, que se dava devido a uma migração da área rural para a cidade, fugindo das secas. Por volta da terceira década do século XX, já se tinha notícia de quatro chácaras, situadas no Curuzu, ocupando grande parte da área do bairro que, posteriormente, vieram a ser loteadas, contribuindo para o aumento do número de moradores. Entre 1947 e 1951 ocorreu a urbanização da Estrada da Liberdade (VASCONCELOS, 2001). O bairro se organizou em torno da Avenida Lima e Silva, até hoje a principal avenida da Liberdade, em que é possível encontrar grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços.

A proximidade do bairro com o centro comercial e financeiro, que na época se concentrava na Rua Chile e no Comércio, era um grande atrativo para as pessoas, que desejavam residir ali visando a um acesso mais fácil a esse centro. Desde 1952 havia linhas de bonde que partiam do Viaduto da Sé em direção à Liberdade e, a partir de 1981, com o surgimento do Plano Inclinado, a ligação cidade alta-cidade baixa ficou ainda mais facilitada (VASCONCELOS, 2001).

Como na maioria dos processos de urbanização, a ocupação do bairro se deu maneira desordenada, através de invasões e favelização, fato que faz com que, até a atualidade, haja locais no bairro em que é precária a infraestrutura. Com uma população majoritariamente afro-descendente, a Liberdade é o maior bairro negro do mundo fora da África. O processo massivo de ocupação negra da área que hoje constitui o bairro se iniciou com a chegada de libertos e ex-escravos, no final do século XIX, após a abolição da escravatura. Antes disso, a localidade era composta por roças onde eram criados bois e vacas.

Nas primeiras décadas do século XX, a Liberdade já se assemelhava a um quilombo, de acordo com Hilda dos Santos, a “Mãe” Hilda, líder espiritual da comunidade do Ilê-Ayiê-Curuzu: “Todos os moradores eram negros. Algum escravo liberto. Tinha muitos que eram africanos mesmo, mas a maioria era filhos deles, os filhos da escravidão.” (MACAMBYRA e BANDEIRA, 2010)

Com base nos dados do Censo 2000, a população do bairro é de 39.322 moradores; na Grande Liberdade, ou Região Administrativa IV (a RA IV), em que estão incluídas as áreas de Pero Vaz, Caixa d’Água, Pau Miúdo e IAPI, a população gira em torno de 187.477, de acordo com a Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM), ficando atrás, em termos populacionais, apenas de Cajazeiras. A RA IV também apresenta a maior densidade demográfica da cidade, com 260,3 habitantes por hectare.

Com tamanha população, a demanda por serviços sempre foi muito grande, e a população antes necessitava se deslocar para o centro de Salvador. Visando a atender a esta demanda, houve uma expansão do setor de comércio e serviços, e os moradores têm hoje em seu bairro desde lojas de departamento a agências bancárias, tendo, inclusive, um shopping center.

Há, na Liberdade, uma rua bastante conhecida, o Curuzu, em que há uma grande concentração de comércios e serviços, principalmente informais, além das atividades de cunho social e cultural, que geram muita ocupação, inclusive voluntária. É no Curuzu que se encontra a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Ayê, que trabalha em prol da valorização e da inclusão da população negra, prestando serviços comunitários, como cursos de artesanato, música, dança e culinária, oferecidos aos moradores. Com toda essa ligação e exaltação à cultura negra, a Liberdade exerce um forte apelo turístico, sendo considerada pelo Ministério da Cultura *território nacional da cultura afro-brasileira*.

Quanto à proveniência dos moradores da Liberdade, sabe-se que uma parcela considerável deles consiste em pessoas vindas do interior do Estado, que se misturaram entre as que nasceram no bairro. De acordo com Santos et alii (2010), 20,45% dos chefes de famílias têm renda mensal em torno de 1 a 2 salários mínimos, e a própria Liberdade absorve uma grande parte da mão de obra disponível na região, sobretudo o comércio intenso da Avenida Lima e Silva. Uma outra parcela de moradores exerce atividades nos bairros circundantes, como Nazaré, Barbalho, Comércio, Centro Histórico e adjacências. Desta maneira, a rede

de relações dos moradores da Liberdade é ampla, tendo em vista que mesmo aqueles que concentram suas rotinas dentro do bairro estabelecem contato social direto com um número muito grande de pessoas. Segundo Santos et alii, 28,40% dos chefes de família do bairro têm entre 4 e 7 anos de escolarização formal, o que demonstra uma certa carência da população.

Esta carência foi salientada, entre estudiosos da geografia, no Congresso Internacional de Geografia, ocorrido em 1956, quando Domingos e Keller prepararam um Guia de Viagem sobre a Bahia. Nesse documento, eles falavam sobre a distribuição geográfica das classes sociais em Salvador e indicavam que os “mais abastados” residiam em bairros como Vitória, Graça, Barra Avenida e em casas ao longo das praias atlânticas. Os representantes da “classe média” residiam em Nazaré, Barbalho, Santo Antônio e Soledade, e a “população pobre” estava localizada na Liberdade, São Caetano, Massaranduba e Penha. (VASCONCELOS, 2001, p. 321)

2.5.3.2 Cajazeiras

No Brasil, a partir da década de 40, começou a ocorrer o que Teixeira (1978) chamou de “fenômeno da ‘explosão’ urbana”. Nas décadas seguintes, houve uma acentuação ainda maior de tal fenômeno e, naturalmente, Salvador também foi afetada pelo crescimento das cidades. No caso específico de Salvador, alguns fatores contribuíram para a expansão urbana, como a presença da Petrobrás, nos anos 1950, a construção do Centro Comercial de Aratu (CIA), nos anos 1960, e a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970 (TEIXEIRA, 1978).

Com o aumento populacional, a expansão da cidade tornou-se algo imperativo, já que ocorreu uma densificação de bairros tradicionais e, ainda, ocorreu o surgimento de “invasões”, fato que conduzia a uma superpopulação em determinadas áreas da cidade. Com o objetivo de ordenar tal crescimento, voltaram-se as atenções para a Região Metropolitana de Salvador e decidiu-se pela criação de projetos habitacionais, como Caji, Cajazeiras e Narandiba.

A área de Cajazeiras, de acordo com Teixeira (1978), era vista como fazendo parte da região metropolitana. Na região em que se pretendia implantar Cajazeiras, já se encontravam alguns conjuntos habitacionais construídos, além de residências

que surgiram de ocupação espontânea. Assim, o projeto vem para urbanizar as áreas ainda não ocupadas e para fazer a integração com esses conjuntos já existentes.

Cajazeiras se situa numa área de relevo ondulado e, por essa razão, os núcleos habitacionais foram localizados nas áreas de declives. Isso fez com que fossem criados sete bairros, cada um com um centro de comércio e equipamentos comunitários. Cajazeiras é considerado o primeiro bairro previamente planejado na cidade de Salvador.

O Governo do Estado iniciou em 1975 o processo de desapropriação das terras de três grandes fazendas: a Fazenda Jaguaripe de Cima, também conhecida como Fazenda Grande, a Fazenda Cajazeiras, a Fazenda Boa União e a Chácara Nogueira, num total de 16 milhões de m², absorvendo áreas na BR-324, na altura do Supermercado Makro, até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, cujos limites abrangiam os bairros de Castelo Branco e Nova Brasília e atravessando o Golfe Clube. Criada pelo Estado, através da URBIS (Empresa de Habitação e Urbanismo da Bahia), Cajazeiras foi planejada para receber cerca de 100.000 habitantes e, hoje, sua população estimada é de 700.000 habitantes. O bairro cresceu tanto, que tem dimensões de um município. Considera-se, atualmente, como parte do bairro de Cajazeiras o complexo que leva seu nome, além das quatro Fazenda Grande e da Boca da Mata.

A expansão significativa de Cajazeiras ocorreu a partir da década de 1990, e hoje o bairro caracteriza-se por reunir populações de diferentes origens, oriundas do interior do estado e também de outros bairros populares. Há, em Cajazeiras, um comércio local em constante expansão, que procura atender às necessidades da sua população, já que o bairro encontra-se distante geograficamente do centro da cidade.

O Governo baiano pretendia que houvesse mais 8.000 unidades habitacionais nas áreas remanescentes, porém os financiamentos para construção de casas populares foram suspensos por vários anos. Em consequência disso, ocorreu a invasão das encostas e vales nos arredores do conjunto, que hoje abrigam mais de 50.000 pessoas, indicando o agravamento de problemas sociais e considerável inchaço populacional e contribuindo para o desequilíbrio habitacional do bairro (FREIRE, JÚNIOR E GOMES, 2002). Muitas dessas invasões já são bairros oficializados pelas autoridades, como é o caso do Conjunto Jaguaripe I e II,

localizado próximo a Cajazeira VIII, e do Parque São José, com pouco mais de 500 casas.

Conforme Freire, Junior e Gomes (2002), “atualmente, o bairro de Cajazeiras apresenta características iguais a qualquer outro bairro de Salvador, apesar de ter sido ‘planejado’”. Contudo Cajazeiras passa a impressão de ser uma outra cidade dentro de Salvador, pois tem uma grande dimensão territorial e, nos seus quase trinta anos de existência, conheceu um grande e desordenado crescimento, necessitando de melhor infraestrutura para sua população.

Cajazeiras, apesar de possuir comércio próprio, tem uma estrutura de serviços inicialmente projetada ou praticada que se tornou insuficiente para atender à atual demanda populacional, que cresceu numa proporção inimaginável. Na questão da Educação, em Cajazeiras X funciona a Escola Básica e Profissional Fundação Bradesco, estabelecida desde 1985, que se destaca pelo método de aprendizado considerado bastante avançado. O bairro possui também diversas escolas particulares, públicas municipais e estaduais em todos os níveis educacionais, além de creches e de uma faculdade particular.

Na área de saúde, Cajazeiras possui dois postos de saúde, um em Cajazeira II e outro em Cajazeira VIII, este último oferecendo serviço de emergência. Além desses equipamentos, o bairro dispõe também da Maternidade Albert Sabin, do Hospital Geral de Cajazeiras, do Hospital Jaar Andrade e de várias clínicas particulares.

Um dos maiores problemas do bairro é o transporte público, o que faz com que diversas pessoas rejeitem a ideia de ir morar lá e que outros tantos se mudem. Atua na área das Cajazeiras um número insuficiente de veículos para atender à demanda de passageiros. O que alivia a situação é a presença do sistema de transporte suplementar de microônibus e vans, que fazem as linhas para a região de São Cristóvão, Itapuã e Brasilgás, na rodovia BR-324.

Os moradores se queixam da distância do bairro para o centro da cidade, mas muitos ressaltam que só ali tiveram acesso à condição de adquirir uma casa própria. Então, o que se nota, não é um desejo de sair do bairro, mas o anseio por melhores condições de vida, o que inclui um sistema de transporte que possa atender ao grande número de moradores e mais segurança no bairro.

Segundo Santos et alii (2010), em Cajazeiras IV, por exemplo, 20,15% dos pais de famílias têm renda entre 1 e 2 salários mínimos. De acordo com os dados,

tal situação se repete nas outras Cajazeiras, sendo um pouco diferente apenas em duas: na VIII, 24,37% dos chefes de família recebem entre meio e 1 salário mínimo; e na II, 28,85% recebem entre 3 e 5 salários. Vê-se que o que predomina é uma população de baixa renda familiar. Com relação ao tempo de estudo, nota-se uma relação direta com a renda familiar, pois, em Cajazeiras II, 51,92% dos chefes de família têm entre 11 e 14 anos de estudo. Esse mesmo tempo de estudo foi observado em mais quatro Cajazeiras, porém numa frequência menor, em torno de 30%. Em Cajazeiras X e VII, cerca de 30% dos pais de famílias estudaram entre 4 e 7 anos.

2.5.3.3 Itapuã

Itapuã é um bairro da cidade de Salvador que se localiza na região da orla. Seu nome tem origem na língua tupi e alguns dizem significar “pedra que ronca”, em virtude do fato de ter existido lá uma pedra que, antes de se partir, roncava durante a maré vazante. Outros afirmam que o real significado é “pedra de ponta” ou “ponta de pedra”.

De acordo com Vasconcelos (2001), o mapa do exército de 1942 mostrava uma fraca ocupação nas regiões do Rio Vermelho e Amaralina, situadas na orla de Salvador, e a ocupação urbana acabava na Pituba, que tinha apenas duas ruas. A partir da Pituba, não havia mais estrada que seguisse pelo litoral. Isto indica que, até esta época, Itapuã estava situada distante dos limites urbanos, assemelhando-se a uma região de veraneio. Nessa época, o bairro era uma colônia de pescadores um tanto afastada do centro da cidade de Salvador.

Ainda segundo Vasconcelos (2010), no início do século XX, a orla de Itapuã começou a se desenvolver. Em 1920, segundo dados do IBGE encontrados na obra de Vasconcelos, havia em Itapuã 3.446 habitantes. Em 1942, teve início a construção da estrada Amaralina-Itapuã, que foi concluída sete anos depois, interligando o bairro à orla de Salvador e tornando ainda mais viável a construção de loteamentos. Com a inauguração do aeroporto, em 1949, a estrada que liga Amaralina ao Aeroporto, e passa por Itapuã, passou a ser quase toda ocupada por loteamentos residenciais de baixa densidade e, em 1996, segundo dados do IBGE, a população de Itapuã já passava dos 100.000 habitantes.

Itapuã está situada após o bairro de Piatã e faz limite com o município de Lauro de Freitas. Sua parte mais antiga é onde se localiza a estátua da Sereia de Itapuã, monumento construído pelo artista plástico Mário Cravo. Há ainda, em Itapuã, o Parque Metropolitano do Abaeté, inaugurado em 03 de setembro de 1993, situado dentro de uma área de proteção ambiental, com cerca de 12 mil metros quadrados, e onde se encontra a mais famosa lagoa de águas escuras da cidade: a Lagoa do Abaeté ou “lagoa tenebrosa”. A conhecida lagoa, que antigamente servia apenas à pesca e à lavagem de roupas, atualmente serve ao turismo da região, além de também servir aos praticantes de candomblé em seus cultos religiosos.

Uma das festas mais comentadas pelos moradores do bairro é a Lavagem de Itapuã, que ocorre em frente à Igreja da Nossa Senhora da Conceição. Em frente a suas portas, que se mantêm fechadas, os adeptos do sincretismo religioso fazem suas orações e manifestações, enquanto, nos últimos anos, a grande parte da população segue atrás de trios elétricos, o que tem dado um ar mais atual a esta festa.

Com a modernidade, veio o aumento da violência e da venda de drogas ilícitas. Os noticiários mostram constantemente agressões e mortes entre policiais e bandidos, e, inevitavelmente, os moradores do bairro acabam sendo quase sempre as maiores vítimas. Vale ressaltar que a maioria da população residente em Itapuã pode ser caracterizada como de baixa renda e afro-descendente:

Itapoã é um bairro que chama atenção pela representatividade da cultura negra e pelas praias encantadoras, mas “passar uma tarde em Itapuã” já não é a mesma coisa. A Itapuã de Vinícius e Toquinho, famosa pelo seu romantismo e serenidade, apresenta hoje um cenário bastante diferente daquele que inspirou os compositores. O cenário marcado pela presença de pescadores embriagados pelo mar e pelo doce embalo dos coqueirais encontra-se um tanto quanto modificado. O bairro transita entre a tradição e a modernidade. De um lado, ruas inteiras de moradores que nasceram e cresceram no local, e que lembram, com saudade, os velhos tempos, com seus banhos na Lagoa do Abaeté e a tranquilidade das portas abertas; de outro, conjuntos de habitações que cresceram desordenadamente no local: são invasões e baixas que em nada lembram as inspiradas canções de Caymmi. De bairro tradicional e pacato, Itapuã passou a ser um dos bairros mais populosos de Salvador. Os registros de crimes e atos brutais de violência estampam as páginas dos jornais diariamente. A mudança do cenário é registrada por diversos informantes durante as entrevistas. (LIMA e ALMEIDA, 2010).

As entrevistas realizadas buscaram cobrir os eixos centrais da população de Itapuã, desde a colônia de pescadores até áreas periféricas consideradas, pelos próprios moradores, como de alto risco. A colônia de pescadores, que conta com mais de 700 profissionais cadastrados, trabalhando em sistema cooperativo, busca organizar e viabilizar a pesca no local, que, segundo os próprios pescadores, tem sido cada vez mais difícil. Naturalmente, na colônia, encontraram-se mais facilmente homens de faixa II e III, visto que o ofício já não tem interessado aos mais jovens, que têm buscado alternativas no centro urbano.

Conforme Santos et alii (2010), 18,54% dos chefes de família do bairro têm renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos e 30,79% desses chefes estudaram entre 11 e 14 anos. Na parte mais central do bairro, Rua Alto da Bela Vista, Guararapes e Ladeira do Abaeté, foram registradas histórias de moradores tradicionais, que presenciaram passo a passo as mudanças pelas quais o bairro passou e que contam, com ar de saudade, as boas histórias de uma Itapuã com cara de interior, marcada pela tranquilidade. Das áreas periféricas, Baixa do Soronha e Nova Brasília, foram colhidos os depoimentos de moradores cercados pela dura realidade do tráfico, que vivem num cenário bem distante da Itapuã dos cartões postais. Numa dura realidade, os moradores dessas áreas vivem sob o terror da possibilidade frequente de tiroteios, tendo bocas de fumo como vizinhos e sendo controlados pelas ordens do tráfico. Enfim, os moradores dessas regiões de Itapuã vivem em condições precárias de segurança e infraestrutura.

2.5.3.4 Plataforma

Plataforma é um bairro centenário, de origem operária, que abriga cerca de 58 mil habitantes. No final do século XIX, o bairro teve sua ocupação ligada à implantação da linha férrea, ao longo da qual surgiram moradias que se destinavam aos funcionários responsáveis pela manutenção da linha e às suas famílias. A consolidação e expansão do bairro, entretanto, ocorreram com a chegada da Fábrica de Tecidos São Brás, que trouxe capital industrial para a região. Segundo Serpa (2001), a fábrica era detentora de quase tudo o que estava relacionado à produção e ao emprego no bairro, sendo considerada por alguns como a “alma” de Plataforma.

A localização do bairro era privilegiada, próximo ao atracadouro e à estação da linha de trem, fato que facilitava o intercâmbio constante de matéria-prima, combustível e mão de obra com outra fábrica situada na Ribeira. (cf. SERPA, 2001). A partir de 1950, novos habitantes, vindos do interior do estado, instalaram-se nos antigos bairros operários, dando início a construções precárias.

Plataforma é um bairro essencialmente residencial, e os estabelecimentos comerciais e de serviços que lá se encontram localizam-se nas áreas de maior circulação de transportes coletivos. As ruas com menor circulação quase não apresentam pontos de comércio e serviços, a não ser em caso daqueles que oferecem artigos de uso imediato.

Plataforma, assim como os outros bairros do subúrbio ferroviário, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, é um bairro popular, ocupado por uma população que detém as menores faixa de renda e com maior carência de infraestrutura urbana. De acordo com Santos et alii (2010), 22,69% dos chefes de família do bairro recebem entre 1 e 2 salários mínimos; e, como consequência natural, o IBGE mostra que na RA XVI, que engloba todos os bairros do subúrbio ferroviário de Salvador, além da Ilha de Maré, há uma das maiores concentrações de chefes de domicílio sem instrução ou com menos de um ano de estudo:

Os moradores [...] sofrem com a falta de infra-estrutura adequada e com a ausência do poder público, o que acaba – segundo Espinheira (2003) – relegando o bairro a um mero espaço de escoamento da pobreza da cidade. Por conseguinte, Plataforma deixou de ser uma referência para a cidade e tornou-se um símbolo da decadência física e social que se vivencia cotidianamente nos bairros periféricos na capital baiana. (MENDES, 2010).

O transporte coletivo no bairro de Plataforma é motivo de queixas de grande parte da população, que reclama, principalmente, dos constantes assaltos nos transportes públicos. Além desse fato grave, apenas oito linhas circulam no bairro, ligando-o às demais zonas da cidade. É um grande problema, pois a espera em pontos de ônibus acaba por tornar-se quase sempre prolongada. O trem urbano, que poderia ser uma alternativa para a população, inclusive com valor muito mais acessível que o ônibus, torna-se uma opção não muito desejada, pois o acesso à estação do bairro é dificultado por ruas com lama e buracos, além da pouca segurança, dentro e fora dos trens.

Quanto ao perfil dos moradores do bairro, é possível notar uma relativa homogeneidade, com realidade socioeconômica semelhante entre grande parte deles, que em sua maioria são nascidos e criados no próprio bairro e com rede de relações local e um baixo poder aquisitivo, além de pouca escolaridade.

As entrevistas se concentraram na parte baixa do bairro, conhecida como São João do Cabrito, já que lá era bem mais fácil encontrar informantes com o perfil pretendido. Localiza-se nessa região do bairro uma colônia de pescadores, lugar onde foram encontrados muitos dos informantes para esta pesquisa, principalmente com o baixo grau de escolarização exigido, não sendo tão difícil como nos outros bairros investigados. Informantes mais velhos, inclusive com mais de 90 anos, foram encontrados nessa região e, graças a eles, foi possível conhecer um pouco mais da história do bairro que tanto amam, apesar das dificuldades encontradas no dia a dia.

2.5.3.5 Lauro de Freitas

O município de Lauro de Freitas está incluído na Região Metropolitana de Salvador, instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. É a segunda região metropolitana mais populosa do Nordeste Brasileiro e a sexta do Brasil. Compreende os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como *Grande Salvador*, ocupa uma área de aproximadamente 3.000.000 km². Sua população foi estimada, em 2007, em quase 3.600.000 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A história de Lauro de Freitas tem início em 1552, quando o então Governador-Geral, Tomé de Souza, cedeu alguns lotes de terra do litoral baiano a Garcia D'Ávila. Na região, instalou-se uma missão jesuítica que deu origem à *freguesia de Santo Amaro de Ipitanga*. A população da região era formada por um grande número de indígenas habitantes do Morro dos Pirambás. Por ser próximo do mar, fato que favorecia o escoamento da produção agrícola, instalaram-se na região engenhos de açúcar e com eles um grande contingente de africanos. Ainda hoje é considerável o número de afro-descendentes, os quais procuram conservar os costumes africanos, em especial o candomblé.

Originalmente, Lauro de Freitas pertencia a Salvador, até que, em 1880, passou a distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932, retornou a Salvador, assim permanecendo até 1962, quando foi transformado em município. Onze anos depois, passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador. Inicialmente, a freguesia recebeu o nome de freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, por ter se desenvolvido a partir da igreja matriz de Santo Amaro de Ipitanga, construída no século XVII, na parte mais alta da cidade. Em 1962, ano de sua emancipação política, a região passou a se chamar *Lauro de Freitas*, em homenagem ao político baiano Lauro Farani Pereira de Freitas, candidato a governador do Estado.

O município de Lauro de Freitas está localizado no nordeste do Estado da Bahia, na região conhecida como Litoral Norte. Possui uma pequena área, de apenas 60 km². Sua população foi estimada, em 2007, em 144.492 habitantes. O município conta apenas com o distrito sede, sendo as demais localidades consideradas bairros, como Areia Branca, Buraquinho, Caixa d'Água, Caji, Centro, Ipitanga, Itinga, Jambeiro, Miragem, Portão, Vila Praiana, Vila Mares, Vida Nova e Vilas do Atlântico.

Lauro de Freitas é considerado um dos municípios mais industrializados da Bahia, ocupando o 3º lugar entre eles; seu comércio concentra-se na Estrada do Coco (BA-099), que corta o município, e nas zonas centrais de alguns bairros.

A divisão social bem marcada é algo visível no município, que abriga pessoas de alto poder aquisitivo, que lá residem, mas que trabalham e estudam em Salvador, voltando para lá apenas para dormir ou descansar em fins de semana, aproveitando suas praias. Em contrapartida, há uma grande massa com baixo poder aquisitivo, que, em sua maioria, trabalha em serviços gerais ou como domésticas em Vilas do Atlântico, bairro rico do município. De acordo com Dias (2006, p.97), em Itinga, bairro mais populoso de Lauro de Freitas, 77% das pessoas recebiam até 3 salários mínimos e 88% dos moradores do bairro cursaram até a 4ª série do ensino fundamental.

Percebe-se, no município, um grande número de pessoas que fixaram residência ali vindas do interior do estado, em busca de melhores condições de vida em uma região que se mostra promissora devido a suas indústrias locais. Por essa razão, há um grande número de pessoas da faixa I e II, enquanto a faixa III é mais reduzida, uma vez que as pessoas, ao alcançarem a aposentadoria, preferem voltar

para suas cidades de origem, já que encontram mais conforto e menor custo de vida.

As entrevistas inicialmente se concentrariam no bairro de Itinga, uma vez que é o bairro mais populoso da cidade de Lauro de Freitas. No entanto, por conta da dificuldade em encontrar informantes, ou alguém que auxiliasse a busca nesse local, a coleta concentrou-se no centro de Lauro de Freitas, buscando informantes nas escolas públicas da região, e posteriormente em outros bairros periféricos, como Portão e Vila Praiana. Nesses bairros, há um grande índice de pobreza e violência; os bairros apresentam histórias semelhantes: foram fruto de invasões e cresceram com a chegada de pessoas provenientes do interior do Estado da Bahia, que buscavam uma melhor qualidade de vida. Hoje, apesar de serem bem desenvolvidos, como Portão, que possui escolas, creches, postos de saúde, mercados etc, ainda apresentam baixo nível econômico, condições precárias de moradia e saúde, e grandes problemas, como a violência urbana e o tráfico de drogas.

2.5.4 A escolha dos informantes

Após a escolha dos bairros a serem investigados, partiu-se para a seleção dos informantes, e a principal questão a ser resolvida foi a do tamanho da amostra a ser utilizada. Tarallo (2006, p. 28) diz que o tamanho da amostra dependerá da natureza linguística da variável a ser estudada, porém, como se sabe, a composição deste *corpus* urbano se refere ao Projeto Vertentes, do qual esta pesquisa faz parte. Assim, o *corpus* composto servirá a qualquer linguista ou outro estudioso interessado no português popular da cidade de Salvador, sendo, portanto, preciso uma definição do tamanho da amostra, independentemente da variável a ser estudada.

Tarallo (2006) sugere que o número mínimo de informantes por célula seja de cinco, para que haja uma representatividade da amostra. Sabe-se, contudo, que pesquisas têm sido feitas com menos informantes, inclusive no próprio Vertentes, e obtidos resultados satisfatórios. Isto se dá, muitas vezes, devido ao fato de se buscar uma viabilização para a pesquisa, pois números muito grandes de informantes podem tornar a empreitada de investigação algo com duração muito longa, sem contar as condições materiais e orçamentárias para a execução das

entrevistas. Assim, o *corpus* de fala popular urbana de Salvador contou com 6 células, divididas em sexo e três faixas etárias, com dois informantes em cada célula, totalizando 12 informantes em cada bairro, conforme se pode conferir no quadro abaixo.

Fatores sociais Localidade	Sexo	Faixa Etária			TOTAL POR LOCALIDADE
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
Itapuã	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Cajazeiras	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Plataforma	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Liberdade	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Lauro de Freitas	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
TOTAL POR FAIXA ETÁRIA		20	20	20	60

Quadro 1 – Distribuição do *corpus*

Para realizar a escolha dos informantes que comporiam a amostra, inicialmente se fez necessário o preenchimento de fichas⁶ para uma sondagem inicial do perfil dos moradores de cada bairro. Nessa ficha, buscava-se informação sobre o tempo de moradia no bairro, locais onde residiu anteriormente, o tipo de trabalho que exercia e em que local trabalhava, como se caracterizava sua rede de relacionamentos, o grau de escolaridade e o tipo e tempo de acesso que tinha aos meios de comunicação de massa, se frequentava alguma igreja, além de ser feita uma avaliação subjetiva por parte do entrevistador sobre a atitude do informante, como receptivo e extrovertido ou tímido e introvertido.

Para cada bairro, foram preenchidas 36 fichas e, para chegar até estes moradores, recorreu-se a diversas alternativas, desde encontrar alguém conhecido no bairro e que pudesse apresentar os pesquisadores a pessoas no perfil desejado até, na falta de tal pessoa conhecida, a busca aleatória pelas ruas mais conhecidas

⁶ Todos os documentos utilizados nesta pesquisa foram construídos coletivamente, no âmbito do Projeto Vertentes. O modelo de ficha do informante pode ser encontrado nos Anexos deste texto.

do bairro. Em seguida, definiu-se qual o perfil recorrente de moradores daqueles bairros, mas havia algumas características previamente definidas:

- i. Seriam entrevistados informantes de três faixas etárias: faixa I (de 25 a 35 anos), faixa II (45 a 55 anos) e faixa III (mais de 65 anos).
- ii. Nos bairros considerados antigos, os informantes deveriam morar no local desde o nascimento; e no bairro mais novo, tal imposição caberia apenas àqueles mais jovens. Os de faixa II e III precisariam ter chegado ao bairro há pelo menos 15 anos. Para Lauro de Freitas, os informantes de faixas I deveriam ter chegado ao município há 10 anos, enquanto os de faixas II e III há pelo menos 15 anos.
- iii. Todos os informantes deveriam ser analfabetos ou semi-alfabetizados.

A partir da análise das fichas, observou-se como era a rede de relacionamentos dos informantes de cada bairro, se eles restringiam suas relações a pessoas do próprio bairro ou se tinham relações dispersas por outros bairros da cidade. Notou-se que cada bairro, a partir de sua cultura e até de sua situação geográfica, tinha um comportamento diferente, então, para cada um dos cinco bairros pesquisados, traçou-se um perfil de informante que mais condissesse com a realidade apontada pelas fichas de informantes preenchidas inicialmente.

Em Cajazeiras, que é um bairro com dimensões de município, muitas vezes, entre uma entrevista e outra, em localidades diferentes do bairro, fazia-se necessário o uso de transportes coletivos, tamanha a distância a se percorrer. Desta forma, há de se imaginar que o perfil dos moradores das várias regiões de Cajazeiras é bastante diversificado e, por isso, não se definiu, tendo em vista as redes de relações sociais, se os informantes deveriam ter um perfil disperso ou local. Na Liberdade, como exemplo oposto, definiu-se um perfil disperso, pois o bairro abriga o comércio intenso, donde se pressupõe que, mesmo sem sair de lá, seus moradores podem ter contato constante com moradores de outras localidades.

Itapuã e Plataforma são bairros bastante antigos, e seus moradores se mostraram como mantenedores de alguns hábitos tradicionais, como o de manter suas relações no próprio bairro. Isto pode se justificar, também, pela distância relativamente grande que há entre tais bairros e o centro de Salvador, o que diminui a possibilidade de “trocas” entre moradores desses bairros com os de outros. Assim, Plataforma e Itapuã tiveram para seus moradores o perfil de rede de relacionamento local.

Os moradores de Lauro de Freitas muitas vezes a têm como cidade dormitório, deslocando-se diariamente para Salvador para trabalhar e estudar; por esta razão, sua rede de relacionamento foi definida como dispersa, por não ser restrita ao bairro/região onde residem.

Dessa forma, o perfil desejado para cada bairro se configurou da seguinte forma, conforme se pode ver no quadro abaixo.

Bairros	Rede de relações	Origem dos informants
Itapuã	Local	Todos nascidos no local
Cajazeiras	Local ou disperso	Faixa I – nascidos no local Faixas II e III – vindos do interior do estado há ao menos 15 anos
Plataforma	Local	Todos nascidos no local
Liberdade	Disperso	Todos nascidos no local
Lauro de Freitas	Disperso	Faixa I – vindos do interior do estado há ao menos 10 anos Faixas II e III – vindos do interior do estado há ao menos 15 anos

Quadro 2 – Perfil dos bairros com relação à rede de relações e origem dos informantes

É preciso ainda salientar as dificuldades encontradas em uma pesquisa sociolinguística realizada em ambiente urbano, como esta. Diferentemente do que se observava nas pesquisas feitas no interior do Estado, encontrar pessoas consideradas analfabetas ou semi-alfabetizadas mostrou-se uma tarefa quase impossível na capital. Isso, contudo, não é motivo para se comemorar, pois não é um sinal de que a educação do país vai bem e de que nossos índices de analfabetismo estão se reduzindo vertiginosamente. Há, nas escolas públicas de nosso Estado, um programa de incentivo à progressão continuada dos estudantes que, ainda que não alcancem os conhecimentos necessários para a mudança de nível escolar, são “contemplados” com tal aprovação, mascarando a realidade da educação. Deste modo, muitos dos nossos informantes tinham cursado, por exemplo, até a quarta série do ensino fundamental, mas não poucos foram os que mal sabiam ler pequenas frases e compreendê-las. Um exemplo claro pode ser

notado na fala do informante de Cajazeiras, faixa I, prestes a concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental: “Palavra curta eu até leio, mas quando junta uma na outra assim, eu não consigo. Mas agora eu consigo pegar ônibus sem errar”.

Uma das formas encontradas para se chegar a pessoas com o perfil desejado foi ir até escolas de ensino fundamental; quando, no primeiro contato, se percebia uma maior intimidade do possível informante com a escrita e a leitura, ele não se tornava informante de fato. O que se pretende mostrar, com isto, é que, ainda que, nesse *corpus*, haja informantes com alguns anos de escolarização formal, eles em muito se assemelham àqueles analfabetos e semi-alfabetizados das comunidades populares do interior do país, sendo considerados analfabetos funcionais. Algumas vezes decodificam palavras, porém não alcançam um nível de interpretação do que leem, fato que faz com que não haja empecilhos para a comparação de seus dados de fala com os dos informantes do interior do Estado.

Além dos 60 informantes, 12 de cada bairro, foram realizadas entrevistas com 6 líderes comunitários, 2 em cada bairro considerado antigo, a saber: Liberdade, Itapuã e Plataforma. Os líderes, apesar de atuarem como a voz de suas comunidades, também eram de baixa escolaridade.

2.5.5 A realização das entrevistas

Assim como outras pesquisas científicas, as pesquisas linguísticas exigem uma observação atenta do objeto a ser analisado, no caso, a fala popular urbana. No entanto, na contramão das outras ciências, a Linguística não consegue isolar e manipular o seu objeto para fazer a observação, visto ser a linguagem uma capacidade exclusiva dos seres humanos e estar fora da ética científica fazer experiências que manipulem as vidas humanas, como se costuma fazer com macacos e camundongos. Assim, a forma encontrada para fazer tal observação foi a entrevista sociolinguística, de orientação laboviana, que aconselha que se faça a coleta de dados linguísticos numa situação de fala o mais espontânea possível, conduzindo a entrevista como se fosse uma despreziosa conversa entre conhecidos (cf. LABOV, 2008 [1972]).

A entrevista realizada tal como sugerida por Labov tem o intuito de colher a fala vernácula, que é aquela em que se presta o mínimo de atenção a como se está falando, tendo, com isso, o mínimo de monitoramento linguístico. Busca-se, então, a

fala mais descomprometida do informante, porém se sabe que a situação de entrevista, com uma pessoa inevitavelmente estranha com um gravador em punho, não tem como se mostrar como algo natural. Este é o conhecido *paradoxo do observador*: pretende-se colher uma fala espontânea, porém como obter tal espontaneidade diante de uma situação tão artificial?

A primeira sugestão é buscar ser inserido nas comunidades por alguém já conhecido que possa apresentar e recomendar a participação na pesquisa. Em Itapuã e Plataforma, líderes comunitários fizeram este papel de apresentar o pesquisador a alguns informantes, assim como na Liberdade uma pessoa conhecida fez crescerem as possibilidades de informantes a serem entrevistados. Houve também situações em que um primeiro informante indicado por pessoa conhecida fez a mediação para o segundo, formando uma cadeia, já que o segundo buscava conduzir a um terceiro.

Inserido na comunidade, faz-se indispensável não comentar o objeto real da pesquisa, pois isso ocasionaria uma atitude irremediável de monitoramento constante da fala; então, foi dito aos informantes das quatro localidades de Salvador e da região metropolitana que o interesse da pesquisa centrava-se na história e costumes do bairro. Por essa razão, as temáticas giram em torno, na maioria das vezes, das condições do bairro, seus festejos típicos e de questões de segurança. Uma pergunta que costuma estar sempre presente é a que leva o informante a narrar algum fato importante em sua vida, como um em que tenha sofrido risco de vida. Costuma-se fazer isso para que, envolvido pela emoção da narração, o falante desprenda-se da forma, pensando apenas no conteúdo da conversa, sendo, assim, o mais próximo possível da espontaneidade.

As entrevistas costumam ter a duração de 50 minutos a uma hora, e isso também não é aleatório. Como as entrevistas feitas podem servir a qualquer pesquisador interessado em qualquer recorte de estudo linguístico, principalmente aos pesquisadores do Projeto Vertentes, que investigam fatos morfossintáticos bastante diversos, faz-se necessário um volume de dados considerável, pois da mesma forma que há pesquisadores interessados em estudar fenômenos extremamente recorrentes, como a concordância nominal no SN, há aqueles que estudam fatos menos recorrentes, como o uso do imperativo, e que por isso precisam de mais material para efetuar sua busca por dados linguísticos. Além disso, em uma entrevista de uma hora de duração, supõe-se que o informante, ainda

que esteja se monitorando, em algum momento venha a relaxar, e sua fala espontânea venha a emergir.

Conforme comentado, alguns fatos linguísticos muitas vezes são de ocorrência mais difícil justamente devido ao caráter da entrevista, que se dá em forma de diálogo. Constantemente o informante foca na narração em fatos já ocorridos, o que, por exemplo, não propiciaria a eliciação de formas de futuro. Por essa razão, adotou-se a postura que fazer alguns questionamentos sobre o futuro do informante, perguntando sobre seus planos de vida, assim como, em busca de construções utilizadas para exprimir situações hipotéticas, perguntava-se ao informante o que ele faria se ganhasse repentinamente uma grande quantia em dinheiro. É válido salientar que há, por parte do documentador, um certo cuidado ao utilizar determinadas formas linguísticas, justamente com o objetivo de não influenciar e contaminar a fala do entrevistado, fato que demonstra como o documentador deve ter um olhar atento, mas que está longe de ser passivo.

Grandes foram as dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa, pois as etapas anteriores do Projeto Vertentes tinham como foco moradores da zona rural, que eram sempre mais receptivos, talvez até se possa dizer menos desconfiados. O morador da zona urbana está envolvido por um medo que muitas vezes o paralisa, fazendo com que muitos se recusem a falar em presença de um gravador. A maioria das recusas tinha a ver com questões de violência, pois em bairros como Itapuã, na localidade Baixa do Soronha, local dominado pelos traficantes, ser visto diante de um gravador pode passar a falsa impressão de se estar denunciando alguma situação desagradável da comunidade. Mesmo diante das dificuldades, os pesquisadores envolvidos nessa pesquisa, ainda que desavisadamente, foram até localidades, como a citada, em que o acesso era completamente desaconselhável. Assim, viveram de perto o clima de medo e opressão por que passam diariamente muitos dos moradores, que não poucas vezes perdem seus filhos por conta da violência.

O trabalho de localizar e entrevistar informantes no perfil desejado durou cerca de um semestre, e a etapa seguinte deveria ser a transcrição, em que o áudio das conversas, armazenado em meio digital, seria colocado no papel em forma escrita, com o objetivo de facilitar as análises do material coletado.

2.5.6 Transcrição das entrevistas

Assim que se conseguiu concluir as 60 entrevistas, 12 em cada bairro, passou-se a um trabalho não menos árduo, o da transcrição. Para fazer a transcrição, utiliza-se uma chave⁷ elaborada a partir de intensas discussões entre os membros do projeto e seu coordenador. A base de tal chave é o registro de fatos linguísticos que se observam na fala do informante e que são considerados marcas específicas de seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático. Foram excluídos apenas alguns fatos que, mesmo em desacordo com a ortografia oficial, podem ser considerados gerais no português do Brasil, com o intuito de não sobrecarregar o texto transcrito.

A transcrição é um trabalho lento e que demanda muita atenção, e transcrever 60 entrevistas poderia ser uma empreitada que duraria anos. Então, em busca de maior agilidade, lançou-se mão de um recurso disponível na universidade em que o projeto está sediado, a UFBA: a ACC (Atividade Complementar Curricular). Na ACC, os alunos de graduação fazem trabalhos acadêmicos e participam de cursos com o objetivo de acumularem horas que lhes são exigidas. Então os interessados puderam passar por um curso em que se discutiram os critérios de transcrição, seguido de um treinamento prático, para que pudessem realizar as transcrições, sempre supervisionados por algum membro veterano do projeto.

Transcritas as 60 entrevistas, tornou-se necessário uma revisão, pois este é o material final que será utilizado nos estudos, não cabendo neles mais qualquer tipo de erro. Em seguida, parte-se para uma segunda e última revisão, que objetiva conferir se o texto escrito tem independência de seu áudio, ou seja, se ele é completamente compreensível, ainda que quem o leia não possa ouvir a entrevista.

2.5.7 Levantamento e codificação dos dados

A etapa seguinte está circunscrita ao escopo da pesquisa específica aqui desenvolvida. Foi feita a leitura de cada inquérito, com o levantamento exaustivo das ocorrências de estruturas na voz passiva e em predicativos do sujeito. Vale lembrar que só foram levantadas as ocorrências que se encontravam com sujeito no

⁷ A chave de transcrição utilizada para os textos desta pesquisa pode ser encontrada nos Anexos deste texto.

feminino ou no plural, pois são as consideradas marcadas, enquanto as masculinas e no singular são não marcadas. Em seguida, cada ocorrência levantada foi ouvida, para que não houvesse dúvida da pronúncia de cada segmento sonoro transcrito.

O passo que se seguiu foi o da codificação dos dados. Os dados foram analisados segundo variáveis linguísticas e extralinguísticas⁸ e, para cada variável, atribuiu-se um valor em forma de código para cada ocorrência, partindo de uma chave de codificação⁹ montada a partir de estudo prévio. É possível conferir a estrutura de uma codificação de dados linguísticos a partir do exemplo em (1) abaixo.

- (1) (+nP%://xEHaEt01f{\$R Ah, eu era muito quéta na... na rua,
 (+nP%://xEHaAt01f{\$R eu fazia de ficá quéta,>>>
 (+nV://zEHpAt01f{\$R ficá calada no meio da rua.

Com todos os dados codificados, foi preciso recorrer a um programa que pudesse analisar quantitativamente tais dados, dando resultados numéricos que representassem a realidade linguística das comunidades.

2.5.8 O tratamento dos dados

Para a realização de uma pesquisa sociolinguística, como já dito anteriormente, costuma-se investigar quais fatores linguísticos e extralinguísticos atuam para a maior ou menor ocorrência do fenômeno em estudo. Uma das maiores dificuldades metodológicas encontradas, entretanto, é avaliar e medir quanto uma categoria em estudo contribui para a realização de uma ou outra variante que se encontra em competição. Conforme Naro (2003, p.17):

É impossível medir diretamente, nos dados do uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito das outras categorias, também obrigatoriamente presentes. Em outras palavras, o problema da Teoria é isolar e medir separadamente o efeito de um fator [...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados.

⁸ As variáveis linguísticas e extralinguísticas utilizadas nesta pesquisa estão apresentadas e analisadas no capítulo de Análise dos Dados.

⁹ A chave de codificação pode ser encontrada no Apêndice deste texto.

Com o objetivo de diminuir esta dificuldade encontrada, foram criados programas computacionais de análise multivariada em que se torna possível “investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes” (GUY e ZILLES, 2007, p. 105). Além de medir os efeitos e a significância de tais efeitos das variáveis independentes sobre a ocorrência da variável dependente, é possível ainda testar hipóteses sobre estas variáveis.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o programa *GoldVarb 2001*, uma versão para ambiente Windows do antigo e amplamente conhecido pacote de programas *Varbrul* (sigla da expressão em inglês *Variable Rules*), especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística.

De acordo com Oliveira (2006, p. 66), o *GoldVarb* é:

[...] um programa que realiza a análise combinatória dos dados distribuídos pelos vários grupos de fatores, fornecendo percentuais e pesos relativos de todas as variáveis, consideradas isoladas ou combinadas, expressos por tabelas e gráficos. Ele testa a aplicação de regras variáveis, examinando o efeito de cada fator individual e medindo a influência relativa dos fatores sobre a variável estudada. Ele testa, pois, a significância estatística dos grupos de fatores que influenciam a variável dependente. O nível de significância estabelecido (0,05) possibilita a seleção das variáveis. E o cálculo de verossimilhança máxima (*log likelihood*) mede a adequação dos pesos relativos às frequências observadas.

Tem-se preferência pelo trabalho com resultados em pesos relativos, em detrimento da frequência bruta, já que o primeiro vem mostrar o efeito simultâneo de cada fator em relação à aplicação da regra, e o segundo fornece apenas a taxa real de uso. Na análise dos pesos relativos, há uma escala de 0 a 99; os valores acima de .50 indicam o favorecimento da realização da variante analisada, enquanto os valores inferiores a .50 desfavorecem a ação dessa variante; os valores próximos a .50 se comportam de forma neutra, não havendo ação favorecedora nem desfavorecedora.

Não se deve, entretanto, perder de mente a ideia de que os resultados numéricos fornecidos pelo pacote de programas têm apenas valor estatístico. Cabe ao linguista a intransferível tarefa de atribuir e interpretar o valor linguístico, confirmando ou refutando as suas hipóteses lançadas ao iniciar o trabalho de pesquisa.

No próximo capítulo, tratar-se-á especificamente do tema deste estudo, a concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, fazendo-se uma análise histórica das categorias de número e de gênero, a fim de buscar evidências que colaborem com esta pesquisa.

3 A CONCORDÂNCIA NOMINAL

Há, na gramática tradicional, definições diferentes de um mesmo conceito que, se comparadas, certas vezes, se mostram muito distantes, porém, no que tange ao conceito de concordância, não há muitos desacordos: “Concordância é o processo sintático pelo qual uma palavra se acomoda, na sua flexão, com a flexão de outra palavra de que depende” (ALMEIDA, 1999, p.441). Na língua portuguesa, este processo pode se dar entre o sujeito e o verbo da oração, a concordância verbal, ou entre os constituintes do sintagma nominal (SN), a concordância nominal. Nesta pesquisa, que tem por foco a análise da concordância nominal em predicativos do sujeito e estruturas passivas, naturalmente, o interesse de estudo recai sobre o segundo tipo de concordância citado.

A acomodação sintática que deve ocorrer entre os termos do SN leva em consideração as categorias gramaticais de gênero e de número e, por isso, antes de adentrar na discussão sobre a concordância nominal de predicativos e estruturas passivas propriamente dita, far-se-á uma breve caracterização do número e do gênero segundo a gramática tradicional, seguido de um desenho histórico dessas categorias, observando-se desde sua origem no latim até a formação da língua portuguesa.

3.1 O NÚMERO E O GÊNERO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

A concordância nominal em português é considerada redundante, pois, com relação ao número, por exemplo, se faz necessário que todos os constituintes do sintagma nominal se flexionem em busca da concordância com o nome núcleo, como em (2), em que artigo, pronome e adjetivo recebem marca de plural.

(2) **As suas primas bonitas**

Fato semelhante ocorre com o gênero, que exige concordância do termo subordinado de acordo com o termo subordinante, como se pode notar também no

exemplo acima. Além de redundante, a concordância nominal de gênero é ainda considerada obrigatória para que o falante considere a sentença como gramatical¹⁰.

No que se refere à categoria gramatical de número, sabe-se que, em português, há apenas dois valores, o singular e o plural. “O morfema de plural é o -s (com uma variante -es), que se opõe a um morfema zero, sinal particularizante de singular” (ROCHA LIMA, 2007, p. 19). Porém, como todo elenco de regras da gramática normativa, a aplicação da regra de número para nomes nem sempre se dá com o simples acréscimo do -s, havendo outras possibilidades de acordo com a terminação do nome que será pluralizado.

Há palavras terminadas em s ou em x, como *lápiz*, *alferes* e *tórax*, em que a forma plural não se altera, sendo necessário recorrer aos seus determinantes para identificar se o nome núcleo do SN está no plural ou no singular. Há diversas regras para a pluralização, que podem ser observadas no seguinte quadro em que estão sistematizadas:

Regra de realização do morfema de plural	Exemplos no singular	Exemplos pluralizados
Recebem s: palavras terminadas em vogal ou em ditongos	café – sapo - pai	cafés – sapos - pais
Nomes terminados em: <i>em, im, om, um</i> , troca-se o m por n antes de receber o s.	jardim – bombom- jejum	jardins – bombons – jejuns
Nomes terminados em r, z, n ou s (este em sílaba tônica): acrescenta-se es.	mulher – capuz – gás	mulheres – cruzes – gases
Nomes terminados em: <i>al, el, ol, ul</i> : o l é substituído por <i>is</i> . Nomes terminados em <i>il</i> : se for tônico, troca-se por <i>is</i> ; se for átono, por <i>eis</i>	jornal – papel – farol – paul fuzil - réptil	jornais – papéis – faróis – paus fuzis – répteis
Nomes terminados em <i>ão</i> : fazem plural em <i>ões, ãos</i> ou <i>ães</i>	balão – pagão – pão	balões – pagãos – pães

Quadro 3 – Realização da regra de plural em português¹¹

¹⁰ Há, em comunidades afro-brasileiras isoladas, o registro da não concordância entre os constituintes do SN, como em **O roça** é longe, tem que ir andando. Esta variação é restrita a certas comunidades e se justifica pelas origens históricas das mesmas, em que houve maciço contato entre línguas na época da formação do português, com predominância de população negra escrava (cf. ANTONINO, 2007).

¹¹ As regras de realização do morfema de plural foram retiradas da prescrição de gramáticas tradicionais.

Após a observação do quadro anterior, pode-se depreender que a marcação de número, em nomes variáveis, se dá com o acréscimo do morfema de plural –s e suas variantes, podendo-se, então, considerar o plural como a categoria morfológica marcada. O singular, considerado categoria não marcada, caracteriza-se pela utilização de um morfema zero (\emptyset).

Diante da explanação sobre a categoria de número, ver-se-á que a categoria de gênero é um tanto mais complexa. Em português, a categoria gramatical de gênero compreende apenas dois valores, *masculino* e *feminino*, fato que conduz a uma associação direta com a oposição macho e fêmea. Câmara Jr. (1975) afirma que tal oposição dicotômica só se dá entre seres do reino animal, porém não de forma categórica.

De acordo com compêndios gramaticais tradicionais, como o de Rocha Lima (2007), os nomes em português podem ser divididos segundo a esquematização do quadro abaixo:

Meios de expressão do gênero	Exemplos
Nomes de gênero único	a criança, o gavião, o livro, a alma, o tema
Nomes de dois gêneros, sem flexão	o/a agente, o/a colega, o/a dentista, o/a estudante
Nomes de dois gêneros indicados por meio de flexão	lobo/loba, anão/anã, gato/gata, cidadão/cidadã
Nomes semanticamente opositivos	bode/cabra, macho/fêmea, boi/vaca, homem/mulher

Quadro 4 – Meios de expressão da categoria de gênero

Analisando os nomes do grupo de gênero único, Lucchesi (2000, p.126) aponta que é possível afirmar que o gênero constitui um marcador gramatical sem implicações para o plano do significado, já que é impossível estabelecer uma relação consistente entre o gênero gramatical e o sexo dos seres por eles designados. Como afirma Câmara Jr. (1975), o problema se encontra na designação dos seres inanimados, que, por uma relação lógica, não deveriam pertencer nem ao

gênero masculino nem ao feminino, e sim a um gênero neutro, mas, na ausência de tal gênero neutro em português, os nomes deste grupo tanto podem ser femininos, como *mesa, folha e cadeira*, como podem ser masculinos, como *livro, banco e controle*. “Portanto, no subconjunto do léxico que contém os nomes que designam os seres inanimados, o gênero gramatical não tem qualquer relação com o conteúdo semântico do item lexical”¹² (LUCCHESI, 2000, p. 126).

Ao tratar nomes do grupo que contém seres animados, nota-se, como já mencionado anteriormente, que o gênero gramatical tende a acompanhar o gênero natural, a distinção entre macho e fêmea. Ainda assim, segundo Zanotto (2001), não se deve levar essa relação de gênero-sexo dos substantivos ao extremo, já que existem substantivos desse grupo que não têm flexão, que se encaixam no grupo supramencionado de gênero único, como *criança, indivíduo, gavião, jacaré*, por exemplo. As duas primeiras palavras citadas pertencem ao grupo dos sobrecomuns, que, independentemente de se referirem a seres do sexo masculino ou feminino, mantêm sempre a mesma forma, invariavelmente; e as duas segundas pertencem ao grupo dos epicenos, que possuem um único gênero e se referem a animais; a distinção entre sexos, quando necessária, se faz por convenção com a colocação das palavras *macho e fêmea*, como em *jacaré macho e jacaré fêmea*.

No plano mórfico, ainda na classe dos nomes de gênero único, é igualmente difícil encontrar algum padrão completamente regular na indicação formal do gênero. Encontram-se nomes masculinos e femininos em todas as classes nominais temáticas. Assim, na classe dos nomes de tema em *-a*, temos: *cometa, poeta, poema*, que são masculinos, ao lado de *mata, nora, beleza*, que são femininos; nos nomes de tema em *-e*, temos: *porrete, alfaiate, lembrete*, que são masculinos, ao lado de *estante, lebre, gente*, que são femininos; nos nomes de tema em *-o*, são exemplos de nomes masculinos *livro, cão, trabalho*, e são exemplos de nomes femininos *foto, mão, tribo*. (LUCCHESI, 2000, p. 129)¹³

Dada a falta deste “padrão completamente regular” na indicação formal do gênero em português, recorre-se, na maioria das vezes, ao processo sintático de concordância como critério para identificação do gênero. Assim, um vocábulo que

¹² Esta falta de relação do gênero gramatical com o conteúdo semântico do item lexical tem íntima relação com um grupo de nomes, citados por Rocha Lima (2007) como substantivos de duplo gênero ou de gênero vacilante, que oscilam na marcação de gênero, tanto sincrônica como diacronicamente. Ex.: *laringe, pijama, diabete, cal* etc.

¹³ Não se deve esquecer, ainda, dos substantivos que, ao mudar o gênero do artigo que o antecede, muda completamente de significado, como *o/a cabeça, o/a grama* etc.

pode ser antecedido pelo artigo masculino *o* é analisado como de gênero masculino, ao passo que, se o artigo que o antecede é feminino *a*, será tido como vocábulo do gênero feminino. É, portanto, através da concordância entre nome e os elementos possíveis num sintagma nominal que a categoria gramatical de gênero se manifesta no plano sintagmático.

Desse modo, pode-se pensar o gênero como um traço inerente ao nome como um item do léxico, que se expande na estrutura da sentença através do mecanismo da concordância, que compreende, além da relação de concordância entre os constituintes do SN, a relação entre um sintagma predicativo com o nome a que se refere. (LUCCHESI, 2000, p. 130)

Como afirma Zanotto (2001), é possível determinar o gênero através do artigo, da flexão, da derivação sufixal e da heteronímia. A heteronímia é a forma de indicar o gênero através de vocábulos distintos, com a intenção primordial de indicar os sexos. Por esta razão, a heteronímia está associada a nomes de seres do reino animal, como *pai/mãe*, *carneiro/ovelha*, *genro/nora*, entre outros.

Para a determinação da flexão e derivação, adiciona-se ao radical a desinência de feminino *-a*; desta forma, consideram-se as formas masculinas como não marcadas, opondo-se a formas femininas, marcadas morfologicamente. De acordo com Lucchesi (2000), há também uma marcação semântica, já que as formas femininas são mais restritivas ao sexo feminino, enquanto formas masculinas tendem a ser usadas de forma mais genérica na língua. Por exemplo, quando se diz “A mulher ganhou espaço no mercado de trabalho”, não se tem dúvida de esta ser uma afirmação exclusiva ao sexo feminino, porém, ao contrário, ao se dizer “O homem tem direito a trabalhar”, pode-se inferir que a afirmação é válida tanto para homens como para mulheres, ou apenas a homens, em um contexto mais restritivo.

Em síntese, reafirmando o essencial quanto à relação entre gênero e significação, fica o seguinte: o gênero é a classificação gramatical obrigatória de todos os substantivos; para muitos substantivos, o gênero despe-se de qualquer valor semântico, constituindo-se em simples cumprimento de preceito gramatical classificatório; para outros substantivos, o gênero repercute na carga semântica dos mesmos, de forma variada e imprevisível; e, finalmente, muitos substantivos pertinentes aos seres sexuados apresentam ligação entre a determinação do gênero gramatical e a especificação do sexo (animal, humano) (ZANOTTO, 2001, p. 68).

3.2 UM BREVE HISTÓRICO DAS CATEGORIAS DE NÚMERO E GÊNERO

No latim, como afirma Câmara Jr. (1975), sob o amplo conceito de nome, reuniam-se as classes de palavras, muito semelhantes, chamadas de substantivos e adjetivos. Entre elas, a diferença primordial estava em seu emprego sintático, visto que, como atualmente, o substantivo ocupava uma posição central na oração, e os adjetivos com ele se relacionavam através da concordância, fosse de gênero, de número ou de caso. Assim, de forma um tanto simples, se o substantivo designava mais de um item, este viria em sua forma pluralizada, acompanhado de adjetivos também no plural.

O *-s* como marca característica do plural português é reminiscência do acusativo latino, que, no singular, tinha desinência *-m* e, no plural, o mesmo *-s*. Com o passar do tempo e a perda das distinções casuais, foi-se perdendo o uso do */m/* final, tornando-se a desinência zero (\emptyset) a marca de singular, acompanhada da desinência *-s* no plural (cf. CÂMARA JR., 1975, p. 75).

Outro fenômeno de pluralização que encontra nitidamente explicações nas origens latinas da língua portuguesa é o plural de palavras terminadas em *-ão* e, para quem possui conhecimentos de latim, torna-se fácil, na contemporaneidade, aplicar o plural nessas palavras. Assim, segundo Almeida (1999, p. 109),

Basta confrontar o plural acusativo latino da palavra: o *n* passa sua *nasalização* para a vogal anterior por meio do til (*-*), conservando-se inalterada a vogal que vem depois do *n*. Assim, o plural de *pão* é *pães*, por ser *panes* (com *e* depois do *n*) o acusativo plural latino; de *lição* o plural é *lições*, por ser *lectiones* [...] o plural latino; de *grão* é *grãos*, por corresponder ao latim *granos* [...].

Avançando mais na história da língua e chegando ao período do português arcaico, vê-se que as regras de pluralização ali encontradas em muito se assemelham à marcação de plural ora utilizada no português do Brasil. Uma regra conhecida é a de pluralização de nomes que, no singular, terminam em */s, r, l/*. Para a formação do plural, cresce-se a vogal temática à qual se adjungirá a marca de plural, como em *juiz : juízes, árvor : árvores, door : doores*. De forma análoga, no português arcaico, era possível observar a pluralização *simples : simpleses*, que, contemporaneamente, não se flexiona em número. De acordo com Mattos e Silva (1993), a pluralização como em *simpleses* pode ser encontrada até o século XVI.

Há, ainda, mais uma diferença com relação ao período arcaico, como mostra Mattos e Silva (1993): em palavras terminadas em *-l*, como em *curral : curraes, sol:soes*, não se aplica a regra que transforma a vogal temática em semivogal, para se constituir um ditongo (*currais, sóis*); em *gentil : gentiis, vil : viis*, não ocorre a crase comum no português contemporâneo (*gentis, vis*); e, ainda, em palavras com *-l* precedido de *i*, como em *perduravil*, ocorria variação de formas, com o plural oscilando entre *perduraviis, perduravees : perduravis, perduraves*. As regras fonológicas, hoje conhecidas, que atuam em palavras terminadas em *-l*, só passaram a atuar posteriormente ao período arcaico.

Com relação à categoria de gênero em latim, nota-se que, além da marcação dicotômica entre masculino e feminino, encontrada no português contemporâneo, havia um terceiro grupo, o neutro, ao qual pertenciam palavras que designavam seres inanimados. Sabe-se, contudo, que nem todos os nomes de seres inanimados estavam sob a classificação de gênero neutro, havendo nomes de coisas que se acomodavam ao gênero masculino, como *pedes* (pé) e *mensis* (mês), ou ao gênero feminino, como *mensa* (mesa) e *manus* (mão).

A marca distintiva formal do gênero neutro, como mostra Câmara Jr. (1975), era bastante fraca, pois se manifestava através da desinência *-a*, de plural, para o nominativo e acusativo. Ainda segundo mesmo autor, “é importante observar, para a tipologia nominal latina, que, enquanto a expressão de caso e de número era nítida no substantivo, a do gênero só se tornava, em princípio, claramente explícita através de um adjetivo” (p.74). Eram numerosos os adjetivos, como afirma Lucchesi (2000), que se flexionavam regularmente quanto aos três gêneros gramaticais, como *justus, justa, justum*, porém o neutro sempre ocupava uma situação menos favorecida, por só se diferenciar morficamente do masculino nas formas de nominativo e de acusativo, havendo identidade nas formas dos demais casos, fato que sempre contribuiu para um uso variável do gênero neutro.

Lucchesi (2000, p. 137) afirma que:

Contribuiu sobremaneira para o desaparecimento do gênero neutro nas variedades do latim faladas nos últimos séculos do Império Romano o enfraquecimento fonético e queda das consoantes *-s* e *-m* em distribuição final de palavra, o que tornava idênticas formas masculinas, como *hortu(s)* e *cantu(s)*, e formas neutras, como *tempu(m)* e *cornu* (COUTINHO, 1968: 230). Ao passo em que definham as distinções formais do gênero neutro situadas nas

desinências casuais – que iam desaparecendo também –, reforçava-se, na língua corrente, uma distinção formal entre o masculino e o feminino, através dos temas em *-o* e *-a*, respectivamente dos nomes da segunda declinação (predominantemente masculinos) e da primeira declinação (predominantemente femininos).

Essa distinção de gênero masculino-feminino, com a associação opositiva dos morfemas *-o* e *-a* para masculino e feminino, respectivamente, foi-se tornando cada vez mais sólida. Palavras neutras latinas, por possuírem uma semelhança formal com as masculinas, passaram a esta classificação, e palavras femininas terminadas em *-us*, como *populus* (port. *choupo*) e *fraxinus* (port. *freixo*), também passaram a masculinas, indicando já uma associação direta entre o tema em *-o* e o gênero masculino. De forma similar, palavras como *nurus* e *socrus*, que têm uma relação semântica imutável com seres femininos, passaram a adotar terminação em *-a*, dando origem às formas em português *nora* e *sogra*, indicando, também, a fixação da terminação *-a* como morfema indicativo do gênero feminino¹⁴.

No português arcaico, Mattos e Silva (1993) aponta que os nomes do português contemporâneo, de dois gêneros com flexão redundante, apareciam sem tal flexão. No Cancioneiro Medieval Português, por exemplo, palavras como *senhor*, *pastor*, *pecador*, *espanhol*, *português* etc. podem aparecer de forma invariável, sendo a indicação de gênero feita através da concordância com modificadores de dois gêneros, como em “mia senhor branca e vermelha”. A utilização do morfema feminino *-a*, contudo, foi-se tornando regular e, depois do século XVII, já não se observava mais variação de uso.

Vocábulos adjetivos, que possuíam formas diferenciadas para os três gêneros - masculino, feminino e neutro, como *bonus*, *bona*, *bonum* -, passaram ao português com suas formas masculina e feminina, *bom* e *boa*. Adjetivos, como os da segunda classe, que possuíam uma única forma, passaram ao português como adjetivos inflexionáveis quanto ao gênero, como *constante* e *breve*¹⁵.

¹⁴ “Desse modo, pode-se compreender também as flutuações na fixação do gênero dos substantivos da 3ª declinação latina que não eram nem de tema em *-o*, nem de tema em *-a*. Assim, os substantivos *cor*, *couve*, *dor*, *flor*, *fonte*, *honra*, *ordem*, *parede* e *ponte*, masculinos em latim, passaram a femininos em português; enquanto que *paul*, *pez*, *pórtico* e *vale*, que eram femininos em latim, passaram a masculinos em português” (LUCCHESI, 2000, p. 138)

¹⁵ No português contemporâneo, é ainda possível notar resquício do gênero neutro na flexão pronominal *este*, *esta*, *isto*; *aquele*, *aquela*, *aquilo*; *todo*, *toda*, *tudo*; etc. ou, ainda, uma herança da antiga flexão casual, mantida no uso de pronomes pessoais port. *eu* (nominativo); *me* (dativo/acusativo); e *meu* (genitivo).

Pode-se concluir, após a breve análise da categoria de gênero, que houve uma

[...] reestruturação gramatical desencadeada pelo enfraquecimento (e posterior desaparecimento) do gênero neutro. Conseqüentemente, a oposição masculino/feminino se expande e fixa uma relação mórfica através da emergência de um morfema de feminino –a, cuja produtividade funcional só se vem incrementando na deriva do latim para o português e na própria evolução interna dessa língua. (LUCCHESI, 2000, p. 141)

3.3 AS CATEGORIAS DE NÚMERO E GÊNERO – UMA HISTÓRIA RECENTE

Em busca de delinear o português falado no Brasil no século XX, autores como Antenor Nascentes, Mario Marroquim e Amadeu Amaral escreveram obras hoje consagradas, que nos apresentam traços importantes da fala brasileira numa história recente da língua. Em suas obras, *O linguajar carioca*, *A língua do Nordeste* e *O dialeto caipira*, respectivamente, trazem características fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais e até indicações sociais do Brasil do início do século XX, apontando tais características na fala carioca, no nordeste do Brasil, em especial Alagoas e Pernambuco, e em São Paulo.

Ao falar da categoria de número, parece categórica a afirmação, que se pode ver nos três autores, de que a presença do morfema –s de plural em substantivos, na fala popular, é praticamente improdutiva. Salientam todos que a marcação de plural em sintagmas nominais costuma estar restrita ao determinante, pois, como afirma Marroquim, “sem isso nada ficaria para indicar essa pluralidade” (1996 [1934], p.81). Marroquim (1996 [1934]) e Nascentes (1953) chamam ainda atenção para o fato de esta eliminação de marca de número ser tão categórica, que muitas vezes tira-se o –s de palavras singulares, porém terminadas nessa consoante, como *pires* e *lápiz*, que aparecem como *pire* e *lápi*.

Nascentes (1953) diz que, diferentemente do substantivo, o adjetivo costuma apresentar flexão de número quando vem anteposto ao substantivo. Tal marcação se dá, entretanto, não pelo fato de ser adjetivo, como faz supor Nascentes (1953), mas preponderantemente pela posição ocupada, à esquerda do nome núcleo. Guy (1981b) defende que há uma conexão entre a posição linear do item lexical no SN e a sua classe gramatical, ou seja, para ele não é apenas a posição que define tal

marcação, como faz crer Nascentes (1953). Já para Naro e Scherre (2007), a posição à esquerda do nome núcleo seria sim favorecedora à marcação de número; o falante tende a marcar o número logo no primeiro item, indicando que toda a sentença está no plural.

Marroquim, ao falar de gênero, comenta brevemente que “as classes cultas seguem a boa língua” (1996 [1934], p. 77), ou seja, não se observa variação quanto à marcação genérica na fala culta. Não tratando de questões relativas ao nítido preconceito linguístico expresso em suas palavras, ou mesmo em toda sua obra, o autor nos mostra que a polarização social e linguística, que desde a formação do português brasileiro opõe normas cultas de um lado e normas populares de outro, também aos seus olhos se mostrava saliente. Fica claro, portanto, que todas as marcações de gênero e de número, que fogem ao padrão, são típicas, pela sua visão, da fala popular.

Amaral (1982 [1920]) também indica que há variação na marcação de gênero, mas que está restrita aos adjetivos, principalmente quando estes não vêm contíguos ao substantivo, como em construções de predicativo do sujeito como em (3):

(3) As criança távum quéto.¹⁶

Nota-se, nas obras dos três autores postos em discussão, que a variação no uso da flexão de número em nomes é mais difundida que a variação no uso da flexão de gênero e que a falta de concordância de número, na maioria das vezes, é apontada como praticamente categórica na fala popular, mas sendo praticamente inexistente na fala culta.

3.4 A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS

A gramática normativa postula regras de uso da língua, além de classificar e definir termos e funções linguísticas. Entretanto estas tarefas nem sempre são

¹⁶ Exemplo retirado da obra *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1982 [1920], p.21).

cumpridas a contento, pois nem mesmo entre os gramáticos há consenso com relação a muitas definições, que se mostram muitas vezes inconsistentes.

Cunha e Cintra (2001), em sua *Gramática do português contemporâneo*, por exemplo, escrevem termos chave deste estudo linguístico, como *sujeito* e *predicativo*, de forma sumária, porém com exemplos vários. Rocha Lima (2007), na *Gramática normativa da língua portuguesa*, traz uma já cansada e questionada definição de sujeito como “o ser de quem se diz algo” (p. 234). Com relação ao *predicativo*, Rocha Lima (2007), na sessão destinada ao *Predicado Nominal*, elenca uma série de exemplos com um sujeito seguido de verbo de ligação mais um adjetivo e, na sequência, afirma que “este adjetivo é, na realidade, o predicado; mas, pelos seus caracteres de forma e posição, recebe particularmente o título de *nome predicativo*, ou, apenas – *predicativo*” (p. 238). A partir desta afirmação breve e categórica, o leitor fica com a impressão, senão com a certeza, na verdade errônea, de que um predicativo apenas pode ser composto por um adjetivo, descartando-se a possibilidade de existência de substantivo, numeral e pronome como núcleo de predicativos, como se pode atestar nos exemplos em (4).

- (4) Aldair é *homem*
 Nós somos *um*.
 Eu não sou *você*.

Bechara (2004, p.409), na *Moderna gramática portuguesa*, avança um pouco mais na discussão e define *sujeito* como

[...] uma unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir oração. É, na realidade, uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número pessoal.

Assim, mostra que “sujeito é uma noção gramatical, não semântica” (p.410). A função de sujeito dentro de uma oração pode apenas ser exercida por uma expressão substantiva, por um pronome ou por algo equivalente, e uma característica fundamental do sujeito “é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo”, que significa estar em concordância com o seu número e adaptado à pessoa e ao gênero. Ainda segundo Bechara, a posição “normal” do

sujeito é à esquerda do predicado, porém se sabe que é possível haver construções com o sujeito posposto ao verbo.

Sobre o predicativo, Bechara (2004, p. 424-425) diz que ele acompanha verbos, que

se caracterizam por uma referência tão vaga à realidade comunicada, que fazem do predicativo um argumento, pelo aspecto semântico, muito mais intrinsecamente relacionado com o verbo do que com os demais integrantes do predicado complexo (os complementos direto, relativo e indireto) e portador de referência a traços essenciais do sujeito.

Os verbos referidos pelo autor são os conhecidos verbos de ligação, como: *ser, estar, ficar, permanecer, parecer* e outros. Uma característica peculiar ao predicativo do sujeito, que também possibilita a distinção entre ele e os argumentos verbais, é a concordância em gênero e número com o sujeito da oração, como se pode observar nos exemplos em (5a) e (5b):

(5a) **O dia** é belo.

(5b) **As coisas** eram complicadas.

A posição básica do predicativo é à direita do verbo, como nos exemplos em (5a) e (5b), mas é possível haver uma construção em que o predicativo aparece antes do sujeito, como em (6):

(6) É **esperto** o meu gatinho.

Perini (2004, p.77), em sua *Gramática descritiva do português*, define a função de sujeito como “um termo da oração que está em relação de concordância com o NdP”¹⁷. Seguindo um sistema de traços, o sujeito recebe o traço [+CV], que significa que há concordância verbal. O predicativo, então, recebe o traço [-CV], já que não está em uma relação de concordância com o núcleo do predicado, porém tem o traço [+CN], já que desempenha uma relação de concordância nominal com o sujeito. Segundo a análise de Perini (2004), o predicativo não pode aparecer anteposto na oração (*Uma droga, todos acharam esse livro), por isso, é atribuído o

¹⁷ Núcleo do predicado, que é normalmente um verbo.

traço [-Ant]; por fim, uma última característica é posta em evidência: o fato de o predicativo poder ser, sozinho, usado como uma resposta adequada, podendo ser retomado por *o que*, como no exemplo em (7).

(7) Este colar é **lindo**.

Este colar é **o quê?**

À revelia das prescrições gramaticais, a língua, em uso pelos falantes, não faz a aplicação categórica das regras de concordância, nem nominal nem verbal, deixando visível uma ampla variação de uso. Isto é permitido em língua portuguesa porque o sistema de regras de concordância é redundante, fato que facilita esta flutuação na aplicação das regras de concordância.

Como já mencionado anteriormente, quando se quer marcar número no SN, todos os elementos recebem a marca de plural, como no exemplo reescrito em (8), ou a marca pode aparecer restrita aos determinantes, como em (9).

(8) **As** suas primas bonitas.

(9) **As** suas prima bonita.

Já a variação na aplicação da regra de concordância de gênero dentro do SN pode ser vista no exemplo (10), em que o determinante não concorda em gênero com o vocábulo que o sucede:

(10) **O roça** é longe, tem que ir andando.

Essa variação é algo mais restrito a certas comunidades, e tal fenômeno, conforme será visto mais adiante, se justifica pelas origens históricas das localidades como Helvécia, no extremo sul da Bahia, originária de uma colônia que se estabeleceu na região no século XIX, com um alto número de escravos de origem africana, o que resultou em uma população majoritariamente negra, segundo Lucchesi (2000).

A concordância nominal, de número e de gênero, que ocorre em construções de predicativos do sujeito, como nos exemplos em (11) e em passivas, como nos

exemplos em (12), é um fenômeno menos estudado nas pesquisas sociolinguísticas, que, muitas vezes, ao estudar a concordância nominal, focam o olhar apenas no que ocorre dentro do sintagma nominal¹⁸.

(11) Ela é mais alta do que eu

Ôtas vacina que ela toma é barato

(12) Teve uma que foi assaltada, subino com as compra no meio do caminho aqui ó

E aí [a doença] é... é causado por essas coisa assim, que a gente come, esses... essas contaminação que eles bota aí no...¹⁹

É possível perceber, muito mais facilmente, a variação na aplicação das regras de concordância de gênero e de número em falantes menos escolarizados, porém sabe-se que, no PB, tal situação de variação de concordância nominal, em especial a de número, e verbal costuma atingir outras camadas sociais, indo além dos não escolarizados.

Nas variedades populares do PB, a não aplicação da regra de concordância verbal é tão difundida, que chega a atingir níveis de 80 a 90%, assim como se pode observar uma grande redução na morfologia verbal de pessoa e de número. Em comunidades afro-brasileiras isoladas, como Helvécia, chega-se a pensar que, inicialmente, a morfologia flexional teria sido eliminada e, depois, aos poucos, foi sendo reintroduzida, devido à influência de fatores externos. (ANTONINO, 2007, p. 51)

Sabe-se que, no Brasil, durante o período da colonização, houve um contato massivo entre línguas africanas, indígenas e a língua portuguesa, a língua do colonizador, que gozava de prestígio social. Tal situação poderia “conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua pidgin ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato” (LUCCHESI, 2000, p. 99). Assim, pode-se concluir que, ainda que não tivesse sofrido uma crioulação, o PB foi bastante alterado devido a um

¹⁸ Lucchesi (2000), Braga e Scherre (1976) e Ponte (1979) são exemplos de trabalhos clássicos sobre a temática.

¹⁹ Exemplos retirados do *corpus* de fala popular da cidade de Salvador.

processo de *transmissão linguística irregular* e, como de costume nestas situações, houve uma redução da morfologia flexional da língua alvo.

Lucchesi (2008), em busca de mostrar a relação histórica entre o contato entre línguas e o uso das regras de concordância, analisa resultados de pesquisas com a 3ª pessoa do plural, indicando haver a formação de um *continuum* de formas, em que, em um extremo, os falantes escolarizados de Florianópolis aplicam a regra em 79% dos casos, seguidos por analfabetos da cidade do Rio de Janeiro, com 48%, passando por pescadores analfabetos do norte Rio de Janeiro, com 38%, para, no extremo oposto, encontrar as comunidades afro-brasileiras, com a aplicação de apenas 16% de concordância. Assim, como afirma Lucchesi (2008), nota-se que “onde o contato foi mais profundo, mais intenso é o quadro atual de variação nas regras de concordância” (LUCCHESI, 2008, p. 152).

Nesta investigação de caráter sociolinguístico, faz-se um estudo da concordância nominal, de número e de gênero, em estruturas de predicativos do sujeito e de passivas, na fala popular da cidade de Salvador e de sua região metropolitana, com o objetivo de, assim como exposto acima com relação à concordância verbal, traçar a realidade da concordância nominal na fala brasileira, especificamente na Bahia, buscando evidenciar a existência também de um *continuum* na aplicação das regras. Antes, contudo, são discutidos resultados de trabalhos, também de caráter sociolinguístico, que abordaram o mesmo fenômeno linguístico aqui em estudo, porém em outras comunidades de fala.

3.5 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS SOB O OLHAR DE ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Para a realização desta pesquisa, foram analisados quatro trabalhos de orientação sociolinguística que tinham como interesse a investigação da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas. Com o olhar voltado para comunidades urbanas, foram utilizados os textos de Scherre (1991) e o de Dias (1996); com interesse na investigação da fala popular do interior da Bahia, não marcada etnicamente, utilizou-se Antonino (2007) e, por fim, com interesse específico em comunidades baianas afro-brasileiras, foi utilizado o trabalho de Lucchesi (2008).

Scherre (1991) e Dias (1996) fazem trabalhos sobre a fala popular urbana, seguindo parâmetros bastante semelhantes. Scherre (1991) baseou sua pesquisa na fala de 64 informantes do projeto Censo, do Rio de Janeiro, divididos em quatro faixas etárias (7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e 50 a 71 anos), em três níveis de escolaridade (os antigos primário, ginásio e segundo grau) e por sexo. Dias (1996) estudou 72 informantes que faziam parte do banco de dados do projeto Varsul, residentes de três cidades da região sul: Florianópolis (SC), Chapecó (SC) e Iрати (PR). Dias (1996) separou seus informantes em apenas duas faixas etárias (25 a 49 anos e acima de 50 anos), também em três níveis de escolaridade, por sexo e acrescentou a variável grupo étnico, que se divide em açorianos, italianos e eslavos.

Antonino (2007) analisou 48 informantes dos municípios baianos de Poções e Santo Antônio de Jesus. Em cada um dos municípios, foram realizadas 24 entrevistas, 12 com moradores da sua cidade sede e 12 da zona rural. Os informantes foram divididos por sexo, três faixas etárias (de 25 a 35 anos, 45 a 55 anos e acima de 65 anos) e grau de escolaridade, distinguindo os informantes analfabetos dos semi-alfabetizados.

Lucchesi (2008), estudando a realidade linguística do português afro-brasileiro, analisou 36 entrevistas de três comunidades afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia: Helvécia, Cinzento e as comunidades geminadas de Barra e Bananal. O *corpus* analisado é composto por 12 informantes de cada localidade, estratificados segundo basicamente as mesmas variáveis sociais usadas nos trabalhos já citados: idade, sexo e escolaridade, além do tempo de estadia fora da comunidade. No estudo de Lucchesi (2008), houve uma divisão em três faixas etárias (20 a 40 anos, 41 a 60 anos e mais de 60 anos) e, quanto ao nível de escolarização, os informantes foram classificados, assim como em Antonino (2007), como analfabetos ou semi-alfabetizados.

Conforme se pode notar nos trabalhos observados, a categoria gramatical de número sofre muito mais variação que a de gênero, sendo o primeiro fenômeno difundido em todas as variedades do português e o segundo restrito apenas a algumas comunidades afro-brasileiras, onde houve uma situação mais intensa de contato entre línguas. Por esta razão, naturalmente, apenas Lucchesi (2008) e Antonino (2007), que trabalharam com informantes de comunidades do interior do país, dedicaram-se ao estudo da variação na concordância de gênero em predicativos e em passivas. Com relação à concordância de número, discutiremos

os resultados encontrados em Scherre (1991), Dias (1996), Antonino (2007) e Lucchesi (2008), porém este último trata brevemente do assunto, já que seu trabalho é mais voltado para a análise da concordância de gênero.

3.5.1 Concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas – trabalhos sociolinguísticos

Estudos mostram que ocorre maior flutuação na aplicação da regra de concordância de número que na de gênero, e isto certamente se deu, como já mencionado, devido ao seu caráter muito mais redundante, já que, dentro de um SN, quando se quer dar a ideia de plural, quase todos os elementos se flexionam em número, diferentemente do que ocorre na flexão de gênero no SN, em que se flexionam apenas determinantes, adjetivos de tema em –o e um número reduzido de nomes. O natural da situação de transmissão linguística irregular, ocorrida quando há contato entre línguas, como houve no Brasil durante o período colonial e imperial, é eliminar morfemas flexionais sem valor informacional e, como os morfemas nominais de número se mostram mais redundantes, esta categoria foi naturalmente mais afetada pela situação de contato (cf. LUCCHESI, 2000). Os resultados dos trabalhos observados comprovam a hipótese aqui defendida:

	Apl. da regra/Total %
Scherre (1991)	410/837 46%
Dias (1996)	327/768 43%
Antonino (2007)	13/307 4%
Lucchesi (2008)	4/276 1%

Quadro 5 – Resultados de trabalhos sociolinguísticos sobre concordância nominal de número em predicativos e em passivas

Nota-se que, em comunidades onde a situação de contato foi mais intensa, como em comunidades afro-brasileiras, ou ainda em comunidades populares do

interior, também chamadas rurais, o índice de aplicação da regra é bastante reduzido, podendo, na pesquisa de Lucchesi (2008), ser considerado um índice irrelevante, motivo pelo qual o autor argumenta que esta regra está virtualmente ausente na gramática dessa comunidade. Em contraposição, veem-se, em comunidade de fala popular urbana, índices de aplicação da regra consideravelmente mais elevados, em torno de 45%. Esse traçado numérico nos permite afirmar que, com relação à concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, há uma polarização sociolinguística, como proposto por Lucchesi (2006), em que se notam em um extremo as normas cultas e semi-cultas e, no outro, as normas populares.

Na análise de fenômenos linguísticos em trabalhos sociolinguísticos, como sabido, determinam-se variáveis linguísticas e sociais a serem investigadas, no intento de descobrir, após a utilização de algum programa de cruzamento de dados e processamento de regras variáveis, qual exerce maior influência na configuração do fenômeno estudado, no caso em foco, a concordância nominal de número em predicativos do sujeito e passivas. Nos trabalhos aqui observados, foi possível perceber que as variáveis utilizadas pelos autores, ainda que sob nomes diferentes, acabavam por ter o objetivo de apontar a importância de três princípios já bastante difundidos: a *coesão estrutural* e o *paralelismo formal*, que têm uma relação próxima, e a *saliência fônica*.

3.5.1.1 A concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à coesão estrutural e ao paralelismo formal

Lucchesi (2000) propôs o *princípio da coesão estrutural*, que prevê, com relação ao fenômeno aqui em estudo, que a possibilidade de aplicação da regra de concordância de número em predicativos e em passivas é maior quando há também aplicação da regra de concordância no SN sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero e número desses predicativos/passivas bem como quando há a aplicação da regra de concordância verbal. Partindo do princípio da coesão estrutural, Antonino (2007) utilizou as variáveis linguísticas selecionadas pelo programa estatístico como estatisticamente relevantes *concordância nominal de número no SN sujeito* e *concordância verbal*.

Com relação à primeira variável, notou-se que o princípio se faz valer, pois o que se pôde observar é que em sentenças em que os constituintes do SN sujeito exibem marcas formais de concordância de número, como em (13), os predicativos/passivas que são especificados por estes sujeitos também recebem um maior índice de marcação de plural, com peso relativo (PR) expressivo de .88, enquanto, na situação contrária, em sentenças com SN sem concordância, como em (14), o PR foi desfavorecedor: .39.

(13) **As meninas todas** são boas.

(14) **Os filho** já tava grande.

Com relação à variável *concordância verbal*, os resultados comprovaram o princípio da *coesão estrutural*, apresentando um PR de .88 na indicação de que a concordância verbal favorece a marcação de plural em predicativos e em passivas.

Scherre (1991) e Dias (1996) invocam o princípio do *paralelismo formal* para a explicação do fenômeno em estudo. Tal princípio pode ser definido na clássica e conhecida frase “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, ou seja, segundo o paralelismo formal, a simples presença de marca formal de plural no SN sujeito levará ao aparecimento de marcas semelhantes por toda a sentença. Tanto Scherre (1991) quanto Dias (1996) fazem uso de uma variável semelhante à *concordância verbal*, mas a delas foi intitulada de *características formais do sujeito*. Essas autoras, em sua pesquisa, usaram uma categorização diferenciada, não analisando somente sujeitos compostos por SN's, mas incluindo também categorias vazias e sujeitos pronominais. A classificação utilizada foi a seguinte: sujeito zero, sujeito explícito com todos os elementos marcados, sujeito sem a marca no(s) último(s) elemento(s) e sujeito com marca semântica de plural, como nos exemplos de (15) a (18), respectivamente:

(15) Eles são trabalhador, **ø** são forte.

(16) **As mulheres** eram muitas.

(17) **Aqueles menino** não é fácil.

(18) **Nós** não somos corajosos.

Os resultados encontrados por Scherre (1991) e Dias (1996) são semelhantes aos de Antonino (2007); as duas primeiras autoras também observaram que os sujeitos mais marcados acabam por favorecer a marcação de plural nos predicativos e em estruturas passivas.

Ainda buscando reforçar a ideia de que formas gramaticais tendem a ocorrer juntas, Scherre (1991) e Dias (1996) utilizaram a variável *paralelismo formal das sequências de predicativos/particípios no discurso* e, para isso, buscaram controlar se a forma em análise era precedida e/ou seguida de formas marcadas ou não marcadas. Os valores marcados indicavam se era um predicativo/particípio em construção isolada, se era o primeiro de uma série, se estava precedido de predicativo/particípio com todas as marcas de plural ou se era precedido de formas sem marcas de plural e, ainda, se havia casos mistos²⁰, conforme os exemplos de (19) a (23), respectivamente:

- (19) Eles são **católico**, por isso vão todo domingo pra missa.
- (20) Os animais eram **bons**, mas brabos.
- (21) Os animais eram bons, mas **brabos**.
- (22) Eles são mesmo revoltado, são tudo **nervoso**.
- (23) Meus irmãos era bem *calmo* (...) **estudiosos**(...) filhos exemplares.

Os resultados encontrados pelas autoras vieram a comprovar o esperado, pois, em ambos os trabalhos, as formas precedidas por elementos marcados se mostraram mais propícias a receber marca de plural que as precedidas por elementos não marcados, e as formas isoladas e as primeiras de uma série se apresentam numa situação intermediária em Scherre (1991), com PR .66, e neutras em Dias (1996), com PR .49. Scherre (1991), entretanto, afirma a necessidade de retomada destes casos para estudos posteriores para se conseguir justificar o comportamento por ela observado.

A variável *características formais do verbo* veio, para as autoras, demonstrar que o paralelismo formal em níveis sentenciais continua a atuar, pois os verbos com marcas de plural favorecem a concordância entre sujeitos e predicativos/particípio,

²⁰ Foram considerados casos mistos aqueles em que, na ocorrência em série, o predicativo/particípio é precedido por formas marcadas e seguido por formas não marcadas ou vice-versa.

enquanto os verbos sem estas marcas desfavorecem a marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

É possível perceber, após análise das variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes nos três estudos analisados, que os princípios da coesão estrutural e do paralelismo formal se mostram bastante produtivos ao se tratar de concordância nominal. Outro princípio, porém, também ocupa lugar de destaque na maioria das pesquisas que tratam deste fenômeno linguístico: a saliência fônica.

3.5.1.2 A concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à saliência fônica

O já tão difundido princípio da saliência fônica, utilizado por Scherre (1989), postula que os itens mais salientes, com maior diferenciação do material fônico na relação singular/plural, favorecem a presença de marcas de plural. Assim, a partir desta ideia, um item lexical como *casa/casas* é menos saliente do que *igual/iguais*, sendo, portanto, maior a possibilidade de aparecimento de marcas de plural nesse último.

Para atestar a eficácia do princípio da *saliência fônica*, Scherre (1991) estabeleceu uma escala de *processos morfofonológicos de formação de plural*, com os seguintes valores: plural regular, plural não regular e plural misto, em que se encaixam os aumentativos e diminutivos. Os resultados mostraram que as formas mais salientes, os plurais não regulares, favorecem a presença de marcas, enquanto os plurais regulares se mostraram desfavorecedores, assim como os aumentativos e diminutivos. A justificativa dada pela autora para a não marcação de plural nas palavras de plural misto está no caráter informal associado a essas formas, fato que leva o falante a se monitorar menos e a fazer menos concordância.

Dias (1996), em seu trabalho, fez uma análise mais minuciosa, subdividindo as categorias propostas por Scherre (1991) de acordo com as possibilidades de formação de plural em língua portuguesa, para, ao final, chegar a resultados bastante semelhantes, corroborando o já encontrado pela primeira autora.

Também para corroborar os resultados já encontrados vieram os resultados da variável tonicidade, baseada no princípio de que os predicativos compostos com

itens oxítonos, os mais salientes fonicamente, apresentavam mais marcas de plural que os com itens paroxítonos e proparoxítonos.

Antonino (2007), em contraposição aos resultados obtidos por Scherre (1991) e Dias (1996), ao utilizar a variável linguística saliência fônica, não obteve resultados considerados como relevantes estatisticamente, não conseguindo dados para comprovar que quanto maior a saliência fônica dos itens que compõem o predicativo/particípio, maior o favorecimento à presença de marcas formais de plural.

3.5.2 Concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas – trabalhos sociolinguísticos

A variação na concordância nominal de gênero, conforme já citado anteriormente, é um fenômeno linguístico não tão difundido como a de número, o que se explica pelo caráter mais redundante desta. Por esta razão, não se encontram trabalhos sobre a variação na concordância de gênero em comunidades de fala urbana, fato que pode indicar a provável pequena ocorrência de variação. Assim, até aqui, não se fazia possível uma análise comparativa do fenômeno analisando-se a oposição rural x urbano. Por essa restrição dos estudos a comunidades não urbanas, analisaram-se os resultados de Lucchesi (2008) e Antonino (2007) sobre variedades do português popular do interior do Estado da Bahia, com os resultados gerais apresentados no quadro a seguir:

	Apl. da regra/Total %
Antonino (2007)	988/1046 94%
Lucchesi (2008)	373/460 81%

Quadro 6 – Índices de aplicação da concordância de gênero na fala popular do interior da Bahia

A partir da Quadro 6, é possível notar que, conforme o esperado, a variação no uso da marca de gênero em predicativos do sujeito e estruturas passivas é mais acentuada nas comunidades afro-brasileiras, onde se pode atestar um contato entre

língua mais intenso no período colonial e imperial, quando da formação do português popular do Brasil, além de posterior isolamento geográfico e até social, fato que facilitou a manutenção de uma variedade de língua consideravelmente diferenciada da norma culta corrente. Nas comunidades observadas por Antonino (2007), o índice de aplicação da regra é de 94%, sendo a não aplicação da regra, 6%, um percentual que se pode considerar como bastante baixo.

O que se espera, nesta investigação linguística, é encontrar índices de não marcação de gênero ainda menores em comunidades populares urbanas, o que confirmaria a hipótese de existência de um *continuum* de formas que mostre que a difusão de padrões linguísticos costuma se dar dos centros urbanos para o interior do país, atingindo por último as comunidades rurais mais isoladas.

Apesar de a data de publicação do trabalho de Lucchesi (2008) ser posterior ao de Antonino (2007), esta estruturou sua análise a partir de variáveis linguísticas já utilizadas por aquele, visando a facilitar as comparações posteriores de resultados, e isto só foi possível devido ao fato de, por possuírem interesses temáticos semelhantes, estarem em contato, podendo Antonino (2007) ter acesso aos dados da pesquisa de Lucchesi (2008) antes mesmo da publicação. Assim, de forma semelhante à concordância de número, pôde-se ver, em ambos os trabalhos, o uso de variáveis que buscaram comprovar a relevância dos princípios da coesão estrutural e da saliência fônica, além do uso de mais algumas variáveis que não tinham relação direta com tais princípios.

3.5.2.1 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à coesão estrutural

Lucchesi (2008) propõe a variável *concordância nominal de gênero no SN sujeito*, tendo por base o princípio da coesão estrutural, segundo o qual a possibilidade de aplicação da regra de gênero é maior em predicativos e em passivas quando há também aplicação da regra no SN sujeito com o qual esses constituintes se relacionam. Ele observou que, corroborando sua hipótese, em sentenças com marcação de gênero no SN sujeito – cf. exemplo (24) –, a marcação também nos predicativos/passivas é de 80%, enquanto é de apenas 50% quando não há concordância no SN sujeito – cf. exemplo (25):

(24) **Uma mala** ficou cheia.

(25) **As menina tudo** era danado.

Dessa forma, nota-se que o princípio da coesão estrutural se mostra produtivo com relação à concordância de gênero.

3.5.2.2 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada à saliência fônica

Ampliando o escopo do princípio da saliência fônica, os dois autoras fizeram uso da variável *indicação de gênero no SN sujeito*. Para isto, estabeleceu-se uma escala de nomes dos mais salientes aos menos salientes, com nomes de seres animados com flexão de gênero (*menina, gata, garota*) em um extremo, seguido de pronome ou determinante flexionável em gênero (*ela, essa outra*), nome feminino sem flexão (*roça, perna, foto*), para, no outro extremo, se encontrar o pronome não flexionável em gênero (*eu, que, nós*) e a categoria vazia²¹.

Ambos os autores argumentam que quanto mais saliente o núcleo do SN sujeito, maior a possibilidade de marcação de gênero em seus predicativos e passivas correspondentes. Antonino (2007), entretanto, acrescenta acreditar que há também influência do princípio do paralelismo formal atuando além da saliência, já que a marcação de gênero no SN sujeito seria um fator favorecedor à aparição de marcas nas categorias de predicativos e passivas.

Os resultados encontrados, tanto por Lucchesi (2008) quanto por Antonino (2007), comprovaram suas hipóteses, pois, nas comunidades afro-brasileiras, o PR para a concordância de gênero com nomes de seres animados com flexão de gênero foi de .90, em oposição aos .32 e .37 para nome feminino sem flexão e pronome não flexionável em gênero, respectivamente. Em Antonino (2007), o pronome ou determinante flexionável e o nome com flexão obtiveram .89 e .76 de marcação de gênero, respectivamente, opondo-se ao PR .32 de nomes sem flexão.

²¹ Essa escala foi proposta desta maneira porque constantemente há prevalência da indicação lexical sobre a marcação morfológica em processos de reestruturação gramatical decorrentes do contato entre línguas, como na maioria dos crioulos de base portuguesa.

Além da saliência fônica e da coesão estrutural, ambos os autores lançaram mão de outras variáveis no intuito de delinear melhor o fenômeno em estudo.

3.5.2.3 A concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas relacionada a outros fatores linguísticos relevantes

Antonino (2007) aponta, logo no início de seu trabalho, a variável *tipo de predicação*, em que analisa se predicados nominais, verbo-nominais ou estruturas passivas favorecem a marcação de gênero. Os resultados da análise quantitativa indicam um ligeiro favorecimento da aplicação da regra em estruturas de predicado nominal, com um PR .55, ao lado de um desfavorecimento por parte das estruturas passivas e dos predicados verbo-nominais, que apresentam um PR de .16 e .33, respectivamente. Tal desfavorecimento pode ser explicado porque a ligação do sujeito com seu predicativo é mais direta em predicados nominais do que nas outras duas estruturas. No predicado verbo-nominal, por exemplo, há uma dupla predicação, com um verbo de ação como núcleo verbal, ao lado de outro núcleo nominal, o predicativo, o que torna a ligação sujeito-predicativo menos direta do que com o uso de um verbo de ligação.

Em seguida, a mesma autora propõe a variável tipo de predicativo, que se refere apenas às construções em que há predicativos do sujeito, sendo excluídas as construções passivas. Antonino (2007) observa se predicativos compostos por adjetivo ou por particípio passado exercem alguma influência na marcação de gênero²², o que foi notado, pois os predicativos formados por adjetivos são ligeiramente favorecedores à aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com PR .53, e os predicativos compostos por particípio passado desfavorecem a regra, com PR .44. Os resultados da variável *tipo de predicativo* vêm corroborar os resultados da primeira variável selecionada pelo VARBRUL, o *tipo de predicação*, pois os adjetivos favorecem a marcação da concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito devido a seu caráter mais nominal, com maior ligação com o sujeito que o especifica. Os particípios, por sua vez, seriam menos nominais que os adjetivos em função de sua natureza verbal.

²² Antonino (2007) salienta que os demais tipos de predicativos foram desconsiderados devido ao baixo número de ocorrência, o que não permitiria qualquer conclusão sobre os dados.

Lucchesi (2008) aponta ainda a relevância do traço semântico [+ animado] na análise dos dados, apesar de esta variável não ter sido selecionada pelo programa de tratamento de dados estatísticos. Ele mostra que, entre os elementos marcados morfologicamente, os nomes favorecem mais a concordância que os pronomes ou determinantes, isso porque os nomes que se flexionam quanto ao gênero possuem o traço semântico [+ animado], ao passo que os nomes que não se flexionam quanto ao gênero possuem o traço semântico [-animado]. Situação oposta se observa com relação aos nomes e pronomes ou determinantes não marcados morfologicamente, pois os pronomes que não se flexionam em gênero (*eu, você, nós*) trazem naturalmente o traço [+ humano], enquanto os pronomes e determinantes que se flexionam em gênero (*ele/a, esse/a, nosso/a*) podem ser usados para fazer referência a seres inanimados. Assim, fica clara a possível influência do traço semântico [+ humano] como um favorecedor da concordância nominal em predicativos do sujeito e na voz passiva.

Partindo do raciocínio acima exposto, os autores propuseram a variável *referência ao falante no sujeito da sentença*. Com essa variável, busca-se observar se o fato de o falante referir-se ou não a si próprio influencia na marcação de gênero dos predicativos/passivas. Os resultados vieram a comprovar o esperado, pois o falante costuma fazer mais concordância de gênero quando se refere a si próprio, com PR .70 em Lucchesi (2008) e .78 em Antonino (2007). Estes resultados vêm confirmar a importância do traço semântico 'animacidade', pois, quando o falante se inclui no discurso, o traço esperado é sempre [+ animado], [+ humano].

3.5.3 A concordância nominal em predicativos e em passivas e a sua relação com as variáveis sociais

Nos quatro trabalhos analisados, foram utilizadas variáveis sociais tipicamente encontradas em trabalhos sociolinguísticos, como sexo, faixa etária e grau de escolarização. Dias (1996), devido à configuração social das comunidades que analisou, acrescentou uma variável que indicava a origem étnica do informante. De forma semelhante, Antonino (2007) utilizou a variável *origem do informante*, que indicava se o mesmo era morador da zona rural do município ou de sua sede. Lucchesi (2008) e Antonino (2007) fazem uso, ainda, da variável *estada fora da*

comunidade, que informa se o falante viveu fora da comunidade por um período superior a seis meses.

Com relação à concordância nominal de número, nas comunidades urbanas, Scherre (1991) e Dias (1996) encontraram um perfil típico de variação estável, já que, no Rio de Janeiro, jovens e idosos desfavorecem o uso da forma padrão, que só aparece favorecido pelos falantes de idade intermediária. Nos falantes do sul, divididos em apenas duas faixas etárias, observou-se que jovens desfavorecem o uso da regra padrão, com PR .41, e que velhos a favorecem, com PR .59.

Nas comunidades de fala popular do interior do país, a realidade observada é naturalmente diferenciada, com jovens favorecendo o uso da regra de número, com PR .79, seguidos por um desfavorecimento do uso por parte dos falantes de faixa II e III, com PR .38 e .35, respectivamente. Fica claro um perfil de mudança em curso, no sentido de implementação da regra, liderada pelos falantes mais jovens.

Tal resultado tão diverso entre a fala de centros urbanos e a fala do interior do país vem mais uma vez atestar a existência de uma realidade sociolinguística polarizada no Brasil, com os falantes do interior do país caminhando ainda para a implementação da regra de concordância nominal de número, e os falantes urbanos tendendo a manter o padrão observado, num quadro típico de variação estável (LUCCHESI, 2001; 2006).

Com relação à variável sexo, Antonino (2007) aponta que as mulheres das comunidades de fala do interior do país vêm fazendo maior uso da regra de número, com PR .78, que os homens, fato que denota uma mudança na realidade social das mulheres nessas comunidades da zona rural. Estas mulheres já não viveriam mais tão restritas aos ambientes domésticos e estariam atuando mais ativamente na sociedade, saindo, inclusive, muitas vezes, em busca de trabalho como domésticas em cidades vizinhas. Resultado semelhante, com as mulheres liderando o uso da regra de número, foi também encontrado nos dois trabalhos sobre fala urbana (cf. SCHERRE, 1991 e DIAS, 1996).

Antonino (2007) e Lucchesi (2008) trazem ainda informações relevantes quando indicam que os falantes que saíram da comunidade são os que apresentam o maior índice de marcação de plural e de feminino em predicativos do sujeito e passivas, mostrando uma real influência externa à comunidade no sentido de que a difusão de regras do padrão costuma se dar dos centros urbanos para as comunidades do interior.

Com relação à concordância nominal de gênero, tanto Lucchesi (2008) quanto Antonino (2007) observaram que os jovens fazem maior aplicação da regra, indicando, assim como se viu com a concordância de número, um processo de mudança em curso, que caminha para o uso cada vez maior da regra de concordância de gênero em predicativos e em passivas.

Assim como os resultados para concordância de número, no tocante ao gênero, as mulheres também vêm fazendo uso maior da regra que os homens de Santo Antônio de Jesus e Poções, comunidades estudadas por Antonino (2007). Lucchesi (2008), por sua vez, encontra um relativo equilíbrio entre homens e mulheres, com as mulheres apresentando uma ligeira superioridade quanto ao uso da regra de concordância, somando elas 82% da concordância, e eles, 80%.

Antonino (2007) e Lucchesi (2008) utilizaram ainda a variável *escolaridade*, em que se dividiam os falantes entre analfabetos e semi-alfabetizados, porém os resultados não se mostraram relevantes, pois não houve diferença significativa de uso das regras de gênero e de número entre eles. Isto certamente se dá pelo fato de não ser fácil observar diferenças relevantes entre a fala vernácula dos analfabetos e semi-alfabetizados. Nas comunidades analisadas pelos autores, os informantes têm estilos de vida bastante semelhantes, muitas vezes com as mesmas ocupações diárias, o que pode ser também uma justificativa para esta pouca diferença em sua fala.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS NOS TRABALHOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Após este breve olhar sobre os trabalhos de cunho sociolinguístico que investigam a concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, nota-se que, independentemente da origem geográfica dos falantes, se rural ou urbana, há condicionamentos linguísticos explícitos para o fenômeno.

Com relação à concordância de número, notou-se a presença do princípio da coesão estrutural e do paralelismo formal atuando na escolha de variáveis como *concordância nominal de número no SN sujeito e concordância verbal, características formais do sujeito, características formais do verbo e paralelismo formal das sequências de predicativos/particípios no discurso*. Além da observação da presença dos princípios acima, também presentes em algumas variáveis

relacionadas à concordância de gênero, como *concordância nominal de gênero no SN sujeito*, notou-se ainda a atuação marcante do princípio da saliência fônica, já bastante difundido em trabalhos sociolinguísticos.

Nos trabalhos que têm como foco a fala popular do interior da Bahia, seja marcada ou não-marcada etnicamente, foi possível observar a presença de outras variáveis que atuaram de forma significativa, como *tipo de predicativo*, que trouxeram a informação de que predicativos formados por adjetivo e particípio passado favorecem a marcação de gênero. Além desta variável, o *traço semântico* [+ animado] e a *referência ao falante no sujeito da sentença* também se mostraram significativas. Quando o sujeito traz o traço semântico [+animado] e quando o sujeito se refere à pessoa que fala, há também uma maior marcação de gênero.

Além dos condicionamentos estruturais, há, nos trabalhos sociolinguísticos estudados, um perfil sociolinguístico significativo. Enquanto, nas comunidades urbanas, notou-se um perfil de variação estável, nas comunidades do interior do país, pôde-se observar um padrão de mudança em curso, em direção à implementação da regra, liderada pelos falantes mais jovens.

É relevante ainda a informação, encontrada nos estudos de Lucchesi (2008) e Antonino (2007), de que as pessoas que mantiveram maior contato com a realidade exterior à comunidade acabam por fazer maior uso das regras de concordância, indicando, assim, uma forte influência externa aos padrões linguísticos das comunidades.

Esta breve análise sobre as categorias de número e de gênero, seguida do levantamento de alguns trabalhos sociolinguísticos sobre a concordância nominal em predicativos do sujeito e estruturas passivas, teve o objetivo de mostrar que fenômenos como a flutuação na marcação de gênero, considerada como praticamente inexistentes hoje em comunidades urbanas, vem sendo apontada há bastante tempo em ambientes rurais, como em Amaral (1982 [1920]), em seu *Dialeto caipira*, em que ele diz que “o adjetivo e o particípio passado deixam, frequentemente, de sofrer a flexão genérica, sobretudo se não aparecem contíguos aos substantivos: *essas coisarada bunito, as criança távum quétó, as criação ficarum pestiado*”. Com relação à concordância de número, Nascentes (1953, p. 85), em *O linguajar carioca*, já constatava que, “quando posposto ou como predicativo, [o adjetivo] não apresenta [flexão de número]: *Tenho duas casa veia na*

roça (Tenho duas casas velhas na roça). Essas casa são veia (essas casas são velhas)”.

Esta pesquisa, que tem como foco bairros populares de um centro urbano como a cidade de Salvador, vem levantar dados com o propósito de, através de comparações com resultados já obtidos em trabalhos anteriores, traçar um *continnum* da concordância nominal em predicativos e em passivas, ajudando a delinear o perfil sociolinguístico brasileiro, mais especificamente do Estado da Bahia.

4 A ANÁLISE DOS DADOS

O fenômeno em variação aqui estudado, como já mencionado, é o da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas. A opção pelo estudo da concordância entre o sujeito e as estruturas predicativas/passivas se deu por duas razões distintas: inicialmente, pelo elevado número de trabalhos que investigavam a variação nominal no âmbito do SN, como os de Lucchesi (2000), Braga e Scherre (1976) e Ponte (1979), entre tantos outros, e pela escassez de interesse na pesquisa da concordância em predicativos e em passivas.

Busca-se, neste estudo, a descrição e interpretação do fenômeno da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular do estado da Bahia. Para isto, far-se-á uma análise comparativa entre os resultados aqui obtidos, com a fala popular urbana, em que se investigarão 4 bairros de Salvador e um município de sua região metropolitana, e resultados já publicados sobre outras variedades do português popular do interior do Estado (LUCCHESI, 2008 e ANTONINO, 2007).

A análise a ser apresentada encontra-se subdividida em duas partes. Inicialmente, apresenta-se o estudo da concordância nominal de número em predicativos e em passivas e, posteriormente, a análise da concordância nominal de gênero.

Deu-se preferência à análise inicial da categoria de número devido ao fato, já mencionado (cf. capítulo 3), de a variação na concordância nominal de número ser um fenômeno mais amplo, podendo ser observada desde a fala popular marcada etnicamente à fala urbana, aparecendo, inclusive, na fala culta brasileira.

Em um segundo momento do texto, far-se-á a análise dos resultados obtidos a partir da análise do banco de dados relativo à categoria de gênero, buscando atestar a hipótese de que a variação seria consideravelmente menor na fala popular urbana do que na do interior do Estado.

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise de 60 entrevistas, 12 em cada um dos cinco bairros que compõem o *corpus* de fala popular urbana, Itapuã, Plataforma, Liberdade, Cajazeiras e um bairro do município da região metropolitana, Lauro de Freitas. Conforme já explanado detalhadamente

no capítulo 2, Itapuã, Plataforma e Liberdade são considerados bairros antigos, tradicionais; Cajazeiras é um bairro de expansão demográfica recente e Lauro de Freitas é um município muito próximo a Salvador, que teve um crescimento populacional acelerado nas últimas décadas.

4.1 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS

Na análise da fala popular urbana da Bahia, foram quantificadas apenas 239 ocorrências de sentenças com sujeitos no plural, aos quais se ligam predicativos do sujeito ou estruturas passivas, conforme exemplos em (26) a (29).

(26) **Os...os marginais** tá muito mais **bem equipado** de que a polícia.

(27) **Os hospitais** até que não são ruins.

(28) Aí depois você vê... que **os ôto ingrediente é feito** [em] separado, o vatapá, o ca... o... camarão, a salada...

(29) **Os ôtros ingredientes são feitos** seprados²³.

Nos exemplos expostos, pode-se perceber que a concordância está presente em (27) e (29) e não se aplica aos exemplos (26) e (28). Nos dados aqui obtidos, das 239 ocorrências, apenas 35 trouxeram esta marca de plural, indicando um índice de aplicação da regra de concordância nominal de número em predicativos e em passivas na fala popular urbana de 14,6%.

Atribui-se a baixa produtividade de sentenças no plural ao caráter da entrevista realizada, uma vez que, na maioria das vezes, concentra-se em narrativas pessoais do informante. Isso permite que o entrevistado fale de si por grande parte do tempo, utilizando um registro menos formal da língua, o que não propicia o surgimento de sentenças predicativas com as marcas de plural. Os resultados da variável dependente são apresentados na Tabela 3:

²³ Os exemplos são retirados das entrevistas realizadas, porém este último foi criado por mim, já que não houve ocorrência de estrutura passiva com concordância de número.

Tabela 3 – Aplicação da regra de concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas

Aplicação da regra de concordância	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Com concordância	35/239	14,6%
Sem concordância	204/239	85,4%

Antonino (2007), ao observar a fala popular do interior do Estado da Bahia, encontrou um índice de marcação de plural na casa dos 4%, ao lado de uma marcação que se pode considerar residual de apenas 1% na fala afro-brasileira estudada por Lucchesi (2008). O que se nota, ao analisar tais resultados, é o traçado de um *continuum* linguístico, que vai de um percentual quase nulo de aplicação da regra, nas comunidades em que a história de contato entre língua na formação do português popular do Brasil foi bastante marcante, a um aumento progressivo em direção às zonas urbanas, como se pode visualizar no seguinte gráfico:

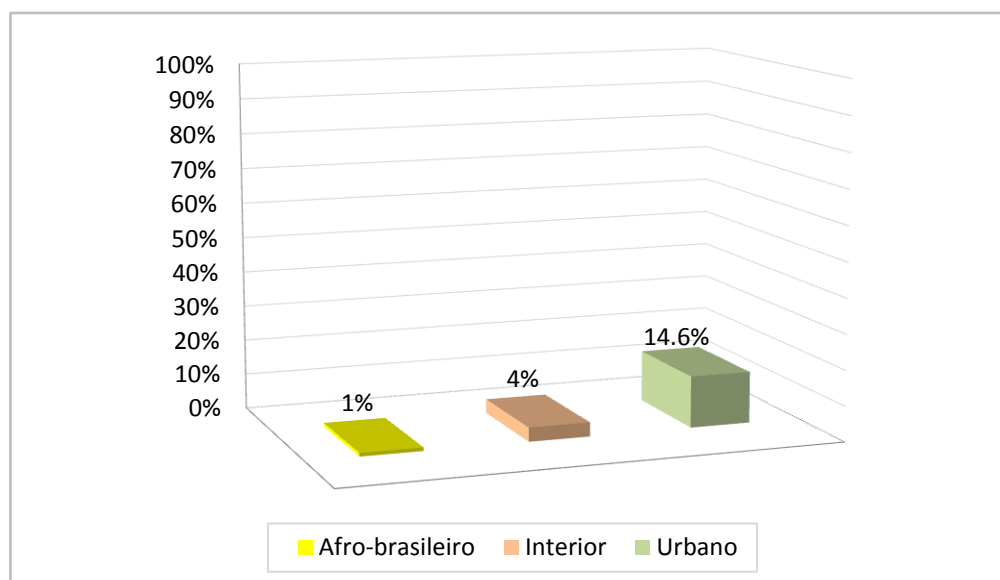


Gráfico 1 – Índices de marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

Nota-se, ainda, uma não marcação de plural bastante acentuada na fala popular baiana investigada, principalmente ao se comparar os resultados de trabalhos como os de Scherre (1991) e Dias (1996), que utilizam falantes também

urbanos, porém com um grau de escolaridade mais elevado²⁴. Em suas pesquisas, há uma marcação de número consideravelmente mais elevada do que a observada na fala popular baiana, com índices de aplicação da regra de 46% e 43%, respectivamente.

Conforme já mencionado, para o tratamento estatístico dos dados, foi usado o programa GoldVarb, o qual fornece pesos relativos de influência de variáveis investigadas na realização do fenômeno em estudo. Em um primeiro momento, o programa fornece resultados percentuais, exibindo uma quantificação bruta dos dados. Nesse momento, são indicados os *knockouts*, nomenclatura utilizada pelo programa para indicar fatores com aplicação categórica da regra de concordância de número. Se uma variável se mostra categórica, presume-se a não existência de variação em seu uso e, por ser o GoldVarb um programa que lida com regras variáveis, surge necessidade de resolução dos *knockouts*. Cabe ao linguista, analisando sua chave de codificação, tomar as decisões acertadas para a sua pesquisa, agrupando variáveis ou mesmo excluindo-as, para que, em seguida, seja realizada uma nova rodada, na qual se poderá medir a influência relativa de cada variável na realização do fenômeno em estudo, no caso a concordância nominal de número em predicativos e em passivas.

Os *knockouts* desta pesquisa trouxeram informações relevantes, indicando caminhos para a análise dos dados. Como salientam Guy e Zilles (2007, p.215);

[...] a abordagem que o pesquisador deve adotar em relação às questões de significância não é mecânica, jogando automaticamente no lixo os resultados não significativos e falando somente dos significativos; ao contrário, o pesquisador deve avaliar inteligentemente os resultados, e apresentá-los de maneira a fornecer o máximo de informação e iluminar mais o fenômeno.

Dessa forma, os *knockouts* que surgiram na análise quantitativa, na maioria dos casos, apontaram para o reforço da hipótese posta em teste através do uso de determinadas variáveis e, por essa razão, ao longo da análise, far-se-á menção aos *knockouts* encontrados e à sua relevância para os resultados.

As variáveis explanatórias utilizadas para identificar os fatores da estrutura linguística que condicionam a concordância nominal de número em passivas e

²⁴ Na presente pesquisa, como já especificado no capítulo 2 – *Aporte teórico-metodológico*, foram entrevistados apenas informantes analfabetos e semi-alfabetizados.

predicativos da fala popular da cidade de Salvador foram: *tipo de predicação, tipo de sujeito, ordem dos constituintes na sentença, material interveniente entre o verbo e o predicativo, tipo de material interveniente, concordância de número no SN sujeito, concordância verbal, indicação de plural no núcleo do sujeito, referência ao falante, caracterização semântica do sujeito, estrutura sintagmática do predicativo, tipo de atributo, presença de quantificador e saliência fônica*. Dentre as variáveis sociais, analisaram-se: *faixa etária, sexo, rede de relações sociais, nível de escolaridade, nível de exposição à mídia e bairro de residência*.

Após as rodadas estatísticas, o GoldVarb selecionou como estatisticamente relevantes, nesta ordem: *material interveniente entre o verbo e o predicativo, concordância de número no SN sujeito, concordância verbal, tipo de atributo e nível de exposição à mídia*.

4.1.1 Fatores estatisticamente relevantes para o condicionamento da concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas

As cinco variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes serão apresentadas por ordem de seleção do programa GoldVarb, responsável pelo tratamento estatístico dos dados. O *nível de exposição à mídia*, no entanto, por ser uma variável social, será discutida em seção específica para as variáveis extralinguísticas.

4.1.1.1 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo*.

A primeira variável selecionada pelo programa de regras variáveis foi *material interveniente entre o verbo e o predicativo*, que assumiu os seguintes valores:

- a) Ausência de material interveniente
 - (30) **São sossegados.**
 - (31) **É, tem que levá, senão tá perdido.**

b) Verbo separado do predicativo por 1 a 4 sílabas

(32) Os home são **mais** safados.

(33) As prestação é **muito** cara.

a) Verbo separado do predicativo por 5 sílabas ou mais.

(34) Óia, pa te falá a verdade, o... os meus filho eu criava com tanto carinho, que hoje em dia às vez eles são **até um pôco assim meio... meio** grossêro, né, que a gente fala assim...

Esperava-se que a presença de material entre o verbo e o predicativo reduzisse o índice de aplicação da regra de concordância nominal de número, já que a presença do material entre tais constituintes prejudica a relação de adjacência. Normalmente, verifica-se que quanto maior a distância entre o verbo e o predicativo, maior é a possibilidade da não aplicação da regra.

Na rodada inicial do GoldVarb, pôde-se constatar a ocorrência de apenas sete sentenças com 5 sílabas ou mais entre o sujeito e o predicativo e, nelas, foi categórica a não marcação de número. Isso vem corroborar a hipótese lançada, pois, quando a distância entre o sujeito e o predicativo se mostrou maior, também foi maior o não uso do plural. Para sanar esse *knockout* inicial, foram agrupadas as sentenças com material interveniente, independentemente da quantidade de sílabas, e chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 4 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo*

Material Interveniente	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Sem material	32/170	18,8%	0.736
Com material	1/58	1,7%	0.264
TOTAL	33/228	14,5%	---

(nível de significância 0.024)

Os resultados obtidos com a análise dos dados favorecem a hipótese aqui postulada. Em sentenças sem material interveniente, observa-se que é maior a aplicação da regra de concordância, com o PR de 0.736, enquanto em sentenças com material interveniente entre o verbo e o predicativo o PR cai para 0.264.

Na fala popular do interior da Bahia, estudada por Antonino (2007), a variável *material interveniente* não se mostrou estatisticamente relevante, porém a autora

percebeu nos resultados uma discreta atuação de tal fator na concordância nominal de número. Quando não havia material interveniente entre o verbo e o predicativo, havia um leve favorecimento, com frequência de 5%, ao lado de um índice geral aplicação da regra de 4%. Ao contrário, observou-se desfavorecimento da aplicação da regra de número com uma frequência de 3%²⁵.

Quando a distância entre o verbo e o predicativo é ampliada, o falante apresenta dificuldade em processar a relação entre os elementos da sentença e acaba por não realizar a concordância. Fato semelhante ocorre com relação à concordância verbal; quando o sujeito se apresenta distante do verbo com quem mantém relação, ou mesmo posposto ao verbo, o falante expressa certa dificuldade em compreender sujeito como tal e acaba por não imprimir a concordância verbal.

Como já mencionado, resultado observado se apresenta por conta da relação de adjacência ser prejudicada. Desta forma, pode-se afirmar que quanto mais distante estiver o predicativo de seu sujeito, maior será a probabilidade de o falante soteropolitano aplicar a regra de concordância nominal de número.

4.1.1.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *concordância nominal de número no SN sujeito*

A variável *concordância nominal de número no SN sujeito* foi a segunda selecionada. Essa variável leva em consideração o princípio da *coesão estrutural*, proposto por Lucchesi (2000) e já discutido no capítulo 3 deste trabalho. Esse princípio diz que a possibilidade de se aplicar a regra de concordância de número nos predicativos e nas passivas será maior se houver concordância de número no SN sujeito que especifica os predicativos e as passivas em questão.

A variável está dividida em:

a) SN com concordância

(35) **Os meninos** fica aqui sentado.

²⁵ Na fala afrobrasileira de comunidade isolada, investigada por Lucchesi (2008), não se estudou a fundo a concordância nominal de número, dando-se maior atenção à de gênero. Dessa forma, não é possível fazer uma análise comparativa com tal modalidade de fala.

- (36) e acost[uma] com...com as duas... que **os dois nomes** são simpáticos,né?
- b) SN sem concordância
(37) **Minhas criança** fica trancada.
- c) SN com concordância, em construção relativa, com concordância retomada no predicativo
(38) **As meninas** que eram responsáveis.
- d) SN com concordância, em construção relativa, sem concordância retomada no predicativo
(39) **Os professores** mesmo que não é mole também qualqué sala...
- e) SN sem concordância, em construção relativa, com a concordância retomada no predicativo
(40) [...]tira os... **os esporão** dele que é os... na verdade, são os venenosos, tira a cabeça, aí pronto...
- f) SN sem concordância, em construção relativa, sem a concordância retomada no predicativo
(41) **Todos carro** que vinha era abordado.

Esperava-se que os SN's sem concordância e os SN's sem concordância retomados por pronomes relativos inibissem a aplicação da regra de concordância número em predicativos e em passivas, ao passo que os que trouxessem as marcas de número favorecessem a marcação de plural.

Na primeira rodada do GoldVarb, todas as ocorrências envolvidas em sentenças relativas sofreram *knockout*, apresentando a não marcação de plural de forma categórica. Por essa razão, os fatores foram reagrupados de acordo com a presença ou ausência da marca de número e foi feita uma nova rodada, que exibiu o resultado da Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *concordância nominal de número no SN sujeito*

Concordância no SN	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
SN com concordância	8/23	34,8%	0.780
SN sem concordância	3/83	3,6%	0.220
TOTAL	11/106	10,4%	---

(nível de significância 0.024)

Conforme esperado, as sentenças que continham os SN's com marca explícita de concordância apresentaram um peso relativo alto de aplicação da regra de concordância nominal de número nos predicativos e nas passivas, com 0.780. Ao contrário, o desfavorecimento foi observado, com PR 0.220, em sentenças com SN's sem as marcas de plural.

Antonino (2007) teve a variável *concordância nominal* no SN sujeito como a primeira selecionada como estatisticamente relevante ao estudar a fala vernácula do interior da Bahia. De forma idêntica, o SN com concordância favoreceu a aplicação da regra de número, com PR de 0.88²⁶, ao passo que o SN sem concordância desfavoreceu a aplicação da regra, com PR de 0.39.

Percebe-se que o princípio da coesão estrutural na concordância nominal de número é bastante produtivo e, para corroborar a sua importância, pode-se observar a próxima variável selecionada como estatisticamente relevante, a *concordância verbal*.

4.1.1.3 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *concordância verbal*

Atuando com base no mesmo princípio da coesão estrutural mencionado na sub-seção anterior, a variável *concordância verbal* traz a hipótese de que, em sentenças em que o verbo concorda com o sujeito, há maior índice de concordância nominal em predicativos e em passivas.

Para investigar essa variável, foi feita a seguinte divisão:

²⁶ Os resultados se apresentam de forma diferente, ora com três casas decimais, ora com duas, porque foram usados programas estatísticos de gerações diferentes e que, portanto, fornecem os dados numéricos em formatos também diferentes.

a) Verbo concordando com o sujeito

(42) Os hospitais até que não **são** ruins, o Jaar Andrade mesmo aí, não é lá essas coisa né, mas também não é de se jogá fora.

(43) Eles **tão** muito mais estruturado de que a polícia.

b) Verbo não concordando com o sujeito

(44) Luz era o candinhêro, vela... muitas casas 'inda **era** quêmadas.

(45) Ah... as vizinhança pra mim é boa porque eu não vô na casa de ninguém, só vô quando tão doente, mas não gosto de entra e sai.

Após o processamento no programa estatístico, encontrou-se um resultado que corrobora a hipótese lançada e que pode ser visto na Tabela 6:

Tabela 6 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *concordância verbal*

Concordância verbal	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Com concordância verbal	31/106	29,2%	0.750
Sem concordância verbal	4/133	3,0%	0.250
TOTAL	35/239	14,6%	---

(nível de significância 0.024)

Quando, na sentença, há concordância verbal, há um favorecimento da marcação de número em predicativos/passivas, com PR de 0.750, ao passo que, no caso oposto, a não marcação é desfavorecida, com PR de 0.250. Em Antonino (2007), essa variável também foi selecionada pelo programa de regras estatísticas como sendo relevante. Quando há concordância verbal, a marcação de número fica em 0.88 e, ao contrário, quando a concordância não ocorre, há um desfavorecimento de aplicação da regra, com PR de .42.

Tanto na comunidade rural como na urbana, pode-se confirmar, através das duas últimas variáveis apresentadas, a clara atuação produtiva do princípio da coesão estrutural no fenômeno em estudo, a concordância nominal em predicativos e em passivas.

4.1.1.4 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *tipo de atributo*

A variável *tipo de atributo* foi subdividida em atributo essencial, em que se apresentavam características inerentes ao objeto em questão, sendo marcadas através do verbo *ser*, como em (46) e (47); e atributo accidental, quando o predicativo estava ligado a qualquer outro verbo, como em (48) e (49).

(46) Não, o tratamento é bom, né, só que **são** tão pequenas ainda, tem uma que fez uma ano agora.

(47) Não, que nada, minhas menina **é** muito tranquila.

(48) Não, o tratamento é bom, né, só que são **tão** pequenas ainda, tem uma que fez uma ano agora

(49) O médico disse: "A atrose da senhora é porque a senhora trabalhô demais, esforçô muito os osso e os nelvo, tanto que os osso agora **tá** fraco."

A variável foi proposta partindo da hipótese de que, em sentenças com atributos essenciais, com a presença do verbo *ser*, haveria maior aplicação da regra de concordância, enquanto que, com sentenças de atributos accidentais, o índice de concordância tenderia a ser menor. Atributos ligados ao sujeito através do verbo *ser* têm caráter permanente, enquanto os atributos ligados ao sujeito por outros verbos apresentam caráter transitório; assim, quando o atributo é essencial, haveria uma tendência natural do falante a marcar a concordância de número.

Na tabela abaixo, é possível observar os resultados obtidos.

Tabela 7 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de atributo*

<i>Tipo de atributo</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>	<i>PR</i>
Atributo essencial	34/165	20,6%	0.772
Atributo accidental	1/74	1,4%	0.228
TOTAL	35/239	14,6%	---

(nível de significância 0.024)

De fato, os resultados reforçam a hipótese, exibindo um PR de marcação de plural de 0.772 nas sentenças com atributos essenciais, enquanto o peso relativo apresenta-se consideravelmente baixo, 0.228 em sentenças com atributos acidentais. Na fala popular do interior da Bahia, essa variável não se mostrou relevante.

Além das quatro variáveis discutidas anteriormente, *a presença de material interveniente, a concordância nominal no SN sujeito, a concordância verbal e o tipo de atributo*, mais uma variável foi selecionada, *o nível de exposição à mídia*, mas como esta última variável é extralinguística, ela será analisada numa seção específica para as variáveis sociais.

4.1.2 Variáveis não selecionadas pelo GoldVarb como estatisticamente relevantes para a concordância nominal de número

Muitas variáveis, ainda que não selecionadas pelo programa de regras estatísticas, apresentam resultados relevantes para a compreensão do fenômeno e, por tal razão, serão aqui discutidas.

Uma primeira variável importante é a *ordem dos constituintes na sentença*, em que se podem encontrar sentenças com estrutura *sujeito + predicativo* (SP), a ordem canônica, como nos exemplos (50) e (51), ou sentenças em que o predicativo se antepõe ao sujeito, com a estrutura *predicativo + sujeito* (PS), como se pode conferir no exemplo em (52).

(50) Graças a Deus! Nunca teve briga, nunca teve... **meus vizinho** são **ótimos vizinho**.

(51) Mi...menino era pequeno, **meus filho** era **pequeno** ajudava muito na igreja.

(52) Poque era tudo **fechada as casa**, até hoje tudo fechada.

Admite-se a hipótese de que, em sentenças do tipo *predicativo - sujeito*, ocorra um menor índice de concordância, já que, intuitivamente, o falante tende a atribuir a posições iniciais da sentença o valor de sujeito, não os analisando desse modo quando pospostos ao verbo.

Nos resultados obtidos, das 130 sentenças com sujeito explícito, apenas 5 apresentaram inversão na ordem dos constituintes e, conforme esperado, nenhuma das cinco ocorrências trouxe marca de plural, sendo, por isso, a variável excluída da análise variacionista, já que a não aplicação da regra foi categórica, não cabendo variação.

Outra variável que traz resultados interessantes é o *tipo de predicação*, em que as sentenças selecionadas são divididas entre predicados nominais, estruturas passivas ou predicados verbo-nominais, como nos exemplos em (53) e (54), (55) e (56) e (57), respectivamente.

(53) **Eles são ótima pessoas**

(54) **As brincadeira** de antigamente pa de hoje em dia é **muito diferente**.

(55) Luz era o candinhêro, vela... **muitas casas** 'inda era **quêmadadas**.

(56) Aí foi desse dia mesmo, que eu tô dizeno que... aí, que **os cara foi transferido**, que eu fiquei sozinho lá.

(57) Elas **sairo nua**.²⁷

Os resultados dessa variável são apresentados na Tabela 8:

Tabela 8 – Aplicação da regra de concordância de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de predicação*

<i>Tipo de predicação</i>	Nº de Ocor./TOTAL
Predicado nominal	33/212
Estruturas passivas	2/19
Predicado verbo-nominal	0/8
TOTAL	35/239

Diante da escassez de dados, é necessário pontuar que qualquer afirmação sobre os dados são apenas indicações sobre o comportamento linguístico de falantes populares de Salvador, longe de trazer, ainda, afirmações categóricas sobre a concordância nominal de número em predicativos e em passivas. Nota-se, também, que a produção de sentenças passivas e de predicados verbo-nominais

²⁷ Não há ocorrências de sentenças com predicados verbo-nominais com marca de plural.

nas comunidades em estudo é bastante reduzida, perfazendo em torno de 11,2% do total das ocorrências e, ainda, que apenas duas estruturas passivas trouxeram marca explícita de plural e que nenhuma das 8 estruturas verbo-nominais tiveram marcação de plural.

Para prosseguir com a análise dos dados, fez-se necessário a junção dos fatores predicado nominal e predicado verbo-nominal compondo um único fator, que se opõe à estrutura passiva numa rodada posterior.

Tabela 9 – Concordância de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de predicação*, em uma segunda rodada

<i>Tipo de predicação</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Predicativo do sujeito	33/220	15%
Estruturas passivas	2/19	10,5%
TOTAL	35/239	14,6%

Em estruturas de predicativos do sujeito na fala popular urbana de Salvador, há um maior uso da concordância de número, 15%, do que em estruturas passivas 10,5%, ao lado de uma frequência geral de 14,6%. Esse resultado da aplicação da regra de número nas sentenças passivas e em predicados verbo-nominais

[...] pode ser explicado porque a ligação do sujeito com seu predicativo é mais direta em predicados nominais do que nas outras duas estruturas. No predicado verbo-nominal, por exemplo, há uma dupla predicação, com um verbo de ação como núcleo ao lado de um outro núcleo predicativo, o que torna a ligação sujeito predicativo menos direta do que com o uso de um verbo de ligação. (ANTONINO, 2007, p. 74)

A *caracterização semântica do sujeito* também apresentou resultado relevante. Para a sua análise, foram atribuídos os valores [+humano] e [-humano], conforme se pode conferir nos exemplos de (58) a (61).

(58) Meus dois irmão, minhas cinco irmã, **duas** é casada, essa que vei comigo, que também estuda aqui, que faz banca aqui.

(59) Eu fico com **meu pai, minha mãe**, que são velhos.

(60) Aí depois você vê... que **os ôto {ingrediente}** é feito [em] separado, o vatapá, o ca... o... camarão, a salada

(61) É. **As festas** aqui são boas.

Espera-se que o sujeito com traço semântico [+ humano] favoreça a marcação de número, já que o falante o interpreta como um sujeito prototípico (MONGUILHOTT, 2010), como o ser que “pratica a ação”.

Tabela 10 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *caracterização semântica do sujeito*

Caracterização semântica	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
[+ humano]	27/175	15,4%
[- humano]	8/64	12,5%
TOTAL	35/239	14,6%

Conforme esperado, há um uso discretamente maior da marca de número em sentenças em que o sujeito apresenta o traço semântico [+ humano], com frequência de 15,4%, ao lado de uma frequência geral de 14,6%. Em sentido oposto, se o sujeito é [- humano], o uso da concordância cai para 12,5%. De acordo com Monguilhott (2010), o traço [- humano], “numa escala de ‘sujeitividade’, apresenta-se menos ‘sujeito’”, influenciando menos, portanto, na concordância.

Um outro fator, que não foi selecionado como estatisticamente relevante, mas que teve resultados expressivos, foi a variável *saliência fônica*, princípio proposto por Naro e Lemle (1976). Como já discutido no Capítulo 3, quanto mais salientes fonicamente forem os itens, ou seja, quanto maior for a diferenciação fônica de um item na relação singular/plural, maior é a possibilidade da presença de marcas de plural. Scherre (1989) propõe uma escala de saliência, indo dos itens menos salientes aos mais salientes. Aqui, foi estabelecida uma divisão ternária: com plural regular (*grande/grandes, assaltado/assaltados*), plural irregular (*morto/mortos, legal/legais*) e plural misto (aumentativo/diminutivo: *grandões/doidinhas*). A seguir, os resultados obtidos com a análise dessa variável:

Tabela 11 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *saliência fônica*

<i>Saliência fônica</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Plural regular	27/206	13,1%
Plural irregular	6/22	27,3%
Plural Misto	2/11	18,2%
TOTAL	35/239	14,6%

Os resultados indicam a validade da hipótese colocada pelo princípio da *saliência fônica*, pois se pode notar que é nos plurais irregulares que se encontra o maior índice de concordância de número, com 27,3%, ao passo que o plural regular apresenta menor índice de tal marcação, com uma frequência de 13,1%, ao lado de uma frequência geral de 14,6%.

Com relação à variável *tipo de sujeito*, fez-se uma divisão detalhada, em que se podem observar os seguintes sujeitos destacados dos exemplos de (62) a (68):

Sujeito com SN simples

(62) Oh, Fernanda, vô dizê a verdade, **os médico** daqui tá inseguro pra fazê essa cirurgia nela...

Sujeito com SN composto

(63) **Meu pai e minha mãe** é mortos.

Sujeito com pronome pessoal

(64) É. Tem um [encontro] poque **eles** são estrangêro

Sujeito com SN sem núcleo realizado

(65) Era ozado, aquelas minina usava aquelas blusinha [frintibool] aquelas blusa como... e... sem o sutiã, sem nada. A gente botava lança perfume, era aquela locura, NE, aí dizê que **os daquela época** tudo também era osado também é.

Sujeito com pronome relativo

(66) Teve... teve mães lá **que** é muito problemática

Categoria vazia

(67) É. **Ø** São problemático

Sujeito composto por substantivo coletivo

(68) **Os pessoal** lá é muito carente lá

Essa variável foi proposta a partir da hipótese de que os sujeitos que contivessem marcas mais explícitas de número favoreceriam a marcação de número nos predicativos e nas passivas. Assim, esperava-se que os sujeitos com pronome relativo e as categorias vazias desfavorecessem a concordância de número.

Para a análise dos dados, diante das poucas ocorrências dos diversos tipos de SN, tornou-se necessário juntar os SN simples, os compostos, os sem núcleo realizado e os sujeitos compostos por substantivo coletivo. O resultado obtido é o que pode ler na tabela 12.

Tabela 12 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de sujeito*

<i>Tipo de sujeito</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
SN	12/104	11,5%
Pronome relativo	2/27	7,4%
Categoria vazia	18/67	26,9%
Pronome pessoal	3/41	7,3%
TOTAL	35/239	14,6%

Contrariamente ao esperado, a categoria vazia exibiu um índice de concordância verbal consideravelmente alto, 26,9%, se comparado ao índice geral de concordância de número, 14,6%.

Outra variável também não selecionada como estatisticamente relevante foi a indicação de plural no SN sujeito. Nessa variável, como o próprio nome indica, foram analisadas apenas as ocorrências em que os sujeitos eram compostos por sintagmas nominais.

A idéia era verificar se a forma com o plural marcado no SN exercia algum tipo de influência sobre a concordância em predicativos e em passivas. Para isso, foi feita uma subdivisão em indicação mórfica (**As** rua era asfaltada); com numeral (Mas **duas** saíram diferente); com quantificador (**Todos** são casado); indicação lexical (como povo, pessoal) e plural com partitivo e porcentagem.

Diante da escassez de dados, não houve ocorrência dos plurais lexicais e com partitivo e porcentagem, o que fez com que essas variantes fossem excluídas da análise. Também por conta das poucas ocorrências, os SNs com numeral e com quantificador tiveram que ser agrupados em uma mesma categoria.

O resultado pode ser lido na tabela 13.

Tabela 13 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *indicação de plural no SN sujeito*

Indicação de plural no SN sujeito	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Plural mórfico	10/97	10,3%
Plural com numeral e quantificador	6/1	16,7%
TOTAL	11/103	10,7%

A partir dos resultados, pode-se afirmar que o tipo de indicação de plural no SN não exerceu influência significativa para a concordância de número em predicativos e em passivas nas comunidades em análise.

A variável *referência ao falante* foi proposta a partir da hipótese de que, em sentenças em que o sujeito inclui o falante, como em (69) e (70), a marcação de número seria maior em seu predicativo ou passiva relacionado. De forma oposta, em sentenças em que o sujeito não inclui o falante, como em (71) e (72), esperava-se uma menor aplicação da concordância de número. Isso acontece, de acordo com Lucchesi (2008, p.160) devido a “um tipo de condicionamento egocêntrico do comportamento lingüístico”.

(69) Se **nós** pegamos a lagosta, é claro que nós vamos... vamo[s] sê preso.

(70) Com certeza. Entendeu? Só que **nós** não somos inimigos, nós somos amigo.

(71) **Os meus filho** são tudo amarrado, nu... sem fé assim.

(72) Não, o tratamento é bom, né, só que \emptyset ²⁸ são tão pequenas ainda, tem uma que fez um ano agora.

Antonino (2007, p.76) salienta que:

²⁸ A informante se refere às crianças.

Naturalmente, os sujeitos do tipo *a)* terão sempre o traço semântico [+humano], mas a afirmação contrária não é válida. Todos os sujeitos com traço semântico [-humano] farão parte do grupo *b)*, mas também haverá sujeitos de traço semântico [+humano].

Os resultados obtidos podem ser lidos na tabela 14 abaixo:

Tabela 14 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *referência ao falante*

<i>Referência ao falante</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Sujeito inclui falante	30/218	13,8%
Sujeito não inclui falante	5/21	23,8%
TOTAL	35/239	14,6%

Para a concordância de número, a variável referência ao falante não exerceu influência, exibindo índices percentuais opostos ao esperado. Por essa razão, certamente, a variável não foi selecionada pelo programa de regras estatísticas.

A penúltima variável estatisticamente não relevante aqui apresentada é a *estrutura sintagmática do predicativo*. Essa variável foi proposta para investigar se o tipo de predicativo exercia alguma influência em sua marcação de número e foi subdividida da seguinte forma:

Adjetivo

(73) Até o dia de hoje, eu nunca mais fui lá, e meus filho tá tudo aí **grande**, num depende deles pra nada, nada, nada, nada.

Substantivo

(74) Uns vai sê **campeão**, ôtros num vai sê!

Particípio passado

(75) ... começô a se envolvê foi os amigo que era... andava **armado**.

Sintagma Nominal

(76) São **as ovelha negra**.

Pronome possessivo

(77) Rapaz, eles não são **meu**, é do minino.

Pronome demonstrativo

(78) As brincadêra era **essa**.

Pronome indefinido

(79) Eles são **alguns**, tem outros lá fora.²⁹

Numeral

(80) Nós somos **um**.

Por conta do baixo número de ocorrências, todos os predicativos preenchidos por pronomes foram agrupados aos adjetivos, por conta de suas semelhanças funcionais. Os substantivos passaram a ser considerados junto com os sintagmas nominais, e os numerais foram excluídos, por não apresentarem ocorrências.

Após as adaptações necessárias, os resultados obtidos foram os da Tabela 15:

Tabela 15 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *estrutura sintagmática do predicativo*

<i>Estrutura sintagmática do predicativo</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Adjetivo	18/132	13,6%
Particípio passado	7/69	10,1%
Sintagmas Nominais	8/20	40%
TOTAL	33/221	14,9%

Como dito anteriormente, essa variável não foi selecionada como estatisticamente relevante, e talvez isso tenha ocorrido devido ao reduzido número de ocorrências.

A última variável aqui apresentada é a *presença do quantificador tudo/todos*. Com o objetivo de observar se a presença e a posição do quantificador exerce alguma influência na marcação de número nos predicativos e nas passivas, fez-se a seguinte divisão:

Com quantificador *tudo* no sujeito

(81) Que vocês **tudo** novinho assim é muito azuado.

Com quantificador *tudo* no predicativo

²⁹ Os exemplos (79) e (80) foram criados, já que não houve ocorrências de pronome indefinido e de numeral na posição de predicativo.

(82) Botaram currículo essa semana aí, mas tão **tudo** desempregada.

Com o quantificador *todos* no sujeito

(83) Moravam em Castelo Branco, mas só que **todos** dois já são morto.

Com o quantificador *todos* no predicativo

(84) As coisas foram todas feitas ontem³⁰.

Sem quantificador

(85) Meus dois irmão, minhas cinco irmã, duas é casada.

A hipótese inicial é a de que a presença de um quantificador na sentença inibiria a marcação de concordância de número, pois o falante poderia perceber o quantificador como uma marca suficiente de plural para a sentença.

Após a primeira rodada dos dados, devido à quantidade e à distribuição dos dados, fez-se necessário o agrupamento das ocorrências em sentenças com quantificador e sentenças sem quantificador, conforme se pode ver na tabela 16:

Tabela 16 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *presença de quantificador*

<i>Presença de quantificador</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Com quantificador	1/34	2,9%
Sem quantificador	34/205	16,6%
TOTAL	35/239	14,6%

Com o quantificador, conforme esperado, o índice de uso da concordância de número é sensivelmente mais reduzido, 2,9%, junto a um índice geral de 14,6%; sem o quantificador, as sentenças exibem um índice de marcação de plural de 16,6%. Esses resultados, no entanto, não foram estatisticamente expressivos e, por isso, não foram selecionados pelo programa Goldvarb X.

Para dar continuidade ao estudo da realidade sociolinguística de Salvador, será analisada, na próxima seção, a concordância nominal de gênero nos predicativos do sujeito e nas estruturas passivas.

³⁰ Não houve ocorrência com o quantificador *todos* no predicativo, por isso o exemplo foi criado apenas para ilustrar.

4.2 A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO EM PREDICATIVOS E EM PASSIVAS

Como já discutido anteriormente, a variação na concordância nominal de gênero não é um fenômeno amplamente difundido, que possa ser notado em todas as comunidades; prova disso é a ausência de estudo de tal fenômeno em comunidades urbanas. A variação na concordância nominal de gênero é mais facilmente observada em comunidades com uma história marcante de contato entre línguas, como as estudadas por Lucchesi (2008) no interior da Bahia. Nessas situações de contato, é natural que as línguas sofram reduções em seu sistema flexional. Isso foi fortemente notado em relação à categoria de número, que se mostra um pouco mais redundante do que a de gênero, já que para marcar o plural faz-se necessário exibir marca de número em todos os constituintes do SN.

Apesar da consciência quanto ao fato de a variação na concordância nominal de gênero não ser tipicamente observada em segmentos urbanos, ainda que de baixa escolarização, nesta pesquisa investigam-se quatro bairros da cidade de Salvador e um da região metropolitana, com o objetivo bem traçado de delinear o perfil sociolinguístico da fala popular baiana, observando se, de fato, a difusão de padrões linguísticos se dá dos centros urbanos para o interior do país.

Nas amostras da fala popular urbana, foram quantificadas 1212 ocorrências de sentenças que apresentavam predicativos do sujeito e estruturas passivas associadas a um sujeito com marca de feminino. Dessas ocorrências, apenas 54, correspondendo a aproximadamente 4,5%, deixaram de exibir a concordância de gênero, como exemplificado em (86) e (87), um índice bastante baixo. A marcação de gênero, como exemplificado em (88) e (89), foi de 95,5%.

(86) 'Gora se botá ôto nome **a bichinha** tá ficano **velho** também...

(87) ... o Dotô Paulo. É. Ah, lá **as consulta** foi **mandado** de ôtro médico daqui..

(88) Só trançava trança no meu cabelo quando **eu** era pequena.

(89) **A filha da vizinha** aqui mesmo faleceu, foi enterrada lá.

Os resultados dessa variável dependente são apresentados na Tabela 17:

Tabela 17 – Aplicação da regra de concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas

<i>Aplicação da regra de concordância</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Com concordância	1158/1212	95,5%
Sem concordância	54/1212	4,5%

É possível perceber um número consideravelmente superior em relação às ocorrências de plural, mas isso ocorre devido ao fato de, nas narrativas de cunho pessoal, em que histórias particulares são contadas, as mulheres produzirem um número alto de sentenças no feminino, elevando o número geral de ocorrências.

Ao comparar o índice de aplicação da regra de gênero aqui observada, 95,5%, com a fala popular do interior, 94%, e a fala de comunidades afro-brasileiras isoladas, 81%, mais uma vez se nota o desenho de um *continuum* linguístico, que parte de uma variação um tanto mais acentuada, com as comunidades isoladas afro-brasileiras em um extremo e, no outro, comunidades mais urbanizadas, em que a variação na concordância de gênero se mostra bem reduzida. Esse *continuum* pode ser bem visualizado no seguinte gráfico:

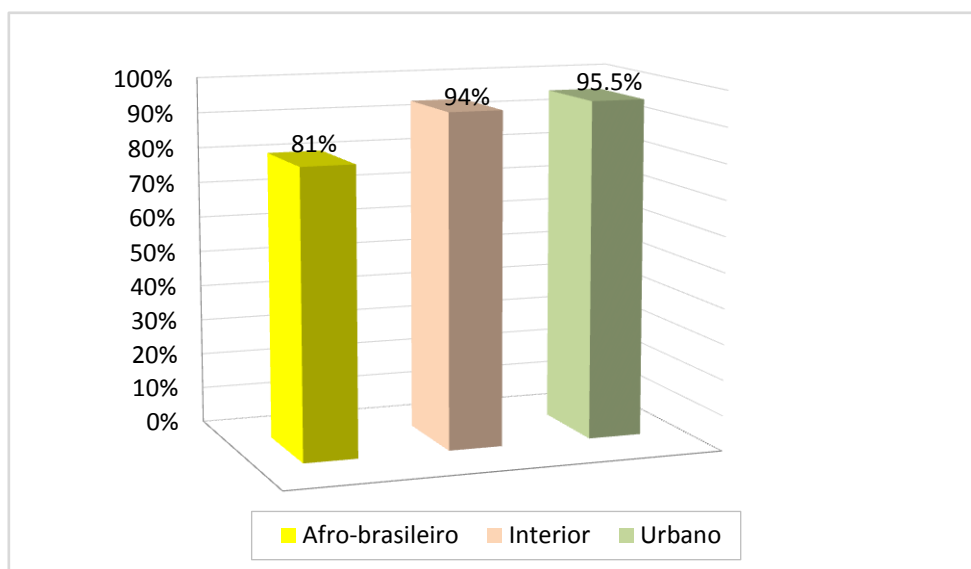


Gráfico 2 – Índices de marcação de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

Para a análise dos fatores que influenciam a concordância nominal de gênero na fala popular de Salvador, foram utilizadas as mesmas variáveis explanatórias utilizadas para a análise da concordância de número, com duas substituições: *tipo*

de predicação, tipo de sujeito, ordem dos constituintes na sentença, material interveniente entre o verbo e o predicativo, tipo de material interveniente, concordância de gênero no SN sujeito, concordância verbal, indicação de gênero no núcleo do sujeito, referência ao falante, caracterização semântica do sujeito, estrutura sintagmática do predicativo, tipo de atributo e saliência fônica. Dentre as variáveis sociais, analisaram-se: *faixa etária, sexo, rede de relações sociais, nível de escolaridade, nível de exposição à mídia e bairro de residência.*

4.2.1 Fatores estatisticamente relevantes para o condicionamento da concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas

Foram selecionadas como estatisticamente relevantes, nesta ordem: *ordem dos constituintes na sentença, indicação de gênero no SN sujeito, referência ao falante e rede de relações sociais.* Após a realização de testes para verificar a possível interferência de algum grupo de fatores sobre o outro, observou-se que, em uma nova rodada, ao eliminar o grupo *indicação de gênero no SN sujeito*, o programa selecionou como relevante a *caracterização semântica do sujeito*. Dessa forma, na análise aqui apresentada, considerou-se também essa rodada complementar.

4.2.1.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *ordem dos constituintes na sentença*

Na variável *ordem dos constituintes na sentença*, é observada a posição do sujeito e do predicativo na sentença, ou seja, se a ordem é sujeito – predicativo (ordem direta), como em (90) e (91) ou predicativo – sujeito (ordem inversa), como em (92) e (93).

(90) **Ela** é mais **alta** do que eu.

(91) Gora se botá ôto nome, **a bichinha** tá ficano **velho** também...

(92) É a mais assim **espontânea** é a **Fafá**, as ôtras eu acho que não.

(93) Era **muito tranquilo Cajazêra**, agora com esse negócio desses... dessas drogas aí é que tá mêma cavernosa, mas assim mesmo Cajazêra onze, mesmo, é bastante perigosa.

Acredita-se que, em sentenças com ordem direta, em que o sujeito se antepõe ao predicativo, o índice de concordância seja maior do que em sentenças em ordem indireta, em que o sujeito aparece posposto ao predicativo. Isso provavelmente se dá por conta de o falante acreditar, intuitivamente, que a posição do sujeito em uma sentença é sempre a inicial, fato que faz com que ele não veja o sujeito posposto como tal e, por isso, não realize a concordância.

Os resultados dessa variável podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 18 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *ordem dos constituintes na sentença*

Ordem dos constituintes	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Ordem direta	705/728	96,1%	0.504
Ordem inversa	1/9	77,8%	0.227
TOTAL	712/737	96,6%	---

(nível de significância 0.032)

Conforme o esperado, nas sentenças em que o sujeito se pospõe ao predicativo, há um desfavorecimento da aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com um PR de 0.227, ao passo que, quando os constituintes se apresentam na ordem direta, a aplicação da regra de marcação do gênero se mantém num nível neutro, com PR 0.504.

Na pesquisa de Antonino (2007), com falantes do interior da Bahia, a ordem dos constituintes na sentença não foi selecionada como estatisticamente relevante, porém a autora considerou interessantes os resultados para a análise do fenômeno. Quando as sentenças apresentavam estrutura de ordem direta, havia um leve aumento da concordância de gênero, com frequência de 95%, ao lado de uma frequência geral de 94%. O contexto oposto, com ordem indireta, a marcação de concordância diminuíu para 84%³¹.

³¹ Na fala afro-brasileira investigada por Lucchesi (2008), essa variável não se mostrou relevante.

Os resultados desta variável vêm confirmar a ideia de que os falantes tendem a associar as posições pré-verbais ao sujeito da oração e, portanto, quando o sujeito não ocupa tal posição, deixa de ser interpretado como tal. Por esta razão, o falante acaba por infringir regras de concordância tidas como indispensáveis para a norma padrão da língua portuguesa.

4.2.1.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *indicação de gênero no SN sujeito*

A variável *indicação de gênero no sujeito* foi aqui proposta considerando os princípios da coesão estrutural (LUCCHESI, 2000) e do paralelismo formal (SCHERRE e NARO, 1993). Como já discutido em seções anteriores, o primeiro princípio traz a hipótese de que a marcação de gênero em predicativos do sujeito e na voz passiva seria maior quando houvesse, também, marcas explícitas de gênero no sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero desses predicativos e passivas, estabelecendo, assim, uma forte relação com o princípio do paralelismo formal, que sugere que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, já que o emprego de determinadas formas influenciaria o uso de formas semelhantes em um mesmo discurso. Além dos dois princípios citados, tem-se a hipótese de que a saliência fônica (SCHERRE, 1989) também seja relevante nessa variável, pois quanto mais saliente for o sujeito maior a possibilidade de se utilizar a marca de gênero no predicativo.

Assim, a variável *marcação de gênero no sujeito* teve a seguinte divisão:

- a) Nome de ser animado com o gênero indicado lexicalmente - mãe, vaca, atriz;
- b) Nome de ser animado com flexão de gênero - menina, gata, garota;
- c) Pronome ou determinante flexionável em gênero - ela, essa, outra;
- d) Nome feminino sem flexão de gênero - roça, perna, foto, testemunha, criança;
- e) Nome feminino comum de dois gêneros - caçula, colega;
- f) Pronome não flexionável em gênero - eu, que, a gente;
- g) Categoria vazia.

Na primeira rodada do GoldVarb, os pronomes flexionáveis em gênero apresentaram-se categoricamente marcados pelo gênero, fato que levou o resultado

a *knockout*. Para solucionar o *knockout*, juntaram-se os pronomes flexionáveis aos nomes com flexão de gênero, por partilharem dessa característica de marcação explícita de gênero.

Além dessa alteração, os nomes de seres animados com gênero marcado lexicalmente também se mostraram com marcação categórica de gênero. Os seres animados com gênero marcado lexicalmente são exemplos de heteronímia, “um meio de indicar gênero-sexo através do uso de vocábulos distintos” (ZANOTTO, 2001, p. 69). Não há, entre os heterônimos, qualquer relação morfológica; a distinção gramatical se dá a partir da utilização do artigo feminino ou masculino.

Por sua configuração diferenciada, não foi possível agregar os nomes de seres animados com gênero marcado lexicalmente a outra categoria e, então, houve a necessidade de excluí-los da base de dados, pois não se assemelhavam a outra variante.

O resultado demonstra, ainda, a atuação do princípio da *saliência fônica*, pois a presença de vocábulos femininos como *mãe*, *vaca* se mostra muito mais saliente do que *menina*, *garota*; os predicativos que acompanharam estes sujeitos receberam marca de gênero em 100% dos casos, fato que fez com que se gerasse um *knockout*, obrigando a se retirar as ocorrências da análise variacionista³².

Feitas as alterações mencionadas, os resultados obtidos se configuram de acordo com a Tabela 19:

Tabela 19 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável indicação de gênero no SN sujeito

Indicação de gênero no SN sujeito	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Nome com flexão	209/210	99,5%	0.844
Pronome não flexionável	333/338	98,5%	0.585
Categoria vazia	372/396	93,9%	0.416
Nome sem flexão	217/241	90%	0.198
TOTAL	1131/1185	95,4%	---

(nível de significância 0.032)

³² É válido informar, ainda, que não ocorreram nomes comuns de dois gêneros nos dados desta pesquisa.

Conforme esperado, em sentenças em que o sujeito apresenta marca explícita de gênero, como aqueles em que o sujeito traz nome flexionado, a aplicação da concordância de gênero nos predicativos e nas passivas é alta, com PR de 0.844. O pronome sem flexão ocupa um ponto de certa neutralidade, com PR 0.585, ao lado das outras variantes, em que não se têm marca clara de gênero, como nome sem flexão e categoria vazia, que aparecem desfavorecendo a marcação de gênero.

Na fala popular do interior da Bahia, Antonino (2007) também teve a variável marcação de gênero no SN sujeito como estatisticamente relevante. O pronome flexionável e o nome com flexão de gênero apresentaram pesos relativos 0.89 e 0.76, respectivamente, indicando o favorecimento da marcação de gênero em predicativos/passivas em sentenças em que o sujeito traz tal marca explícita. De forma oposta, os resultados trouxeram a categoria vazia com PR 0.46, o pronome não flexionável com PR 0.42 e o nome sem flexão com PR 0.32, confirmando o princípio da coesão estrutural.

Lucchesi (2008), ao analisar a fala afro-brasileira, também teve a variável em questão como estatisticamente relevante. Os nomes de seres animados com gênero marcado lexicalmente apresentaram PR altíssimo, 0.90, ao lado de nomes e pronomes flexionáveis, que também exibiram um elevado índice de marcação, 0.74 e 0.66, respectivamente. Como esperado, os nomes não flexionáveis apresentaram o mais baixo peso relativo, 0.32, ao lado dos pronomes não flexionáveis, 0.37. Em sua pesquisa, Lucchesi não analisou as categorias vazias.

Nota-se, com bastante clareza, que a indicação de gênero no núcleo do SN sujeito é uma variável de grande importância ao se tratar da concordância nominal de gênero em predicativas e passivas, pois as três pesquisas, em universos diferenciados de fala, apontaram-na como estatisticamente relevante.

4.2.1.3 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *referência ao falante*

A variável *referência ao falante* trata do fato de o sujeito que especifica o gênero dos predicativos e das passivas fazer referência ou não ao próprio falante, como nos exemplos a seguir:

- a) Sujeito inclui falante
 (94) Não, eu num faço nada lá não, **eu** num sou filha de santo não.
 (95) Tem que ficá trancafiado³³.
- b) Sujeito não inclui falante
 (96) **Minha água** é cortada que eles cortaro, eu aí nem ligo.
 (97) **Ôtas vacina** que ela toma é barato.

O resultado obtido pode ser lido na Tabela 20.

Tabela 20 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *referência ao falante*

Referência ao falante	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Sujeito inclui falante	408/415	98,3%	0.651
Sujeito não inclui falante	749/796	94,1%	0.419
TOTAL	1157/1211	95,5%	---

(nível de significância 0.032)

Os resultados indicam que a hipótese de que o falante tende a fazer mais concordância quando se refere a si próprio em seu discurso é realmente válida. Isso acontece devido ao já mencionado tipo de condicionamento egocêntrico do comportamento linguístico. Neste trabalho, com relação à concordância de gênero, nas sentenças em que o sujeito inclui o falante, houve favorecimento da marcação de gênero com PR de 0.651, enquanto sentenças com sujeito que não incluem falante desfavorecem a marcação de gênero, com PR 0.419. Resultados semelhantes a esses foram observados em Antonino (2007), com o índice de 98% de marcação de gênero e PR de 0.78 para a fala popular do interior da Bahia, e 88%, ao lado de um índice geral de 81% em Lucchesi (2008), na fala afro-brasileira.

Essa variável não costuma ser muito usada em trabalhos sociolinguísticos, mas se pode notar que ela é produtiva, evidenciando resultados consistentes.

³³ Esta frase foi dita por uma mulher, referindo-se a si e a seu grupo.

4.2.1.4 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular de Salvador, relacionada à variável *caracterização semântica do sujeito*

Ao analisar, com minúcia, os níveis de significância da primeira rodada, notou-se que a variável *caracterização semântica do sujeito* exibiu, no primeiro nível, um resultado propício à sua seleção. No entanto, após a entrada da variável *indicação de gênero no SN sujeito*, a variável *caracterização semântica* passou a apresentar nível de significância muito alto, sendo deixada de fora dos fatores estatisticamente relevantes, na análise que se processa no GoldVarb. Para checar o porquê desta situação, fez-se o cruzamento das duas variáveis em questão, obtendo-se um resultado esclarecedor, que indicou que houve um problema na distribuição dos dados. De acordo com Guy e Zilles (2007, p. 52), “os fatores devem ser ‘ortogonais’ ou ‘quase ‘ortogonais’”. Isto é, eles devem co-ocorrer livremente, e não ser sub- ou supercategorias uns dos outros”. Nesta pesquisa, percebeu-se que há uma grande interseção entre o fator pronome ou determinante flexionado (*ela, essas, etc.*) da variável *indicação do gênero no sujeito* e o fator traço semântico [+humano]; em sua grande maioria, esses pronomes se referem a seres humanos. De forma semelhante, os nomes femininos não flexionáveis em gênero, como *perna, casa, bacia*, trazem, majoritariamente, o traço semântico [-humano]. Este talvez não seja um caso de não-ortogonalidade, porém certamente ocorre uma distribuição assimétrica dos dados, que vem a influenciar os resultados.

Diante dessa constatação, optou-se por excluir o fator que estaria interferindo no resultado, a indicação de gênero no SN sujeito, e fazer uma nova rodada, que acabou por selecionar como estatisticamente relevante a variável *caracterização semântica do sujeito*, que aparece com as seguintes variantes:

a) [+humano +animado]

(98) **Ela** é mais alta do que eu.

(99) É, moleta, cadêra de roda. [Parece] que não, porque **ela** tá até hoje, agora se tivé cinco falta, num pode faltá muito, aí é cortado.

b) [-humano +animado]

(100) ... no caso[s], a... **a lagosta** tá o quê? Tá proibida.

(101) Gora se botá ôto nome a bichinha³⁴ tá ficano velho também...

c) [-humano –animado]

(102) E ela toma as vacina, que as **vacina** que ela toma é tudo caro e não e... no SUS não dá.

(103) ... chega lá **a tela** nem tem mais que é tudo furado.

Como já discutido na análise relativa à concordância de número, essa variável foi proposta partindo da hipótese de que o falante tende a fazer mais concordância quando se refere, em seu discurso, a seres humanos, ou seja, a sujeitos com os traços semânticos [+ humano + animado], por serem estes considerados, prototipicamente, como sujeitos, como quem pratica ações.

Os resultados da rodada complementar podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 21 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *caracterização semântica do sujeito*

Caracterização semântica do sujeito	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
[+humano +animado]	912/937	97,3%	0.553
[-humano +animado]	13/14	92,9%	0.382
[-humano -animado]	287/315	91,1%	0.353
TOTAL	1212/1266	95,7%	---

(nível de significância 0.029)

De acordo com o esperado, o sujeito que apresenta o traço [+ humano] favorece a marcação de gênero, com PR 0.553, enquanto os outros sujeitos, com traço [- humano], tendem ao desfavorecimento.

Antonino (2007) também analisa essa variável, que foi selecionada como estatisticamente relevante e, também nesta pesquisa, houve interferência do fator indicação de gênero no SN sujeito, enviesando os resultados. Como alternativa, foi analisada a frequência obtida, que indicou que sujeitos com o traço semântico [+humano] exibem concordância de gênero ligeiramente maior, em 95%, junto a uma frequência geral de 94%.

³⁴ O falante se refere à gata de estimação.

4.2.2 Variáveis não selecionadas pelo GoldVarb como estatisticamente relevantes para a concordância nominal de gênero

Assim como foi feito com relação à concordância nominal de número, analisar-se-ão, para o gênero, variáveis não indicadas pelo GoldVarb como estatisticamente relevantes, mas que informam muito sobre os condicionamentos linguísticos do fenômeno.

Pode-se constatar, através dos *knockouts*, que o princípio da coesão estrutural também é produtivo para a concordância nominal de gênero em predicativos/passivas. Com relação à variável *concordância verbal*, percebeu-se que, categoricamente, as ocorrências com verbo marcado trouxeram também a marca de gênero no predicativo.

A variável *tipo de predicação* foi subdividida em predicados nominais, como em (104), predicados verbo nominais, como em (105) e estruturas passivas, como em (106).

(104) Ôtas vacina que ela toma é barato

(105) Se Deus não fosse milagroso o fogo passava pra cama, eu morria quêmada.

(106) Aí começamo robá, entrá no mundo do crime. Esse mundo de perdição. Cheguei a sê preso tamém algumas vezes.³⁵

Assim como ocorreu com relação à concordância de número, a produção de predicados verbo nominais e de estruturas passivas é sensivelmente inferior à de predicados nominais, fato que, de alguma forma, pode influenciar nos resultados, que podem ser lidos na Tabela 22 a seguir:

³⁵ As sentenças (105) e (106) foram proferidas por mulheres.

Tabela 22 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de predicação*

<i>Tipo de predicação</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Predicados nominais	1044/1091	95,7%
Estruturas passivas	73/79	92,4%
Predicados verbo nominais	41/42	97,6%
TOTAL	1158/1212	95,5%

Esperava-se que, devido à maior ligação que há entre o sujeito e o seu predicativo, houvesse uma maior aplicação da concordância nominal nos predicados nominais, no entanto os resultados não se mostraram relevantes. Os predicados verbo nominais exibiram um índice maior de concordância de gênero, porém é válido perceber que as diferenças percentuais foram bem reduzidas.

Uma outra variável que não foi selecionada como estatisticamente relevante foi o *tipo de sujeito*, que teve a seguinte subdivisão:

SN simples

(107) Sua mão, **mão de mulé** é fina,

SN composto

(108) [...] **fica eu e Neo** sozinha aqui dento.

Pronome pessoal

(109) **Ela** é mais alta do que eu.

SN sem núcleo realizado

(110) Ói, essa **ø** aqui é sua cunhadinha...

Pronome relativo

(111) Ôtas vacina que ela toma é barato, que a... no Couto Maia tem uma dessa também **que** é cara.

Categoria vazia

(112) Não, o que eu digo a ela se ela tivé de... de... de namorá como ela tava namorano na porta, quisé namorá com algum que fô, ela chegue pra gente e fale, pa minha mãe, pra mim, converse, traga na porta, porque a pió coisa é ficá namorano com um aqui, ôto ali e aculá, **ø** ficá falada

Todas as poucas ocorrências de sentenças com sujeito com SN composto e com SN sem o núcleo realizado exibiram seus predicativos e passivas com as

marcas de gênero e, por isso, essas ocorrências foram retiradas da rodada. O resultado encontrado foi o seguinte:

Tabela 23 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de sujeito*

<i>Tipo de sujeito</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
SN simples	282/305	92,5%
Pronome pessoal	425/427	99,5%
Pronome relative	65/68	95,6%
Categoria vazia	386/412	93,7%
TOTAL	1158/1212	95,5%

A variável *tipo de sujeito* foi proposta a partir do princípio da coesão estrutural, ou seja, esperava-se que os sujeitos com marcas explícitas de gênero, os SN simples e os pronomes, favorecessem a marcação de gêneros nos predicativos e nas passivas. O pronome pessoal, de fato, exibiu uma maior marcação de gênero, no entanto com índices pouco expressivos, o que certamente fez com que o Goldvarb não selecionasse a variável *tipo de sujeito* como relevante.

A variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo* também não se mostrou relevante na análise do gênero. Parte-se da hipótese de que quanto mais distante o verbo e o predicativo, maior a possibilidade de não ocorrer a concordância de gênero. Dessa forma, as ocorrências foram classificadas

Sem material interveniente

(113) É, eu memo... quando ela... quando ela veio pr'aí, ficô calminha, né?

Verbo separado do predicativo por 1 a 4 sílabas

(114) Eu chegava **em casa** cansada, já sentino dor na... nas mã

Verbo separado do predicativo por mais de 5 sílabas

(115) É **um pôquinho assim ah...** irritada

Contrariando o esperado, todas as ocorrências de verbo separado de predicativo por mais de 5 sílabas receberam marca de gênero. Por essa razão, juntaram-se as ocorrências de sentenças com material interveniente, em oposição às sem material interveniente, e o resultado é o que se vê na tabela seguinte.

Tabela 24 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo*

<i>Material interveniente</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Sem material	946/990	95,6%
Com material	212/222	95,5%
TOTAL	1158/1212	95,5%

Nota-se, com relação ao gênero, que essa variável não se mostrou expressiva, pois os índices foram praticamente idênticos, indicando que ter ou não material entre o verbo e o predicativo não exerce qualquer influência sobre a marcação de gênero. Em uma outra variável, foi controlado também o tipo de material interveniente, mas, já que a presença e material não foi relevante, o tipo também não o foi.

Também para a concordância de gênero, a *estrutura sintagmática do predicativo foi investigada*, com o intuito de investigar se exercia influência na marcação de gênero. Para tal investigação, a variável foi subdividida da seguinte maneira:

Adjetivo

(116) Lá quando eu era **pequena**, quando eu era... quando eu mais...

Substantivo

Num existe, que ela né **maluca** e ela sabe como eu sô! #

Particípio passado

(117) Aí foi po fóro e ele pagô, aí a juíza praticamente me obrigô eu rachá com ele o exame de DNA, eu disse a ela que eu num tinha condição, que tava **desempregada**.

Sintagma nominal

(118) Eu acho que ela que era **minha professora**.

Pronome possessivo

(119) A única que está assim é eu, porque eu vivo aqui, e eu nem ainda tenho, assim, certeza, de patrão dizê: a casa é **sua**.

Pronome demonstrativo

(120) Sim. É. Eu gosto porque, principalmente, mia pressu...minha profissão é **essa** porque eu num... eu num quis estudá.

Pronome indefinido

(121) Bem, as meninas dessa... [são] **umas** que eu conheço.

Numeral

(122) Essa já é a **segunda**.

Pronome pessoal reto

(123) Ela... é duas assim, a ôtra é... é Ma... é Maria das Dores, que é **ela**. Mas a Maria das Dores

Nesta variável, foram codificados apenas os predicativos do sujeito, ficando as passivas excluídas dessa análise. Por conta de não se constatar variação de gênero, juntaram-se os pronomes demonstrativos, possessivos, indefinidos e do caso reto; eles aparecem, na tabela a seguir, apenas como *pronome*. As sentenças com numeral também exibiram categoricamente a marca de gênero e, por isso, houve a junção de numeral com adjetivos.

Os resultados obtidos podem ser lidos a seguir.

Tabela 25 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *estrutura sintagmática do predicativo*

<i>Estrutura sintagmática do predicative</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Adjetivo	546/576	94,8%
Particípio passado	303/317	95,6%
Substantivo	104/107	97,2%
Sintagma nominal	76/77	98,7%
Pronomes	55/56	98,2%
TOTAL	1084/1133	95,7%

Nota-se, nos índices percentuais, que nenhuma das estruturas de predicativo exerceu qualquer influência com relação à concordância de gênero, havendo um equilíbrio entre os resultados. Por essa razão, a variável estrutura sintagmática do predicativo não foi selecionada como estatisticamente relevante.

A penúltima variável a ser analisada, é o *tipo de atributo*, em que se observa se o atributo é essencial, composto por verbo *ser*, como em (124), ou acidental, composto por outros verbos, como em (125).

(124) Não, eu **sô** casada com ôtro rapaz, de Serrinha, mas eu num sei se tá vivo ou se tá morto.

(125) Quando ela **tá** boa.

A hipótese para essa variável é, como já discutido com relação ao número, que os predicativos com atributos essenciais receberiam mais marca de gênero, devido a seu caráter mais permanente. De forma oposta, um atributo acidental, de caráter mais transitório, receberia menos marcas de gêneros.

Os resultados, no entanto, não confirmaram a hipótese, como se pode ver na Tabela 26:

Tabela 26 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *tipo de atributo*

<i>Tipo de atributo</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Essencial	762/796	95,7%
Acidental	395/415	95,2%
TOTAL	1157/1211	95,5%

A variável *tipo de atributo* exibiu resultados muito próximos da neutralidade, indicando que o caráter do atributo não exerce, para o gênero, tanta influência como exerce para o número.

Por fim, também na análise da concordância nominal de gênero, analisou-se a saliência fônica. O princípio para a marcação de gênero seria o mesmo: quanto mais saliente a forma feminina, maior seria a possibilidade de receber a marca explícita de gênero. Assim como para o estudo da concordância de número, aqui, para o gênero, propôs-se uma escala de saliência, partindo de itens menos salientes e terminando nos itens mais saliente fonicamente, conforme se pode ver a seguir:

0	Filho/filha
1	Cristão/cristã
2	Grandão/grandona
3	Bom/boa
4	Gostoso/gostosa
9	Bom/boa

Na primeira rodada, os itens mais salientes identificados como 1 e 2 não tiveram variação, exibindo sempre a marca de gênero. Por essa razão, optou-se por agrupar os itens mais salientes (0, 1 e 2) e os itens menos salientes (3, 4 e 9), e o resultado pode ser visto na tabela seguinte:

Tabela 27 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *saliência fônica*

<i>Saliência fônica</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	<i>Frequência</i>
Menos saliente	926/972	95,3%
Mais saliente	200/208	96,2%
TOTAL	1126/1180	95,4%

Como se pode ver nos resultados, a *saliência fônica* não se mostrou relevante nessa pesquisa no que diz respeito ao gênero. Houve um equilíbrio nos dados, reforçando o que as outras variáveis já vêm apontando, que a marcação de gênero se dá de forma diferente da marcação de número.

Além dos fatores linguísticos, necessário se faz analisar as variáveis extralinguísticas, para que se possa delinear o universo de fatores que influenciam na realização da concordância nominal de gênero.

4.3 AS VARIÁVEIS SOCIAIS E A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS

Como o próprio nome indica, a sociolinguística faz uma análise em que se relacionam fatores linguísticos, como os já discutidos até aqui, e fatores sociais. Tipicamente, utilizam-se as variáveis sociais *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*. Neste trabalho, com a fala popular urbana, além das variáveis citadas, foram também

controladas as redes de relações dos informantes, o nível de exposição à mídia e o bairro de residência.

4.3.1 A variável social sexo

A variável *sexo* é, atualmente, bastante discutida e, normalmente, objetiva-se determinar se o comportamento linguístico da mulher é mais ou menos conservador, se ela tende a mudar em direção às formas de prestígio ou em direção a formas estigmatizadas.

Diversas análises sociolinguísticas apontam o homem como aquele responsável pelos processos de mudança linguística, quando a mudança se dá na direção de uma forma não-padrão. As mulheres tenderiam a adotar uma postura mais conservadora, já que teriam uma vida social menos intensa, mais restrita ao ambiente doméstico e bem mais suscetível à ação normatizadora da escola. No entanto, de acordo com essas análises linguísticas, se a mudança for em direção a uma forma de maior prestígio, seria liderada pelas mulheres, que tendem a mudanças em direção ao padrão.

É importante chamar atenção para o fato de que não se deve fazer qualquer generalização acerca do comportamento linguístico relacionado estritamente ao sexo do falante. Os processos de variação e mudança linguística estão associados a um conjunto de fatores, como realidade social, econômica, histórica e cultural da comunidade, assim como escolaridade e o papel social que homens e mulheres desempenham em suas comunidades. Paiva (2003, p. 41) afirma que “a análise da correlação entre gênero/sexo e a variação linguística tem de, necessariamente, fazer referência não só ao prestígio atribuído pela comunidade às variantes linguísticas como também à forma de organização social de uma dada comunidade de fala”.

Fernández (1998) diz que é necessário ter claro que a variável *sexo* atua muito mais como um fator de segunda ordem, que age associado a outros fatores e que se subordina a condições sociais diferentes. O comportamento linguístico das mulheres que vivem em sociedades urbanas industrializadas não será o mesmo das mulheres de comunidades afro-brasileiras isoladas no interior do estado da Bahia. Assim, como salienta Lucchesi (1998, p. 206-207), o papel da mulher:

só pode de fato ser considerado dentro de cada realidade sociocultural específica e para cada caso particular de mudança. Qualquer generalização sobre o papel da mulher na mudança lingüística em geral é extremamente perigosa para o entendimento da questão como processo histórico.

Nas comunidades afro-brasileiras investigadas por Lucchesi (2000, 2008) e por outros linguistas, que tiveram por foco outros fenômenos lingüísticos³⁶, observou-se que os homens tendem a ter mais contato com o mundo exterior, pois são eles que têm maior necessidade de sair da comunidade, muitas vezes até em busca de empregos em cidades vizinhas ou capitais. A mulher fica mais restrita ao ambiente doméstico e à roça, tendo uma integração social bem menor do que aquela que ocorre entre os homens dessas comunidades. Assim, a mulher das comunidades afro-brasileiras tende a seguir um padrão mais conservador. Diferentemente do que se pode pensar, o conservador, em comunidades com esse perfil sociocultural, é um comportamento que se distancia do padrão, um comportamento que nada tem a ver com normas de prestígio e que comprova uma origem em que o contato entre línguas deixou fortes marcas no português popular falado nessas comunidades. Assim, nas comunidades afro-brasileiras, os homens caminham em direção aos usos de maior prestígio, enquanto as mulheres são mais conservadoras, porém sem nenhuma orientação para as normas de prestígio.

Nas comunidades de fala popular do interior, investigadas por Antonino (2007), encontrou-se resultado oposto ao da fala das comunidades afro-brasileiras isoladas: as mulheres lideravam o uso das formas mais prestigiadas, favorecendo a marcação tanto de gênero quanto de número. A autora argumentou no sentido da mudança de comportamento social das mulheres nessas sociedades, que já desempenhavam papel mais ativo, saindo muitas vezes da sua cidade em busca de emprego como empregada doméstica em cidades vizinhas, ter influenciado na mudança de comportamento lingüístico.

Na fala popular urbana aqui analisada, a variável sexo não exibiu resultados relevantes. Com relação à categoria de número, houve um discreto desfavorecimento de aplicação da regra de concordância por parte das mulheres, com índice de 13,3%, ao lado de um índice geral de 14,6%.

³⁶ Trabalhos, como os de Araújo (2005), Mendes (2005) e Silva (2003), podem ser consultados para se ver como se dá o comportamento de homens e mulheres em comunidades de fala afro-brasileira.

Tabela 28 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável sexo

Sexo	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Feminino	18/135	13,3%
Masculino	17/104	16,3%
TOTAL	35/239	14,6%

Com relação ao gênero, os resultados se inverteram, com o favorecimento por parte das mulheres em 96,7%, ao lado do índice geral de 95,5%.

Tabela 29 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável sexo

Sexo	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Feminino	820/848	96,7%
Masculino	336/362	92,8%
TOTAL	1156/1210	95,5%

Os resultados comprovam que qualquer característica atribuída a um sexo ou a outro, como, por exemplo, uma suposta maior sensibilidade feminina às formas de prestígio, só terá validade quando observada em um contexto social específico, pois será a conjunção de diversos fatores que propulsionará o comportamento linguístico de homens e mulheres.

4.3.2 A variável social *faixa etária*

A utilização da variável *faixa etária* ocorre com o objetivo de se analisar o comportamento linguístico das comunidades ao longo do tempo. Como nem sempre é possível fazer um estudo em tempo real, é comum se recorrer ao estudo em tempo aparente e, dessa forma, a análise do comportamento linguístico ao longo das gerações é a opção mais confiável.

Na fala afro-brasileira, Lucchesi (2008) aponta uma realidade em que os jovens vêm fazendo maior uso da concordância nominal do que os adultos e os idosos. Esse perfil indica uma mudança em curso, em direção à implementação da regra de concordância. Antonino (2007) encontrou resultado semelhante com relação à fala popular do interior da Bahia, com jovens realizando mais sentenças

com concordância do que falantes das faixas II e III. Observa-se, em casos de mudança em curso, mudanças em direção ao padrão, o que se pode definir como mudanças de cima para baixo. Os mais jovens, naturalmente, acabam por ter mais contato com o mundo externo às comunidades, tendo mais acesso, na atualidade, a meios de transportes mais facilitados, a meios de comunicação e à escolarização formal, ainda que precária. Os padrões externos às comunidades estão cada vez mais perceptíveis, ocorrendo o que Lucchesi (2000, p. 288) chama de um nivelamento linguístico: “o nivelamento lingüístico nada mais é do que um reflexo da integração – ou positiva, ou negativa, mas inexorável – da comunidade ao sistema capitalista rural brasileiro”.

Na análise do português popular urbano, a variável *faixa etária* não foi selecionada como estatisticamente relevante, porém os resultados para a concordância nominal de número trouxeram índices interessantes, que podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 30 - Realização da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *faixa etária*

Faixa etária	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Faixa I	13/81	16%
Faixa II	18/85	21,2%
Faixa III	4/73	5,5%
TOTAL	35/239	14,6%

Nota-se que os falantes mais jovens, da Faixa I (25 a 35 anos) e os da Faixa II (45 a 55 anos), fazem maior uso da concordância de número, com 16% e 21,2%, respectivamente. De forma oposta, os idosos da Faixa III realizam muito menos a regra de plural, com um índice reduzido 5,5%. Com essa configuração de resultados, é possível inferir que o maior uso da regra de plural por conta dos segmentos mais jovens pode estar relacionado às suas atividades profissionais diárias, à escolarização formal, ainda que precária. Há, dessa forma, uma tendência à implementação da concordância de número, assim como nas comunidades afro-brasileiras e de fala popular do interior da Bahia.

Com relação à concordância de gênero, a variável *faixa etária* não se mostrou produtiva, havendo um equilíbrio das frequências, conforme a Tabela 18.

Tabela 31 - Realização da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *faixa etária*

<i>Faixa etária</i>	<i>Nº de Ocor./TOTAL</i>	Frequência
Faixa I	373/394	94,7%
Faixa II	385/403	95,5%
Faixa III	398/413	96,4%
TOTAL	1156/1210	95,5%

De acordo com os resultados, conclui-se que, para a concordância nominal de gênero em predicativos e em passivas, a faixa etária não exerceu influência, ficando o seu condicionamento a cargo de outros fatores linguísticos e extralinguísticos.

4.3.3 A variável social *escolaridade*

Nos estudos sociolinguísticos brasileiros, devido a uma dificuldade em se definir classes sociais por conta da estruturação social do Brasil, usa-se a variável *escolaridade*, que é um forte indicador da situação social do indivíduo.

Muitos trabalhos segmentam os informantes a partir da quantidade de anos que frequentaram a escola, pois normalmente os mais desfavorecidos economicamente não têm condições de frequentar por muito tempo a escola, já que precisam de todo o seu tempo para o trabalho. Busca-se, com a observação da escolaridade do falante, verificar como se dá a relação entre escolarização e a aquisição de variáveis de prestígio linguístico.

A escola tem se apresentado, em vários trabalhos de cunho sociolinguístico, como forte influenciadora na fala dos estudantes, pois busca estimular o uso de formas linguísticas de prestígio e, ao mesmo tempo, inibe, e muitas vezes discrimina, as formas linguísticas estigmatizadas. A escola, ainda nos dias atuais, é vista como uma instituição a quem cumpre o papel de zelar pelo “bom uso” da língua e, para isso, ocorre uma supervalorização da escrita, deixando-se de lado a oralidade e tudo o que ela tem a acrescentar ao ensino/aprendizagem da língua portuguesa. Nesse sentido, Silva (1996, p. 345) diz que “nos fenômenos de mudança, constata-se que os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão”.

Nos três segmentos de fala popular aqui utilizados - afro-brasileiro, do interior, não marcado etnicamente e urbano -, utilizaram-se apenas falantes analfabetos e semi-alfabetizados. Parte-se da hipótese de que aqueles que tiveram algum contato com a escolarização formal, os semi-alfabetizados, apresentariam uma maior propensão ao uso da regra da concordância nominal. Os analfabetos, por sua vez, fariam menor uso da marcação de número e de gênero, devido ao contato ínfimo ou mesmo inexistente com o ensino formal.

Nas pesquisas iniciais com a fala afro-brasileira, que tiveram início na década de 90, a opção por analfabetos e semi-alfabetizados foi inevitável, já que o acesso à instituição escolar nas comunidades estudadas era e é muito reduzido, possuindo a maioria da população pouca ou nenhuma escolaridade. Os *corpora* compostos posteriormente buscaram seguir o mesmo padrão, no intuito de facilitar pesquisas comparativas posteriores e também por se acreditar que falantes analfabetos e semi-alfabetizados estão menos suscetíveis à padronização advinda da vivência escolar.

Na fala afro-brasileira, assim como na do interior do país, não se notou diferença significativa com relação ao comportamento linguístico de analfabetos e semi-alfabetizados, no que se refere à concordância nominal em predicativos do sujeito e em passivas. Isso pode ser explicado pelo pouco acesso ao ambiente escolar, fato que justifica o mau desempenho daqueles que têm alguns poucos anos de escolaridade, que muitas vezes não são capazes de sequer decodificar pequenas frases escritas, além do fato de os informantes terem estilos de vida bastante semelhantes, muitas vezes com as mesmas ocupações diárias. Na verdade, a instrução dos informantes é mínima, independentemente de serem rotulados como completamente analfabetos ou semi-alfabetizados.

Nos resultados de fala urbana, apesar de a variável *escolaridade* não ter sido selecionada como estatisticamente relevante, os valores, de certa forma, corroboram com o esperado, com relação à categoria de número, como se pode ver na seguinte tabela:

Tabela 32 - Realização da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *escolaridade*

Escolaridade	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Analfabetos	2/55	3,6%
Semi-alfabetizados	33/184	17,9%
TOTAL	35/239	14,6%

Entre os analfabetos, apenas 2 das 55 ocorrências tiveram marca de plural, um número bastante reduzido. Entre aqueles com um mínimo de escolarização, o índice de marcação de plural foi alto, 17,9%, ao lado de uma frequência geral de 14,6%.

Com relação à concordância nominal de gênero, o grau de escolarização não se mostrou relevante, trazendo níveis próximos da neutralidade, como se vê na Tabela 33.

Tabela 33 - Realização da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *escolaridade*

Escolaridade	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Analfabetos	210/217	95,3%
Semi-alfabetizados	946/993	96,8%
TOTAL	1156/1210	95,5%

Os resultados se configuraram conforme o esperado, indicando que a ação da escola no sentido da difusão da norma padrão é mais eficaz na metrópole urbana do que nas pequenas cidades do interior do estado e nas comunidades rurais. E, além disso, que gênero e número são influenciados por diferentes fatores sociais. É importante, ainda, salientar que os informantes dessa pesquisa têm um grau mínimo de escolarização.

4.3.4 A variável social *rede de relações*

O estudo da rede de relações tem o objetivo de observar, como o próprio nome indica, a relação entre os indivíduos de uma comunidade linguística e como tais relações podem influenciar em sua linguagem.

Bortoni-Ricardo (2011, p. 92), apoiada nos estudos de Milroy (1980), traz que

Um vínculo entre duas pessoas será unilateral ou uniplex se elas estiverem relacionadas somente em uma capacidade, por exemplo, como empregador/empregado. Ele será multilinear ou multiplex se elas estiverem ligadas de muitas maneiras, por exemplo, como parentes, colegas de trabalho, vizinhos, etc.

Ainda segundo Bortoni-Ricardo (2011), a densidade de relações em uma comunidade e a multiplexidade tendem a coocorrer e são constantemente observadas em comunidade com um perfil tradicional e fechado, como as afro-brasileiras isoladas, estudadas por Lucchesi (2008), e as do interior da Bahia, estudadas por Antonino (2007). Quando a interação entre as pessoas da comunidade é intensa, tende a ocorrer um consenso com relação às normas que exercem pressão sobre o grupo, já que a comunidade se apresenta de forma coesa. “As ligações são consideradas canais para o fluxo de consenso normativo que pressiona os membros da rede. Se a rede for bastante fechada e homogênea [...] o poder do sistema para atingir o consenso é muito grande” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 93). Assim, parte-se da hipótese de que, nas comunidades afro-brasileiras isoladas e nas comunidades do interior da Bahia, “a mudança lingüística se dá pela importação de padrões lingüísticos e culturais externos” (LUCCHESI, 2000, p. 290).

Nos dois primeiros *corpora*, do português afro-brasileiro e popular do interior, não se utilizou a variável *rede de relações*, mas uma que parte de princípios semelhantes, a *estada fora da comunidade*. As comunidades afro-brasileiras estudadas se encontram em relativo estado de isolamento social. Acredita-se que tal isolamento é um fator facilitador da manutenção das marcas mais típicas do português popular falado nessas localidades, onde se busca comprovar a história do contato entre línguas e da transmissão lingüística irregular ocorridos na formação do PPB.

Aqueles que estiveram fora da comunidade por mais de seis meses, naturalmente, trazem marcas, influências externas à comunidade, enquanto aqueles que nunca se ausentaram certamente apresentam um padrão lingüístico mais conservador, ou seja, com mais marcas típicas da comunidade.

Nas comunidades afro-brasileiras, pôde-se constatar que os indivíduos que viveram fora da comunidade por um período de tempo superior a seis meses apresentam uma frequência de uso da regra de concordância de gênero um pouco maior que aqueles que nunca se ausentaram da comunidade, com o primeiro grupo com um percentual de 83%, e o segundo, com 78%, percentuais bastante próximos.

Na fala popular do interior, resultados semelhantes foram encontrados. Quem esteve fora realiza concordância, com um PR de .59. e, de forma oposta, quem nunca saiu da comunidade exibe menor uso da regra de concordância, apenas .41.

Para o estudo da concordância nominal em predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular urbano, controlou-se se as pessoas com as quais os informantes conviviam eram moradoras do próprio bairro ou de outros bairros da cidade. Ao definir a rede de relações como *local* e *dispersa*, partiu-se do princípio acima colocado, de que os “*inputs* exógenos” exerceriam maior influência nas redes mais tradicionais, mais fechadas, por isso mais densas. Acredita-se que aqueles que convivem a maior parte do tempo com moradores de seu bairro têm maior possibilidade de manter as marcas mais recorrentes naquela comunidade de fala. As comunidades analisadas foram sempre periféricas, mais carentes, com certa dificuldade de acesso, muitas vezes, aos bens de cultura, então esperava-se que houvesse baixo uso das regras de concordância.

Os resultados obtidos para a concordância de número não foram selecionados pelo programa GoldVarb como estatisticamente relevantes, indicando que a rede de relação não teria, nessas comunidades investigadas, grande influência para a marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

Tabela 34 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *rede de relações sociais*

Rede de relações	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Disperso	18/128	14,1%
Local	17/111	15,3%
TOTAL	35/239	14,6%

Para a concordância de gênero, no entanto, ainda que selecionados como estatisticamente relevantes, os resultados apontam em direção oposta à hipótese levantada.

Tabela 35 - Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável *rede de relações sociais*

Rede de relações	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Disperso	532/565	94,2%	0.415
Local	624/645	96,7%	0.575
TOTAL	1156/1210	95,5%	---

(nível de significância 0.032)

Os informantes de redes dispersas se mostraram como desfavorecedores da aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com PR 0.415, enquanto, opostamente ao que se esperava, aqueles de redes locais favorecem a concordância de gênero, com PR 0.575.

Tal resultado pode encontrar explicação em duas questões distintas. Na coleta de dados, após a análise preliminar do perfil dos moradores do bairro, definiram-se quais seriam as características dos informantes e, dessa forma, em Itapuã e Plataforma foram entrevistados apenas informantes de redes de relações locais, enquanto na Liberdade e em Lauro de Freitas, foram entrevistados somente informantes de redes de relações dispersas. Cajazeiras foi o único bairro em que se entrevistaram moradores pertencentes aos dois tipos de rede. Essa falta de ortogonalidade na distribuição dos dados pode acarretar em uma análise não muito clara.

Uma outra hipótese para os resultados obtidos, que se mostra mais contundente, é que, como afirma Bortoni-Ricardo (2011, p. 93), os moradores de áreas urbanas acabam por selecionar seus conhecidos numa gama mais ampla e desempenham muitos tipos de relações sociais. Assim, mesmo em bairros relativamente isolados na periferia de Salvador, a integração nos ambientes urbanos é algo bastante intenso, pois o acesso ao ambiente escolar é mais facilitado, os meios de transporte são bem mais acessíveis, além dos meios de comunicação hoje abundantes, o que coloca as pessoas em contato constante com diversas normas linguísticas. Portanto, com tamanha integração social, o modo de vida dos usuários de uma norma popular é bastante semelhante, ainda que habitem bairros com características diferentes e distantes entre si.

4.3.5 A variável social *exposição à mídia*

Das variáveis sociais testadas, apenas uma se mostrou estatisticamente relevante no que tange à marcação de número³⁷ em predicativas e em passivas, a *exposição à mídia*. Para o controle dessa variável, numa entrevista inicial, aferiu-se o tempo de exposição do falante à mídia, o tipo de mídia preferencial (TV, rádio, etc.) e o tipo de programa predileto. Dessa forma, eles foram classificados entre aqueles que tinham *exposição baixa à mídia* e *exposição alta à mídia*. Fez-se necessário adicionar mais uma classe, pois havia alguns que só assistiam a programas religiosos em que se usa, comprovadamente, de uma linguagem peculiarmente rebuscada, mais formal. Estes foram classificados como pessoas que estão em *exposição à mídia religiosa*.

O controle do grau de exposição à mídia tem a intenção de investigar se a maior ou menor permanência diante dos meios de comunicação vem a influenciar o desempenho linguístico dos falantes de variedades populares urbanas, partindo do pressuposto, já mencionado no Capítulo 2, de que as mudanças linguísticas ocorrem a partir da importação de padrões externos à comunidade.

Tabela 36 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável nível de *exposição à mídia*

Nível de exposição à mídia	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Baixo	5/80	6,2%	0.309
Alto	17/130	13,1%	0.375
Mídia religiosa	13/29	44,8%	0.789
TOTAL	35/239	14,6%	---

(Nível de significância 0.024)

Os resultados encontrados trouxeram uma clara divisão entre os informantes que assistem a programas religiosos e aqueles que assistem a programas não religiosos.

³⁷ Para a concordância de gênero, a variável exposição à mídia não foi selecionada.

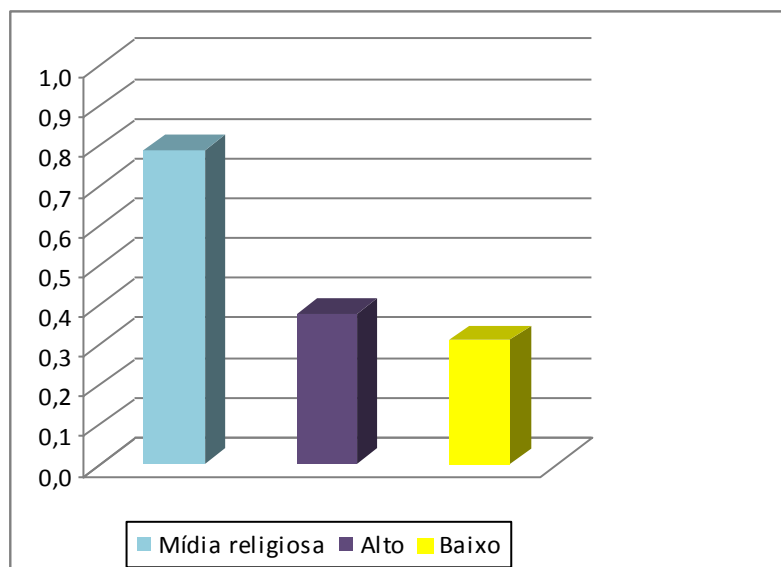


Gráfico 03: Interferência da variável *nível de exposição à mídia* com relação à concordância nominal de número

A princípio, pensou-se que a exposição a programas religiosos, que fazem menção constante ao texto bíblico, que é um texto mais formal, e se utilizam de expressões não tão recorrentes na fala popular cotidiana, fosse exercer alguma influência na marcação de número em predicativos e passivas. No entanto, acreditava-se, ainda, que uma alta exposição à mídia, mesmo que a outros tipos de programa, também exercesse forte influência com relação à marcação de concordância e número. Essa ideia pautava-se no fato já conhecido e discutido anteriormente de que indivíduos usuários de uma norma popular poderiam importar padrões linguísticos de fora da comunidade, no caso, da TV, do rádio e dos outros meios midiáticos.

Percebeu-se, a partir dos resultados, que a situação delineada não estaria sendo exatamente influenciada pela mídia apenas, mas pelo modo de vida daqueles que recorrem à mídia religiosa como uma ocupação diária. Esses informantes, normalmente, também frequentam igrejas e convivem em ambientes em que uma linguagem mais formal, mais próxima da utilizada na bíblia, é usada recorrentemente, seja em situações menos formais ou mesmo nas mais formais, como nas pregações. Não seria, portanto, apenas a mídia religiosa a exercer influência sobre a fala daquele que assiste a esses programas e, sim, possivelmente, o seu estilo de vida religioso, que envolve diversas práticas de linguagem mais formal.

A fim de averiguar a hipótese acima lançada de que a religião influencia mais na marcação de número o que a exposição à mídia de uma forma geral, foi feita uma nova rodada no Goldvarb, juntando exposição alta e exposição baixa à mídia, sob o rótulo de mídia laica, em oposição à exposição à mídia religiosa. O resultado pode ser lido na Tabela 37.

Tabela 37 - Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular de Salvador, segundo a variável exposição à mídia x religião

Nível de exposição à mídia	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência	PR
Mídia laica	22/201	10,9%	0.443
Mídia religiosa	13/28	46,4%	0.841
TOTAL	35/230	15,2%	---

(Nível de significância 0.024)

Confirmando a hipótese colocada, os resultados indicam que a mídia religiosa exerce uma influência contundente para a aplicação da concordância nominal de número em predicativos e em passivas, com um peso relativo de 0.841. Isso nos aponta uma necessidade de maior investigação da variável social *religião*, que nesta pesquisa só foi investigada secundariamente. Buscar mais detalhes das práticas religiosas dos falantes pode ser, como indicam os resultados, um bom caminho para entender o seu comportamento linguístico.

Com relação à concordância de gênero, o nível de exposição à mídia não exerceu qualquer influência, tendo os falantes exibido um percentual de uso da regra de 92,9% para a mídia religiosa, 95,2% para exposição alta à mídia e 96,8% para exposição baixa, ao lado de um índice geral de 95,5%.

O que os resultados mais uma vez nos apontam é que a concordância de gênero e a concordância de número são afetadas de forma diferente na fala popular urbana, e o número se mostra bem mais suscetível à exposição à mídia.

4.3.6 Variável social *bairro*

Como explanado, com minúcia, no Capítulo 2, o *corpus* da fala popular urbana conta com quatro bairros, distribuídos por todas as áreas geográficas da

cidade de Salvador, envolvendo desde o subúrbio ferroviário à região da orla. Dentre os bairros, há um que representa os bairros novos, Cajazeiras, e três de ocupação antiga: Itapuã, Liberdade e Plataforma. Além desses, há ainda o município de Lauro de Freitas, da região metropolitana de Salvador.

Fernández (1998), ao falar sobre a utilização da variável *bairro*, faz a seguinte consideração:

Aparte de ser um factor ligado al nível socioeconômico de los individuos, el barrio es un elemento muy relacionado com la variable “procedência geográfica” porque es habitual la concentración de individuos de um mismo origen en unas mismas zonas de las ciudades [...] (p. 63)

Pensando na possibilidade apontada por Fernández e com o intuito de investigar se o fato de o bairro ser de ocupação recente ou antiga iria influenciar no comportamento linguístico de seus membros, a subdivisão foi feita por cinco bairros que, não coincidentemente, se espalham por diferentes áreas da cidade, indo desde a orla até o subúrbio ferroviário, passando pelo centro.

Os resultados obtidos para essa variável, no entanto, não foram selecionados como estatisticamente relevantes e não trouxeram informações relevantes para a configuração da concordância nominal, de número e de gênero em predicativos do sujeito e em passivas

Ainda acreditando que a variável *bairro* pudesse ter relevância maior do que os dados nos revelaram em um primeiro momento, foram feitas rodadas em que se cruzaram as demais variáveis sociais e o *bairro*. Os resultados obtidos a partir dos cruzamentos, no entanto, não indicaram nada novo, mantendo a variável *bairro* na posição de pouco relevante estatisticamente. Isso pode ter acontecido pelo fato de, com relação aos bairros estudados, não se observar um perfil tão delineado quanto se esperava. Na falta de tal perfil, perde-se a clareza sobre qual seria o padrão daquele bairro, fato que pode ocorrer por conta da grande comunicação e troca de informações que há entre os bairros nos centros urbanos. Dessa forma, nessa pesquisa que investiga a fala popular soteropolitana, a variável social *bairro* não trouxe resultados relevantes, o que não quer dizer que, em outros contextos sociais, tal variável deixe também de ser relevante.

4.4 A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO – CONSIDERAÇÕES

A partir de toda a discussão até aqui realizada, é fácil chegar à conclusão de que a concordância nominal gênero e de número se comportam de maneira diferenciada. Como já dito em seções anteriores, a concordância nominal, tanto de número quanto de gênero, tem um caráter redundante, o que faz com que o uso de suas regras seja variável.

Nota-se, porém, que a flutuação no uso da concordância de número é algo muito mais generalizado, sendo observado mais fortemente em falantes de norma popular, mas também sendo visto em falantes de norma culta. A variação na concordância de gênero, por sua vez, parece algo muito mais restrito, podendo ser notada mais vigorosamente em comunidades isoladas com histórico de contato entre línguas. Nos grandes centros urbanos, tal variação na concordância acaba por se mostrar quase residual.

É possível comprovar o que foi dito acima retomando os gráficos apresentados ao longo da discussão sobre a concordância nominal. No gráfico 4 a seguir, que exhibe os índices de marcação da concordância de gêneros em comunidades afro-brasileiras, do interior e urbanas, nota-se, ainda que diante de números com diferenças não tão expressivas, uma oposição entre o português afro-brasileiro de um lado, com uma marcação de 81%, e, de outro, as duas outras comunidades não marcadas etnicamente.

Esse resultado evidencia a influência do contato entre línguas, separando em extremos as comunidades que tiveram maior e menor influência do contato em sua realidade social.

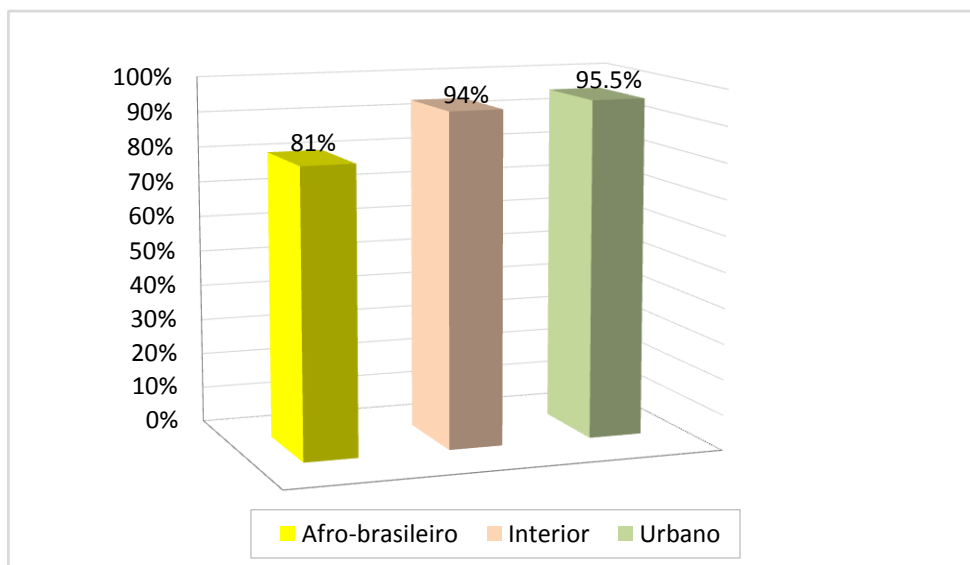


Gráfico 4 – Índices de marcação de gênero em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

Com relação ao número, como já mencionado, nota-se uma maior influência de outros fatores sociais, além contato entre línguas. Os resultados do nível de escolaridade e da exposição à mídia indicam claramente o quanto a concordância de número é mais flutuante e mais influenciadas por fatores sociais.

No gráfico a seguir, nota-se uma diferença acentuada entre cada uma das comunidades, com o falante afro-brasileiro marcando 1% a concordância de número em predicativos e em passivas; o falante do interior com índice de 4% de marcação e um percentual de 14,6% nos falantes urbanos de Salvador. Nitidamente, a urbanização, com seu acesso facilitado a escolas e meios de comunicação, exerceu grande influência com relação à marcação de número.

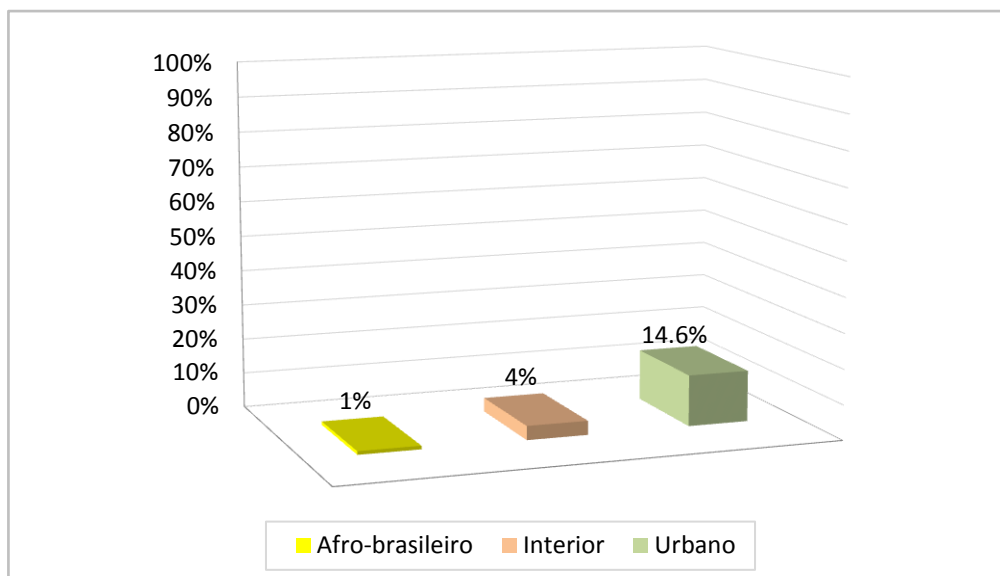


Gráfico 5 – Índices de marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas na fala popular da Bahia

O que se nota é que, ainda que se fale em concordância nominal de número e de gênero como sendo um único fenômeno linguístico, ambas têm motivações diferentes, seguindo caminhos com resultados também diferentes. Fatores sociais e linguísticos não vão exercer igual influência sobre o gênero e sobre o número, deixando claro que os fenômenos devem sempre ser olhados em suas peculiaridades e considerando as comunidades analisadas, já que nenhum estudo linguístico pode ser dissociado de um estudo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a afirmação “as realidades linguística e social são indissociáveis” soar um tanto repetitiva no campo da Sociolinguística, é impossível não voltar a ela em um trabalho como este, que se insere nessa área dos estudos da linguagem. A sócio-história brasileira determinou a realidade linguística polarizada do país, como se discutiu no Capítulo 1, intitulado *Formação do português popular: sócio-história*.

O fosso social que separava, no período da colonização, e que de alguma forma ainda separa, nos dias atuais, a camada desprivilegiada e a camada dominante era imenso. Na base da pirâmide social havia uma babel de línguas, em que conviviam os nativos indígenas, os africanos arrancados de suas terras e forçados a trabalhar em terras brasileiras e alguns mestiços. Entre eles, se aprendia o português precariamente, por falta de uma ação normatizadora ou mesmo por falta de um maior contato com os falantes da língua portuguesa transplantada para o Brasil. A camada trabalhadora, que compunha a mão-de-obra para fazer o país crescer, era a grande maioria populacional da época, que normalmente vivia nas zonas rurais, sem acesso ao mínimo para ser considerado cidadão.

No topo da pirâmide, estavam os brancos europeus, buscando manter um distanciamento social e, portanto, linguístico dessa grande maioria pobre. O português ensinado a seus filhos era o português de “além-mar” e, para isso, professores eram trazidos de Portugal para ensinar as primeiras letras no Brasil. Quando atingiam a idade adulta, os descendentes desses europeus saíam do Brasil para estudar.

Essa realidade polarizada do período colonial, período da formação do português brasileiro, exerceu fortes influências sobre a língua, principalmente sobre a sua variedade popular, falada pela maior parte da população e que foi fortemente afetada pelo contato entre línguas e pelo processo de *transmissão linguística irregular*, abordados no capítulo 2, *Aporte teórico-metodológico*.

Nos dias atuais, ainda se pode observar, de alguma forma, essa realidade polarizada, dividida; no entanto as distâncias estão sendo cada vez mais atenuadas por conta do acesso mais facilitado aos meios de comunicação, ao sistema de

transporte mais amplo e à maior possibilidade de ingresso nas escolas, que propagam os padrões linguísticos dos grandes centros urbanos para todas as regiões do país. Dessa forma, há uma atenuação das marcas mais características da fala popular, provenientes, sobretudo, das simplificações produzidas no passado pelo contato entre línguas, enquanto a fala da camada culta já se afasta bastante da realidade do português europeu.

Mesmo com a atenuação dos polos, é possível notar características peculiares à vertente popular do português do Brasil, como a variação na concordância verbal e nominal, esta última analisada neste trabalho. Mais fortemente se nota, ainda, que as marcas de uma situação anterior de contato entre línguas se mantêm ainda acesas em regiões geograficamente isoladas, no interior do país. Quando o foco de análise passa a ser uma fala popular urbana, percebe-se a atenuação das marcas da transmissão linguística irregular, porém a variação na concordância nominal em predicativos de sujeito e em estruturas passivas ainda é bastante significativa.

A observação empírica dos dados de fala produzidos nos quatro bairros populares da cidade de Salvador e em mais um da região metropolitana tornou possível a definição de fatores, linguísticos e sociais, que atuam favorecendo ou desfavorecendo a aplicação das regras de concordância nominal em predicativos e em passivas.

Quanto à concordância de número, os resultados desta pesquisa mostraram, bastante claramente, a existência de um *continuum* linguístico, que parte de uma situação em que a marcação de número em predicativos/passivas em comunidades afro-brasileiras isoladas é quase inexistente, com a aplicação da regra em apenas 1%, aumentado para 4% na fala do interior do país não marcada etnicamente, atingindo o índice de 14,6% de marcação de número na fala popular urbana. Bortoni-Ricardo (2004) chama atenção para o fato de as comunidades urbanas sofrerem influência de agências padronizadoras e, por essa razão, ainda que se trate de falantes analfabetos e semi-alfabetizados, o índice de marcação da concordância se evidencia um pouco mais elevado.

O GoldVarb selecionou como estatisticamente relevantes quatro variáveis linguísticas e uma social. A primeira delas, que se mostrou bastante produtiva, foi a presença de *material interveniente entre o verbo e o predicativo*. Há um grande desfavorecimento da aplicação da regra de concordância de número quando a

relação de adjacência entre verbo e predicativo é prejudicada pela presença de algum material interveniente. Ao contrário, quando não há qualquer material entre o verbo e o predicativo, a marcação da concordância é favorecida.

O princípio da coesão estrutural foi comprovado com a seleção de duas variáveis, a *concordância nominal de número no SN sujeito* e a *concordância verbal*. O princípio diz que a marcação de número nos predicativos/passivas será maior quando houver marcação de número no SN que os especifica ou quando houver concordância entre o sujeito e o verbo de ligação ou o auxiliar das estruturas passivas. De fato, a concordância de número no SN sujeito assim como a concordância verbal favoreceram claramente a marcação de número nos predicativos e passivas, indicando a atuação da coesão estrutural.

Outra variável que obteve destaque foi o *tipo de atributo*, que avaliava se atributos essenciais ou acidentais teriam alguma influência sobre a marcação de número em predicativos/passivas. Notou-se, em confirmação à hipótese tida inicialmente, que os atributos essenciais, aqueles ligados pelo verbo *ser*, favorecem a marcação de número, enquanto os atributos acidentais desfavorecem tal marcação.

Algumas variáveis não foram selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa GoldVarb, porém foram consideradas importantes e, por isso, analisadas. A *ordem dos constituintes na sentença* surgiu como uma variável produtiva, comprovando que, quando os constituintes saem de sua ordem direta (*sujeito-predicado*) e apresentam uma ordem indireta (*predicado-sujeito*), o falante tende a não reconhecer o sujeito como tal e, assim, não aplica a regra de concordância de número.

O *tipo de predicação* também atuou de forma consistente, indicando que há uma maior marcação de plural em predicativos do sujeito do que em estruturas passivas. Isso provavelmente se dá por conta da relação mais direta que há entre sujeito e predicativos. Com relação à *animacidade do sujeito*, os com traço [+humano] favoreceram discretamente a aplicação da regra de número, enquanto os [-humano] a desfavorecem. O falante tende a interpretar o sujeito como “aquele que pratica a ação” e, para realizar algum ato, julga-se que o sujeito deva ser [+humano].

Uma última variável linguística que apontou resultados interessantes foi a *saliência fônica*, princípio que diz que quanto mais saliente for o elemento, maior a

possibilidade de ele receber a marca de plural. De certa forma, o princípio se confirmou, com os itens com plurais regulares recebendo menos marcas de plural, ao lado de uma maior marcação de plural nos itens mais salientes, com plurais irregulares.

Com relação à concordância nominal de gênero, também se observou o desenho de um *continuum* linguístico, com 81% de marcação de gênero nas comunidades afro-brasileiras isoladas, 94% nas comunidades do interior da Bahia e 95,5% nos bairros populares de Salvador. Nota-se que a categoria de gênero é muito menos afetada pela variação linguística, porque, como já discutido no capítulo 3, a categoria de número se mostra muito mais redundante.

Para a análise do gênero, foram selecionadas como estatisticamente relevantes quatro variáveis linguísticas e uma social. Observando a concordância nominal de gênero em predicativos/passivas, a *ordem dos constituintes na sentença* se mostrou mais uma vez relevante, reforçando que a ordem direta favorece a marcação da concordância, enquanto a ordem indireta a desfavorece.

A variável *indicação de gênero no SN sujeito* foi proposta a partir dos princípios da coesão estrutural e do paralelismo formal. Quando, no SN sujeito, o núcleo trazia um nome com marcas explícitas de gênero, a concordância nominal com seu predicativo/passiva era sempre maior, enquanto, ao contrário, com sujeito sem marcas explícitas de gênero, a concordância foi desfavorecida.

A variável *referência ao falante* indica que, sempre que o sujeito se inclui no discurso, a marcação de gênero é maior, graça a um “um tipo de condicionamento egocêntrico do comportamento linguístico” (LUCCHESI, 2008, p.160). De forma oposta, se o sujeito não inclui o falante, observa-se considerável desfavorecimento na aplicação da regra de concordância nominal de gênero em predicativos/passivas. Para encerrar as variáveis selecionadas pelo programa de regras estatísticas com relação ao gênero, tem-se a *caracterização semântica do sujeito*. Assim como para o número, os sujeitos com traço [+ humano] favorecerem a marcação de gênero.

Ainda que não selecionada pelo programa, a variável *concordância verbal* também exibiu resultados interessantes, reforçando o princípio da coesão estrutural: todas as ocorrências com verbos com marcas de plural também trouxeram predicativos com marcas de gênero.

O estudo aqui realizado indicou que os fatores sociais podem influenciar em maior ou menor grau o condicionamento da concordância nominal em

predicativos/passivas. As variáveis tradicionalmente usadas em trabalhos sociolinguísticos, como *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*, não foram selecionadas como estatisticamente relevantes, porém as variáveis *rede de relações* e *nível de exposição à mídia* o foram.

Com relação à concordância gênero, a variável *rede de relações* foi selecionada pelo GoldVarb, porém exibiu um resultado oposto ao esperado. De acordo com os dados, os falantes com rede de relação local, que convivem mais com as pessoas do próprio bairro, fazem mais concordância. Esperava-se que aqueles com rede de relações dispersas exibissem maior nível de concordância, no entanto isso pode ter ocorrido por conta de a vida nos ambientes urbanos ser diferenciada, ser muito mais integrada. Ainda que o falante se diga de uma rede local, ele tem maior facilidade de locomoção pela cidade, tem acesso aos meios de comunicação e tudo isso ajuda na importação de regras, ampliando a marcação de gênero.

A variável *nível de exposição à mídia* foi selecionada com relação à concordância nominal de número. De uma forma bem clara e bem delineada, os falantes que se expõem mais à mídia fazem mais concordância do que aqueles que afirmam assistir pouco a TV ou ouvir pouco rádio. Um dado interessante observado é a influência da mídia religiosa na fala popular. Os falantes mais expostos a programas religiosos exibiram um nível de marcação de plural bastante superior aos demais.

Após a análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa com a fala popular urbana de Salvador, pode-se afirmar que fatores sociais e linguísticos atuam paralelamente no condicionamento da concordância nominal de número e de gênero em predicativos e em estruturas passivas. Não se pode perder de vista, no entanto, que a concordância de gênero e de número se comportam de forma diferente e, por isso, recebem maior ou menor influência de determinados fatores sociais também de forma diferente. O gênero é nitidamente mais afetado pelo contato entre línguas, enquanto a variação na concordância de número é algo muito mais generalizado, aparecendo desde o português afro-brasileiro ao urbano, indo desde a fala popular à culta.

É inegável, analisando os *continua* obtidos, que a história da formação do português, com um massivo contato entre línguas, influenciou de forma contundente na caracterização atual do PPB. Nota-se, no entanto, que a influência dos centros

urbanos é cada vez maior, ganhando espaço e modificando a fala popular das cidades do interior. Ainda assim, a polarização sociolinguística se mantém, fortalecida pelas carências sociais do povo brasileiro, que ainda luta por comida, que ainda vai à escola pensando na merenda escolar. É impossível que tal situação não se reflita na realidade linguística do país.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. p. 21-47.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMEIDA, José Carlos Fraga et al. *Avaliação do impacto social do projeto educacional Cajazeiras 10, cidade de Salvador/Bahia da Fundação Bradesco nos dias atuais*. 61 f. 2005. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração - Escola de Administração/UFBA, Salvador: UFBA.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira - Obras de Amadeu Amaral - 4.ª edição - Editora Hucitec/INL-MEC, 1982 [1920]*.

ANTONINO, Vívian. *A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2007.

ARAÚJO, Silvana S. de Farias. *Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UFBA, Instituto de Letras, 2005.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et al. (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

BAXTER, Alan e LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. Salvador, *Estudos Linguísticos e Literários*, n 19, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TRALLO, Fernando (org). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?: Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

BRAGA, Maria Luisa & SCHERRE, Marta. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. *Anais do 1º Encontro Nacional de Linguística*, Rio de Janeiro: PUC, 1976.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CHAMBERS, J. K. e TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

COELHO, Francisco Adolpho. Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América, in Boletim a Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1881.

COELHO, Suely e SERPA, Ângelo. Transporte coletivo nas periferias metropolitanas. In: SERPA, Ângelo (Org.). *Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano*. Salvador: EDUFBA, 2001.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIAS, Juçá Fialho Vazzata. *A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos na fala da região sul: um estudo variacionista*. Florianópolis. Dissertação de mestrado, 1996.

DIAS, Patrícia Chame. *Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador*. *GeoTextos*, vol. 2, n. 2, 2006.

ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Princípios de sociolinguística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

FREIRE, Rejane; JUNIOR, Edson; GOMES, Gabriel. *Cajazeiras: O Crescimento desordenado de um bairro planejado*. Salvador: UCSAL, 2002. Disponível em: <<http://cajazeirasba.hpg.ig.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. University of Pensylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

GUY, Gregory. Parallel variability in American dialects of Spanish and Portuguese. In: SANKOFF, D. e CEDERGREN, H. (Ed.). *Variation omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistics Research, 1981b, p.85-93.

GUY, Gregory. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.

GUY, Gregory R. e ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa – Instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

KREUTZ, Lúcio. A educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEITE, Yonne e FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana A. M. et al. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

LIMA, Lanuza e ALMEIDA, Luanda. *Itapuã*. Disponível em: www.vertentes.ufba.br
Acesso em: 10 de jun. de 2010.

LOBO, Tânia. *A formação histórica do português brasileiro*. O estado da questão. Comunicação ao XI congresso da ALFAL. Gran Canária, 1996.

LUCCHESI, Dante. Chave de transcrição do Projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*. Salvador: ms. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/chave.htm>.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille, ZIMMERMANN, Klaus (eds.). <<Substandard>> e mudança no português do Brasil. Frankfurt, TFM, 1998.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A Cor da Letras*, n. 3, p. 73-1000, dez. 1999.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.*, 17:1, 2001.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara. (Org.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolingüística do Brasil. In: RONCARATI, Claudia, VOTRE, Sebastião (org.). *Ensaio em homenagem a Anthony Naro*. Rio de Janeiro: PAPERJ, 2008.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza. (Orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACAMBYRA, Renata e BANDEIRA, Manuela. *Liberdade*. Disponível em: www.vertentes.ufba.br. Acesso em: 10 de jun. de 2010.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].

MATTOS E SILVA. *O português arcaico – morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004b.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO, Camila e FREITAS, Shirley. *Lauro de Freitas*. Disponível em: www.vertentes.ufba.br. Acesso em: 10 de jun. de 2010.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MENDES, Elisângela dos Passos. *A flexão de caso dos pronomes pessoais no português rural afro-brasileiro*. Trabalho de IC. UFBA, Instituto de Letras, 2005.

MENDES, Elisângela dos Passos. *Plataforma*. Disponível em: www.vertentes.ufba.br. Acesso em 10 de jun. de 2010.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MONGUILHOTT, I. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE. *Anais do IX Encontro do CELSUL*. Palhoça, 2010.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. et al. (eds.) *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago, Chicago Linguistic Society, 1976. p. 221-241.

NARO, Anthony e SCHERRE, Marta. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 9, nº especial, 1993.

NARO, Antony J. Modelos quantitativos e tratamento estatísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NARO, Antony J. e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 33-42.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2004.

PONTE, V. M. L. *Concordância nominal no linguajar de uma comunidade pobre de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS, 1979.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

RODRIGUES, Aryon D. *Breve história da língua dos índios vistos por Cabral*. Universa, Brasília, 2000.

SANTOS, Elisabete et al. (Orgs.) *O caminho das águas em Salvador – bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA, SEMA, 2010

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHERRE, Marta. Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal. In: TARALLO, Fernando (Org). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

SCHERRE, Marta M. P. A concordância de número nos predicativos e nos participios passados. Rio Grande do Sul, *Organon*, v. 5, n 8, 1991

SCHERRE, Marta e NARO, Anthony. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 9, n. 1. 1993.

SERPA, Ângelo (Org.). *Fala, periferia!* Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Gisele Machline. SILVA, Gisele Machline. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 295-308.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do estado da Bahia*. Dissertação de mestrado, UFBA, Instituto de Letras, 2003.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de. *A concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na fala da comunidade quilombola de Caçandoca*. Dissertação de mestrado, USP, 2000.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary (Org.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2006.

TEIXEIRA, Cid. *A grande Salvador – posse e uso da terra*. Salvador, 1978.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2001.

WEIREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola. Tradução: Marcos Bagno, 2006 [1968].

ZANOTTO, Normélio, *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 05 de out. de 2009.

CAJAZEIRAS. Disponível em: <http://rscajazeiras.com.br/pg/pages/view/58/saiba-mais-sobre-cajazeiras>. Acesso em 03 de jul. de 2011

ANEXO A – FICHA DO INFORMANTE

CORPUS DO PORTUGUÊS POPULAR DE SALVADOR

BAIRRO _____

FICHA DO INFORMANTE Nº _____:

CÓDIGO DEFINITIVO: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Idade: _____ Sexo: F () M ()

Natural de: _____

Morador do bairro desde: _____

Locais onde morou anteriormente e período: _____

e local de trabalho: _____

Rede de relações: () concentrada no bairro () dispersa por outras áreas

Escolaridade: _____

Ainda estuda: () Estudou na infância () Estudou já adulto ()

Mídia:
() Rádio () TV () Livros, jornal () Outros

Tipos de programa: _____

Assiste televisão ou ouve rádio, em média, () 1 hora () 2 horas () 4 horas por dia.

Atitude: () Receptivo/ Extrovertido () Introvertido

OBSERVAÇÕES: _____

ANEXO B – CHAVE DE TRANSCRIÇÃO

PROJETO VERTENTES DO PORTUGUÊS DO ESTADO DA BAHIA

BAIRRO XXXXX

INFORMANTE 01

NOME: XXXXX SEXO: IDADE:

NASCIMENTO: XXXXX PAIS: XXXXX

NIVEL DE ESCOLARIDADE:

VIAGENS PARA FORA:

2. Os intervenientes no inquérito devem ser indicados da seguinte maneira:

DOC: (documentador)

INF: (informante)

CIRC: (interveniente circunstancial)

3. Indicação de trecho ininteligível: ININT

4. Indicação de interrupção do inquérito: INTERRUP

5. O texto deve ser pontuado com moderação.

6. Usar colchetes para indicar trecho sobre qual não há certeza na audição.

Ex.: INF: Ah, pra passeá, [eu] saio.

7. Indicação de realização inusitada de uma palavra ou expressão em itálico.

Ex.: Então eu *abandonei* a escola.

OBS.: sem o itálico o leitor tende a pensar que o digitador esqueceu o “n”, ao invés de aceitar a realização inusitada.

8. Palavra desconhecida, ouvida nitidamente na transcrição/revisão, também deve ser grifada em itálico.

Ex.: ... levava água no *carote*.

9. Se o documentador fizer algum comentário durante a fala do informante, sem interromper o seu fluxo sintático-discursivo, deve-se indicar com reticências a continuidade desse fluxo do informante, intercalando a fala do documentador.

Ex.: INF: Naquela época, eu saía muito...

DOC: Ah, legal!

INF: ... com os camarada pras festa.

10. Nos casos de discurso direto, deve-se utilizar aspas e pontuar antes de fechar as aspas.

Ex.: Ele disse: “Eu vô embora. Já tá tarde.” Aí eu falei: “Vá não. Durma aqui em casa.”

11. recursos não verbais empregados pelo informante, entre chaves:

Ex.: Quando era, assim, perto de mei' dia, assim, pai começava a 'subiá: {o informante assovia}.

4. Critérios Gerais

1 Deverão ser registrados, com o máximo de rigor atenção, TODOS os fatos no nível da morfossintaxe, tais como:

a) concordância nominal variável:

Ex.: *as coisa tá caro.*

estava no roça.

b) concordância verbal variável.

Ex.: *os menino foi* ou *os menino foro*; *nós vai*; ou mesmo *eu conta* por *eu conto*.

c) Omissão de preposições, artigos, complementizadores, etc.

Ex.: Deu Júlia isso aí.

(Port. Padrão: Deu à Júlia isso aí.)

d) repetições, com utilização das reticências.

Ex.: As pessoas assim é que... que conhece mais as coisa.

e) correções e quebras no encadeamento do enunciado, também com a utilização de reticências.

Ex.: E as... sempre assim ou era diferente?

f) hesitações, idem.

Ex.: Esses daqui mesmo, ói, é... é... é... é d'uma... de... de Odete aqui, num sabe?

g) separar o tópico por vírgula

Ex.: Aqueles ossozim pequeno, era os bezerro.

Aqueles de mais de longe, vamo soltá.

h) a dupla negação deve vir sem vírgulas.

Ex.: Não vi ele não.

h) deve-se distinguir o *né* de valor estritamente fático, que deve vir entre vírgulas, do *né* com entonação de pergunta, o qual deve vir acompanhado por ponto de interrogação.

2 Fatos fônicos que não devem ser registrados

a) Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada, quer no interior de um mesmo vocábulo, quer no interior de um grupo de força (como no caso das sequências com a preposição **em**), e pós-acentuada não-final;

Ex: *estava*, e não *ístava*; *domingo*, e não *dumingo*; *em casa*, e não *im casa*; *rédea*, e não *rédiá*.

Exceção: transcrever *ni* e não *ne*: *fui ni Feira de Santana*.

b) Elevação das vogais médias em posição átona final.

Ex.: [nomi] > *nome*; [matu] > *mato*

c) Ditongação antes de consoante constrictiva implosiva.

Ex.: [meys] > *mês*

d) Ditongação da terminação nasal -em

Ex.: *tem*, e não *teim*; *ninguém*, e não *ninguéim*.

e) Palatalização de **t** e **d**, antes de vogal palatal.

Ex.: *ponte*, e não *pontche*; *noite*, e não *noitche*.

Obs.: palatalizações mais desviantes da norma urbana devem ser registradas:

muntcho, *dôdio*, *tchem*, *tcherra*.

f) epêntese da vogal alta que desfaz o travamento de grupo consonântico.

Ex.: *advogado*, e não *adivogado*; *psicologia*, e não *pissicologia*.

Obs.: A inserção de uma vogal média deve ser registrada: *adevogado*.

g) Realização velar ou faríngea de certas consoantes constrictivas:

Ex.: *tava* por [´taha] ou [´taxa]; *mais* por [mayh]

h) Supressão da consoante nasal

Ex.: *tenho* por [teⁿu]; *uma* por [uⁿa]

i) Vocalização da consoante lateral pós-vocálica

Ex.: *mel*, e não *méu*; *Brasil*, e não *Brasiu*; *animal*, e não *animau*.

5. Detalhamento

1. Consoantes implosivas – (C)VC

a) /S/

- a variante zero deve ser registrada: *os menino*.
- as variantes velar/glotal não devem ser registradas: *mesmo* para [ˈmehmo].

b) //

- a variante zero deve ser registrada: *papé, animá, horríve* etc.
- as variantes constrictivas, [x] e [h], devem ser registradas com o grafema <r>: *vorta, arcançou*, etc.

c) /x/

- a variante zero deve ser registrada: *brincá, corrê, dormí, partí*.

Exceção: A forma do verbo *ir* deve ser sempre transcrita como *ir*.

- a variante [w] deve ser registrada: *felvendo, nelvoso*.

d) /N/

- deve-se registrar a redução dos ditongos nasais em final de palavra: *viage, bença, correro*.

e) A inserção de uma vogal, criando uma nova sílaba (CVC > CVCV): *dificulidade; tale, capinho*.

f) semivogais

- Redução de ditongos, tanto em posição final, quanto em posição medial, utilizando o acento circunflexo na sílaba tônica.

Ex.: *matô; côro; poquinho; cantê; dêxa*.

Exceção: a conjunção *ou* deve ser sempre transcrita por *ou* e não *ô*.

2. Padrão silábico CCV

a) redução do grupo (CCV > CV): *cumpade, ôto, péda*.

b) CCV > CVC: *percurar*.

c) CVC > CCV: *preguntô; drumença*.

d) CCV > CVCV: *fulô*.

3. Vogais

a) Abaixamento das vogais altas em distribuição não acentuada.

Ex.: *deferente* por diferente.

b) Redução específica de certos ditongos como em *truxe* [trusi] por trouxe, em que ocorre também a elevação da vogal.

c) Nasalização.

Ex.: *ingual* por igual; *ingnorância* por ignorância, *inzame* por exame (neste caso, colocar em itálico).

d) Usa-se o acento de timbre para indicar uma realização distinta da normal.

Ex.: *interésse* por interesse.

e) Troca de *e* ou *en* por *a* ou *an*, e vice-versa.

Ex.: *antão* por então.

f) Troca de vogal posterior pela anterior, em distribuição átona final.

Ex.: *quande* por quando; *devide* por devido; *tem* por tenho.

g) Ditongação.

Ex.: *saudia* por sadia.

4. Consoantes

a) o "ieísmo".

Ex.: *muié* por mulher; *véizim* por velhinho; *trabaio* por trabalho.

b) o rotacismo.

Ex.: *pranta* por planta; *prantação* por plantação.

5. Inserção e supressão de segmentos fônicos

a) inserção de segmento no início do vocábulo.

Ex.: *ieu* por eu; *amontá* por montar; *evém* por vem.

b) supressão de segmento no início do vocábulo, com apóstrofo

Ex.: ' *bservano* por observando; ' *djutóro* por adjutório; ' *cabô* por acabou; ' *fraquiceno* por enfraquecendo; ' *ocê* por você.

Exceção: *cê, tá, tão, tamos*.

c) supressão de segmento no final do vocábulo, com a utilização do apóstrofo quando ocorrer junção com vocábulo posterior.

Ex.: *quan' nada*; *den' de*; *des' tamanho*; *pó' dêxá*.

d) a elisão entre palavras diferentes.

Ex.: *dêx'eu*; *pr'aculá*; *s'istrompô*; *mand'ele*.

Exceção: a elisão com o *que* não deve ser registrada; *que eu* e não *qu'eu*; *que é* e não *qu'é*.

e) redução de terminações verbais.

Ex.: *cantaro* ou *cantarum* por *cantaram*; *brincano* por *brincando*.

f) redução do morfema de diminutivo.

Ex.: *véim* por *velhinho*; *urim* por *ourinho*.

g) redução do ditongo /ãw/.

Ex.: *Som Paulo* por *São Paulo*.

h) redução de proparoxítonas, bem como das falsas proparoxítonas, com a manutenção do acento para facilitar o entendimento da forma, quando necessário.

Ex.: *épa* por *época*; *lâmpa* por *lâmpada*; *abróba* por *abóbora*; *estâumbo* por *estômago*; *remédo* por *remédio*; *criatóro* por *criatório*; *muléstra* por *moléstia*.

i) A combinação de fatos acima mencionados, com a utilização do acento de timbre para evitar ambiguidade, quando for o caso.

Ex.: *'quês* por *aqueles*; *véi* por *velhos* (para distinguir *véi* de *vei* – forma reduzida de *veio*) ; *fi* por *filho*; *ói* por *olhe*.

j) aglutinação.

Ex.: *nestante*; *vumbora*, *vou m'embora*.

l) as interjeições são sempre grifadas com h:

Ex.: *eh...* e não *é...*; *ah...*; *ham...*; *ham-ham*; *hum-hum*; *hum...*; *oh*; *ôh*; *hei*.

APÊNDICE A – CHAVES DE CODIFICAÇÃO

CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM ESTRUTURAS PASSIVAS E DE PREDICATIVOS

VARIÁVEL DEPENDENTE: realização da concordância em estruturas passivas e de predicativos:

- (+) aplicação da regra de concordância
Ex.: Os meninos foram encontrados.
Essas crianças estão doentes.
- (-) não-aplicação da regra de concordância
Ex.: Os meninos foram encontrado.
Essas crianças estão doente.

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

2. Tipo de predicação:

- (n) predicativos nominais
- (v) predicativos verbais
- (p) estruturas passivas

3. Tipo de sujeito

- (N) SN simples
- (D) SN composto
- (P) pronome pessoal
- (E) SN sem núcleo realizado
- (Q) pronome relativo
- (V) categoria vazia
- (C) substantivo coletivo (o pessoal, o povo)
- (G) *a gente*

4. Ordem

- (%) S-P
- (#) P-S

5 Material interveniente entre o verbo e o predicativo

- (:) sem material interveniente
- (;) verbo separado do predicativo por 1 a 4 sílabas
- (!) verbo separado do predicativo por mais de 5 sílabas

6. Tipo de material interveniente

- (l) locativo
 - (m) advérbio
 - (a) quantificador flexionado
 - (o) quantificador sem flexão
 - (s) substantivo SN
 - (r) oração
 - (p) predicativo coordenado
 - (e) partícula enfática
- Concordância nominal de gênero no SN sujeito

- (S) SN com concordância
- (s) SN sem concordância
- (R) SN com concordância, em sentenças relativas, com concordância retomada no predicativo
- (r) SN com concordância, em sentenças relativas, sem concordância retomada no predicativo
- (N) SN sem concordância, em sentenças relativas, com a concordância retomada no predicativo
- (n) SN sem concordância, em sentenças relativas, sem a concordância retomada no predicativo

7. Concordância verbal

- (C) verbo concordando com o sujeito
- (c) verbo não concordando com o sujeito

8. Indicação do plural no SN sujeito

- (m) mórfica
- (n) com numeral
- (q) quantificador
- (l) lexical
- (p) partitivo ou porcentagem

9. Referência ao falante

- (E) SN – sujeito inclui falante
- (e) SN – sujeito não inclui falante

10. Caracterização semântica do sujeito

- (H) [+humano]
- (h) [-humano]

11. Estrutura sintagmática do predicativo

- (a) adjetivo
- (s) substantivo
- (p) particípio passado
- (N) sintagma nominal
- (m) pronome possessivo
- (d) pronome demonstrativo
- (i) pronome indefinido
- (n) numeral

12. Tipo de atributo

(E) essencial

(A) acidental

14. Presença do quantificador *tudo/todos*

(T) com quantificador tudo no sujeito

(P) Com quantificador tudo no predicativo

(S) Com quantificador todos no sujeito

(s) Com quantificador todos no predicativo

(t) sem quantificador

14. Saliência fônica

(I) plural irregular (*morto/legal/campeão/legal/feliz*)

(R) plural regular (*grande/assaltado/indêntica/irmão/bom*)

(M) plural misto (aumentativo/diminutivo: *doidinha/grandona/durão*)

VARIÁVEIS SOCIAIS

14. Faixa etária

(1) faixa I (25 a 35 anos)

(2) faixa II (45 a 55 anos)

(3) faixa III (acima de 65 anos)

15. Sexo

(m) masculino

(f) feminino

16. Rede de relações sociais

({) disperso

(}) local

17. Nível de escolaridade

(@) analfabeto

(\$) semi-alfabetizado

18. Nível de exposição à mídia

(*) alto

(#) baixo

(r) Mídia religiosa

19. Bairro

(L) Liberdade

(P) Plataforma

(I) Itapoã

(C) Cajazeiras

(F) Lauro de Freitas

CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO EM ESTRUTURAS PASSIVAS E DE PREDICATIVOS

VARIÁVEL DEPENDENTE: realização da concordância em estruturas passivas e de predicativos:

(+) aplicação da regra de concordância

Ex.: As coisa estão cara.

As crianças foi abandonada.

(-) não-aplicação da regra de concordância

Ex.: As coisa tá caro.

As crianças foi abandonado.

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

2. Tipo de predicação:

(n) predicados nominais

(v) predicados verbais

(p) estruturas passivas

3. Tipo de sujeito

(N) SN simples

(D) SN composto

(P) pronome pessoal

(E) SN sem núcleo realizado

(Q) pronome relativo

(V) categoria vazia = sujeito oculto

4. Ordem

(%) S-P

(#) P-S

(/) Para pronome relativo e categoria vazia

5. Material interveniente entre o verbo e o predicativo

(:) sem material interveniente

(;) verbo separado do predicativo por 1 a 4 sílabas

(!) verbo separado do predicativo por mais de 5 sílabas

6. Tipo de material interveniente

(l) locativo

(m) advérbio

(a) quantificador flexionado

(o) quantificador sem flexão

(s) substantivo SN

(p) predicativo ou passiva coordenada

(r) oração

(e) partícula enfática

7. Concordância nominal de gênero no SN sujeito

(S) SN com concordância

(s) SN sem concordância

(R) SN com concordância, em sentenças relativas, com concordância retomada no predicativo

(r) SN com concordância, em sentenças relativas, sem concordância retomada no predicativo

(N) SN sem concordância, em sentenças relativas, com a concordância retomada no predicativo

(n) SN sem concordância, em sentenças relativas, sem a concordância retomada no predicativo

8. Concordância verbal (apenas na 3ªp.p.; nos demais, /)

(C) verbo concordando com o sujeito

(c) verbo não concordando com o sujeito

9. Indicação do gênero no núcleo do sujeito

(i) nome feminino sem flexão de gênero (roça, perna, foto, testemunha, criança etc.)

(l) nome de ser animado com o gênero indicado lexicalmente (mãe, vaca, atriz, etc.)

(f) nome de ser animado com flexão de gênero (menina, gata, etc.)

(c) nome feminino comum de dois gêneros (caçula, colega, etc)

(z) categoria vazia

(x) pronome não flexionável em gênero (eu, que, a gente, etc)

(p) pronome ou determinate flexionável em gênero (ela, essa, outra, etc)

10. Referência ao falante

(E) SN – sujeito inclui falante

(e) SN – sujeito não inclui falante

11. Caracterização semântica do sujeito

(H) [+humano +animado] gente

(A) [-humano +animado] bicho

(C) [-humano –animado] coisa

12. Estrutura sintagmática do predicativo

(a) adjetivo

(s) substantivo

(p) particípio passado

(N) sintagma nominal

(m) pronome possessivo

(d) pronome demonstrativo

(i) pronome indefinido

(q) quantificador *tudo/todo*

(n) numeral

(r) pronome pessoal reto

(/) Passiva

13. Tipo de atributo

- (E) essencial (com o verbo *ser*)
- (A) acidental (com os demais verbos)

15. Saliência Fônica

- (0) filho/a
- (1) cristão/cristã
- (2) grandão/grandona
- (3) bom/boa
- (4) gostoso/gostosa; esse/essa
- (9) professor/professora

VARIÁVEIS SOCIAIS

14. Faixa etária

- (1) faixa I (25 a 35 anos)
- (2) faixa II (45 a 55 anos)
- (3) faixa III (acima de 65 anos)

15. Sexo

- (m) masculino
- (f) feminino

16. Rede de relações sociais

- {) disperso
- {) local

17. Nível de escolaridade

- @) analfabeto
- \$) semi-alfabetizado

18. Nível de exposição à mídia

- (*) alto
- (#) baixo
- (r) exposição a programas religiosos

19. Bairro

- (L) Liberdade
- (P) Plataforma
- (I) Itapoã
- (C) Cajazeiras
- (F) Lauro de Freitas

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Antonino, Vívian.

Português popular de Salvador : uma análise da concordância nominal em predicativos do sujeito e estruturas passivas / Vívian Antonino. - 2012.
189 f.

Inclui apêndices e anexos.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2012.

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - Português falado - Salvador (BA). 3. Língua portuguesa - Concordância - Variação. 4. Língua portuguesa - Sujeito e predicado. 5. Língua portuguesa - Voz passiva. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 417.2

CDU - 81'27